



**O Contributo das Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento dos Países
de Língua Oficial Portuguesa.**

A relação Portugal e Cabo Verde na sedimentação do Empreendedorismo Social

Maryzette Monteiro Soares

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Empreendedorismo e Internacionalização

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**



**O Contributo das Organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento dos Países
de Língua Oficial Portuguesa**

A relação Portugal e Cabo Verde na sedimentação do Empreendedorismo Social

Maryzette Monteiro Soares

Dissertação de Mestrado

**Apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
para a obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo e Internacionalização
sob orientação da Doutora Susana Bernardino**

Porto – 2015

**INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO
INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO**

Resumo

O empreendedorismo social é um campo que tem vindo a ganhar uma importância crescente nas sociedades atuais, sendo reconhecido como uma ferramenta útil na promoção do desenvolvimento sustentável. Como se trata de um campo emergente, apresenta-se ainda pouco explorado. Em Cabo Verde não existem ainda estudos sobre o tema, embora existam já algumas iniciativas de empreendedorismo social.

A investigação foi desenvolvida de forma a responder ao objetivo de se conhecer qual o contributo que as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas têm dado para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde. Assim, procurou-se apurar e analisar as ONGD que desenvolvem projetos em Cabo Verde, as áreas em que estas atuam para promoverem o desenvolvimento económico-social, os meios de financiamentos a que recorrem, as dificuldades encontradas no desenvolvimento das suas atividades, bem como compreender a razão que levou a que Cabo Verde fosse beneficiado com as ações dessas ONGD. Para conseguir atingir estas metas recorreu-se à metodologia qualitativa onde se fez uma análise exploratória e descritiva. A técnica utilizada para a recolha da informação primária foi a entrevista dirigida aos responsáveis de seis ONGD portuguesas que atuam em Cabo Verde, nomeadamente a Associação para a Cooperação Entre os Povos, a Associação de Defesa do Património de Mértola, Instituto Marquês de Valle Flôr, Meninos do Mundo, Terras Dentro e a Associação Raia Histórica.

Os resultados deste estudo permitiram identificar que as ONGD portuguesas agem impulsionando o empreendedorismo social em Cabo Verde através da promoção do desenvolvimento integrado e sustentável, apoiado em parcerias estabelecidas com outras organizações locais caboverdeanas. Estes parceiros são atores chave que estão no terreno e possuem o conhecimento da realidade do país. Cabo Verde foi beneficiado pelos projetos por pertencer aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e/ou à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Na obtenção de recursos, a maioria das ONGD portuguesas recorre a recursos em espécie e a voluntários portugueses, desempenhando estes o papel de formadores. A geração de valor social por parte destas entidades é feita muitas vezes de uma forma indireta, através da criação de valor económico que depois se repercute em valor social. Este valor social resulta da sua atuação em várias áreas como a saúde e segurança alimentar, desenvolvimento rural, meio ambiente, educação e formação profissional, emprego, economia alternativa ou microcrédito, pobreza e exclusão social, ambiente, habitação, promoção social e do turismo, capacitação e reforço institucional e

coerência das políticas públicas para o desenvolvimento. Sendo Cabo Verde um arquipélago, as principais dificuldades encontradas pelas ONGD na sua atuação prende-se com a acessibilidade às ilhas devido à falta de transportes e meios de comunicação.

Palavras chave: Empreendedorismo Social, Instituições Sem Fins Lucrativos, Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento, Organizações do Terceiro Setor, Cabo Verde.

Abstract

Social entrepreneurship is a field that has gained increased importance in contemporary societies, and is being recognized as a useful tool for promoting sustainable development. As an emerging field, research into it is still very scarce. In Cape Verde, while there are already some social entrepreneurship initiatives, research on the topic remains in short supply.

This research sought to understand the extent of Portuguese's Non-Governmental Development Organizations (NGOs) contribution in the development of social entrepreneurship in Cape Verde. As such, it sought to investigate and analyze NGOs which are implementing projects in Cape Verde, their focus areas in promoting economic and social development, funding sources used, challenges found in the implementation of their activities, as well as understanding how their works have benefited Cape Verde. In order to reach this goal, we employed a qualitative methodology where exploratory and descriptive analysis were made. The technique used for collecting primary information was an interviews with six Portuguese NGOs operating in Cape Verde, including the 'Associação para a Cooperação entre os Povos', 'Associação para a Defesa do Património de Mértola', 'Instituto Marquês de Valle Flôr', 'Crianças do Mundo', 'Terras Dentro' and 'Raia Histórica'.

The results of this study show that the works of these Portuguese NGOs are boosting entrepreneurship initiatives in Cape Verde through the promotion of integrated and sustainable development programs, implemented in partnerships with local Cape Verdean organizations. These partners are key actors who are on the ground and have a deep knowledge of the country's reality. Cape Verde has benefited from the projects due to the fact of being part of the Portuguese-speaking countries in Africa and of the Community of Portuguese-speaking Countries. In terms of acquisition of resources, most Portuguese NGOs rely on in-kind contribution and portuguese volunteers, who play the role of mentors or trainers. The creation of social values by these entities is often done in an indirect way – through the creation of economic value which is then reflected in social value. This social value manifests itself in the operations of these organizations in various areas such as health and food security, rural development, environment, education and training, employment, alternative economy or micro-credit, poverty and social exclusion, environment, housing, social development and tourism, capacity building and institutional strengthening programs and the coherence of public policies for development. As Cape

Verde is an archipelago, the main challenges found in the development of the NGOs activity are in most cases related to the accessibility to the islands and this is determined largely by the lack of transport and communication.

Key words: Social Entrepreneurship, Non-profit Organizations, Non-Governmental Development Organization, Third Setor Organization, Cape Verde

Agradecimentos

Antes de mais agradeço a Deus que me tem abençoado grandemente e me permitiu chegar a mais esta etapa da minha vida. Sem Ele nada seria possível.

Muito agradeço à Doutora Susana Bernardino, que aceitou logo à primeira a tarefa de ser a orientadora científica desta dissertação e me apoiou durante todo este processo com conselhos, comentários, críticas construtivas, pela paciência, disponibilidade (mesmo durante as férias) que demonstrou durante todo este tempo.

Também agradeço a todos os professores deste curso de mestrado que de alguma forma contribuíram para o meu sucesso e me deram as ferramentas que foram necessárias durante esta etapa. Aos meus colegas de mestrado, agradeço pela amizade.

Às ONGD portuguesas (associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP), Associação para a Defesa do Património de Mértola (ADPM), Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF), Meninos do Mundo, Raia Histórica (Associação de Desenvolvimento do Norte da Beira) e a Terras Dentro (Associação para o Desenvolvimento Integrado) que disponibilizaram o seu tempo para me dar as informações necessárias, através da entrevista concedida. Sem a sua colaboração esta investigação não teria sido possível.

Quero também agradecer à Ezilda que incansavelmente me apoiou, a nível moral e psicológico, e me estendeu a sua mão amiga quando precisei. Ao Francisco que me apoiou, ajudando-me a esclarecer as minhas ideias e a definir claramente o que eu pretendia. Agradeço-lhe ainda pelas sugestões, críticas e correções que me foram valiosas, tendo-se revelado um grande amigo. Ao Gilson pelo apoio demonstrado na hora oportuna. E a todos os meus amigos e familiares pela força, motivação e palavras de apoio.

À Residência da Rotunda, meu lar em Portugal e minha segunda família, dedico um especial obrigado pelo apoio e carinho demonstrado e por acreditarem sempre em mim.

Não poderia também deixar de agradecer às pessoas mais importantes da minha vida, meus pais e meus irmãos. Assim sendo, agradeço aos meus pais (Maria Nobse e Toy Lela) pelo grande esforço que têm feito por mim e por terem apostado na minha educação. Ao meu irmão Endi e às minhas irmãs Leticia, Meriza, Vanda e Janine pelo seu grande amor, carinho e apoio que só uma família como essa me poderia dar. Sem vocês não teria conseguido chegar até aqui.

Lista de Abreviaturas

ACEP – Associação Para a Cooperação Entre os Povos

CCP – Código Civil Português

CRP – Constituição da República Portuguesa

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura

ICNPO – *International Classification of Non-Profit Organization*

IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

ISFL – Instituição Sem Fim Lucrativos

ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento

ONU – Organização das Nações Unidas

OSFL – Organização Sem Fins Lucrativos

PIB- Produto Interno Bruto

PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

UE– União Europeia

Índice Geral

Resumo	i
Abstract.....	i
Agradecimentos	iii
Lista de Abreviaturas.....	iv
Índice de Tabelas	vii
Índice de figuras	viii
Introdução.....	1
Capítulo I – Revisão da Literatura.....	7
1. 1 Nota Introdutória	9
1. 2 O empreendedorismo: génese e enquadramento conceitual.....	10
1. 3 Empreendedorismo social: Génese e enquadramento conceitual.....	13
1. 4 Empreendedorismo social e empreendedorismo económico: Principais diferenças	18
1. 5 As diferentes escolas de pensamento do empreendedorismo social.....	20
1.5.1 A abordagem norte americana – o setor não lucrativo e a escola da inovação social	20
1.5.2 A tradição Europeia – Economia social e emergência da empresa social.....	22
1. 6 Empreendedorismo social enquanto instrumento para a criação de valor social	23
1. 7 Empreendedorismo social e terceiro setor: O terceiro setor enquanto esfera para o desenvolvimento do empreendedorismo social.....	26
1. 8 Áreas de atividades das instituições sem fins lucrativos	29
1. 9 Áreas de atuação das ONGD	37
1. 10 As fontes de recursos das instituições sem fins lucrativos	39
1. 11 Síntese do capítulo	42
Capitulo II – Metodologia	45
2. 1 Nota introdutória	47
2. 2 Caracterização socioeconómica de Cabo Verde	48
2. 3 Objetivos, questão e metodologia da investigação.....	58
2. 4 Síntese do capítulo.....	64
Capitulo III – Análise dos dados e discussão dos resultados	65
3. 1 Nota introdutória	67
3. 2 Análise dos resultados	68
3. 2.1 A ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos	68
3. 2.2 APDM – Associação de Defesa do Património de Mértola.....	70

3. 2.3	IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr.....	72
3. 2.4	Meninos do Mundo.....	74
3. 2.5	Raia Histórica	76
3. 2.6	Terras Dentro – Associação para o desenvolvimento integrado.....	78
3. 3	Discussão dos resultados	82
	Capítulo IV – Conclusões.....	91
	Bibliografia.....	97
	Anexos.....	107

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 Definições de empreendedorismo e de empreendedor	12
Tabela 1.2 Definições de empreendedorismo social e de empreendedor social	16
Tabela 1.3 Principais diferenças entre empreendedorismo económico e empreendedorismo social.....	19
Tabela 1.4 Tabela da Classificação Internacional das Instituições Sem Fins Lucrativos aplicada em Portugal	29
Tabela 2.1 Descrição das 26 ONGD Portuguesas que atuam em Cabo Verde	52
Tabela 2.2 Áreas de atividades	61
Tabela 2.3 ONGD e ilhas de atuação	62
Tabela 2.4 Caracterização geral das entrevistas realizadas	63

Índice de figuras

Figura 1.1 Espaço institucional para a emergência do empreendedorismo social	31
Figura 2.1 Crescimento anual do PIB em Cabo Verde (2010-2014)	49
Figura 2.2 Estrutura setorial da economia de Cabo Verde (2013)	50

Introdução

A dissertação de mestrado em empreendedorismo e internacionalização que agora se apresenta culmina um processo de investigação iniciado em 2013, arbatadora e árdua, como todas as empreitadas de elevada exigência e empenho pessoal. Concluída a componente letiva do programa de mestrado impôs-se a eleição de um tema para realização da respetiva investigação. Apesar de, aparentemente esta se prefigurar uma tarefa simples, sendo o empreendedorismo uma temática de múltiplas facetas, a abordagem científica revelou-se essencialmente complexa.

O empreendedorismo social tem sido, atualmente, uma das grandes apostas dos governos em particular, pelo facto de representar uma atividade que produz um desenvolvimento sustentável e duradouro (Dees, 2001). Apesar de a humanidade ter conquistado uma melhoria no nível de qualidade de vida nos últimos séculos, persistem ainda problemas de cariz social tais como a pobreza, a exclusão social, as questões de género ou o desemprego, que muito têm contribuído para o agravamento das situações de desigualdade social e que exigem o desenvolvimento de respostas sustentáveis. De facto, são várias as políticas que têm sido adotadas com o intuito de minimizar estes problemas, dentre as quais se destaca o fomento do empreendedorismo social. O empreendedorismo social tem sido também apontado, nos últimos anos, como um instrumento que se apresenta como viável para colmatar esses problemas.

Com a presente investigação pretende-se estudar, precisamente, o empreendedorismo social. De acordo com a revisão de literatura efetuada, este tipo de empreendedorismo atua no campo social, procurando resolver questões sociais através da criação de valor social de uma forma inovadora (Dees, 2001). Importa sublinhar que as atividades são desenvolvidas por indivíduos, denominados de empreendedores sociais, que vêm oportunidades onde existem problemas e que através dos recursos disponíveis conseguem dar respostas às necessidades não supridas pelo Estado. Ora, os empreendedores sociais atuam na sociedade de diversas formas, quer como agentes de mudança, quer apoiando Instituições Sem Fins Lucrativos (ISFL), através das quais conseguem agir fora dos limites do Estado. De salientar que dentro deste leque de organizações sem fins lucrativas se encontra as Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). Estas organizações conseguem através das suas áreas de trabalho (cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento e ajuda humanitária e de emergência) ter impacto na vida quotidiana das comunidades (Andrade

& Franco, 2007; Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014), o que lhes permite apresentar soluções sustentáveis para a promoção do desenvolvimento.

No que diz respeito ao empreendedorismo social, Cabo Verde tem apostado ultimamente neste setor, quer através de incentivos e apoios do governo, como também das organizações internacionais de entre as quais se encontram as ONGD. De acordo com o discurso das entidades governativas do país, o empreendedorismo é um fator essencial para o futuro de Cabo Verde, levando a que os jovens sejam mais inovadores, eficientes e criativos. As mesmas entidades acrescentam que o empreendedorismo tem tido um impacto extraordinário no desenvolvimento das empresas o que conduz à geração de emprego. Em particular o empreendedorismo social tem sido apontado como um motor para se fomentar o desenvolvimento que integra o aspeto económico, social e familiar.

De referir que o empreendedorismo social se tem apresentado como uma área de elevado interesse para a comunidade académica. Esse interesse resulta do facto de ser um campo emergente que tem vindo a ganhar reconhecimento enquanto nova forma de se conceber as mudanças sociais (Santos, 2012; University, Center for advancement of social entrepreneurship Duke, 2008). De facto, o empreendedorismo social tem tido um papel importante como instrumento de política económica e social a nível do desemprego, exclusão social e desenvolvimento económico sustentável. O mesmo tem sido apontado pela Comissão Europeia, que tem defendido as organizações sociais enquanto promotoras de sociedades mais coesas, ativas e democráticas (Bernardino & Santos, 2014).

Cabo Verde tem apresentado um desenvolvimento expressivo nos últimos anos e sua adesão à Organização Mundial de Comércio (OMC) demonstra esta realidade (Livramento, 2013). Não obstante, Cabo Verde é um país que apresenta vulnerabilidades estruturais devido à sua reduzida dimensão territorial, insularidade, fragilidade dos ecossistemas e escassez dos recursos naturais, forte pressão demográfica sobre os recursos, secas prolongadas, localização geográfica, exiguidade do mercado do trabalho bem como a pobreza (FAO, Governo de Cabo Verde, 2009).

Em Portugal tem sido desenvolvidas várias iniciativas de empreendedorismo social, uma parte significativa das quais com atuação em Cabo Verde. De facto, verifica-se que

das 65 ONGD portuguesas inscritas na Plataforma Portuguesa das ONGD, 26 atuam em Cabo Verde (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

As ONGD têm tido um papel fundamental quer na implementação dos programas de luta contra a pobreza (PNLP) no meio rural quer em projetos no domínio da agricultura, pescas, em áreas socioeducativas. Estas organizações têm contribuído para uma melhor consciencialização em matéria de preservação ambiental, bem como na melhoria das condições de vida das comunidades onde estão inseridas (Governo de Cabo Verde, 2012).

Com esta investigação pretende-se estudar em que medida as ONGD portuguesas têm desenvolvido ações de empreendedorismo social em Cabo-Verde e a extensão com que têm contribuído para a sua sedimentação na sociedade cabo-verdiana. Pretende-se, assim, dar resposta à seguinte questão de investigação: “Qual o contributo das ONGD Portuguesas para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde?”. A partir do objetivo geral de pesquisa, que é compreender qual o contributo que as ONGD Portuguesas têm dado para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde, definem-se os seguintes objetivos específicos da investigação:

- Identificar e analisar as ONGD portuguesas que atuam em Cabo Verde;
- Identificar e analisar a área de atuação das ONGD que visam contribuir para a promoção e desenvolvimento social de Cabo Verde;
- Compreender a razão que levam estas organizações a atuar em Cabo Verde.
- Identificar e compreender os fatores que estiveram na base da seleção das ilhas cabo-verdianas em que atuam;
- Identificar e analisar os benefícios e dificuldades que a atuação da ONGD em Cabo-Verde envolve;
- Identificar os meios de financiamento que essas organizações utilizam;

Os trabalhos sobre empreendedorismo em Cabo Verde existentes na literatura, tais como Oliveira (2011), Carvalho (2012) ou Rocha (2013), salientam a importância deste campo de atividade para o arquipélago e também as circunstâncias que determinam as ações de empreendedorismo no contexto cabo-verdiano. Os trabalhos existentes foram elaborados na área do empreendedorismo económico, sendo praticamente inexistente a investigação realizada ao nível do empreendedorismo social. De referir ainda que muito pouco se conhece sobre o contributo das organizações portuguesas para a prática do

empreendedorismo social em Cabo Verde. Com esta investigação pretende-se, assim, colmatar uma lacuna existente na literatura. Para o efeito, optou-se pela realização de uma investigação descritiva, de carácter exploratório, assente no método qualitativo. A amostra utilizada para a realização do estudo empírico é constituída por seis ONGD Portuguesas que têm desenvolvido projetos em Cabo Verde.

A dissertação é composta por três capítulos. No primeiro, apresenta-se o enquadramento teórico da investigação, onde se apresentam os principais conceitos do empreendedorismo social com a atividade do empreendedorismo económico. Apresenta-se o empreendedorismo social enquanto elemento capaz de criar valor social e contextualiza-se este campo de ação no âmbito das instituições sem fins lucrativos e do terceiro setor. Exploram-se ainda as principais áreas de atuação das ONGD e as principais fontes de recursos utilizadas para se suportar a criação de valor social.

No capítulo 2 apresenta-se a metodologia de investigação. No terceiro capítulo apresentam-se e discutem-se os resultados obtidos durante o trabalho empírico.

Por fim, apresentam-se as conclusões, onde são também apresentadas as implicações do estudo para as ONGD portuguesas, seus parceiros em Cabo Verde, governo de Cabo Verde e a sociedade em geral, efetuando-se ainda sugestões para trabalhos de investigação futuros.

Capítulo I – Revisão da Literatura

1. 1 Nota Introdutória

Após a introdução, onde se deu a conhecer o propósito, os objetivos bem como a justificação para a escolha do tema de investigação, procede-se agora à revisão da literatura onde será apresentado o enquadramento teórico que fundamenta o estudo empírico. Segundo Sousa e Baptista (2011) a revisão de literatura é um processo onde se procura saber se já existe alguma investigação na área, ou seja, se já existem respostas às questões que se quer investigar de forma a que se possa decidir sobre a pertinência do tema escolhido. Através da recensão de literatura, o investigador poderá fazer um levantamento de informação, conhecer o estado da arte e verificar as lacunas de investigação existentes. O processo de revisão de literatura permitirá ainda tomar contacto com a bibliografia que servirá de suporte na argumentação e redação da dissertação, bem como na formulação das conclusões de investigação que lhe permitam “contribuir para a criação de um novo conhecimento” (Sousa & Baptista, 2011, p.32).

Tendo em mente esse propósito, o capítulo encontra-se estruturado do seguinte modo: num primeiro momento faz-se uma revisão do conceito de empreendedorismo analisando o seu significado e origem do termo; segue-se a análise do conceito de empreendedorismo social e a apresentação das principais diferenças entre empreendedorismo económico e empreendedorismo social; na terceira secção são apresentadas as principais escolas de pensamento existentes sobre o empreendedorismo social, a que se segue a exploração do empreendedorismo social enquanto instrumento para a criação de valor social e resolução de problemas sociais. De seguida, são abordadas as principais áreas de atuação do terceiro setor. Posteriormente, faz-se uma breve análise às fontes de recursos a que as organizações do terceiro setor poderão recorrer e procura-se, depois, compreender a relação existente entre o empreendedorismo social e o terceiro setor.

1. 2 O empreendedorismo: gênese e enquadramento conceitual

O conceito de empreendedorismo remonta alguns séculos atrás. A palavra empreendedor deriva da palavra francesa *entrepreneur*, que foi utilizada pela primeira vez em 1725 pelo economista Richard Cantillon, que afirmava que um empreendedor é um indivíduo que assumia riscos (Chiavenato, 2012).

Dees (2001) afirma que o termo empreendedor se deve ao economista francês Jean Baptiste Say que, já no século XIX, mais precisamente em 1814 (Chiavenato, 2012), dizia que o empreendedor é alguém que “movimenta os recursos económicos de uma área de baixa produção para outra de maior produtividade e rendimento” (Dees, 2001, p.1) e também está associado a um indivíduo que empreende um projeto ou uma atividade específica e ligado à criação e gestão de empresas (Dees, 2001).

No século XX, Joseph Schumpeter deu um importante contributo para a definição do conceito, ao considerar que os empreendedores eram inovadores que tinham como missão “reformular ou revolucionar o padrão da produção”, sendo “agentes de mudança na economia” (Dees, 2001, p.1-2).

Para Schumpeter (1994; citado em Gaiger & Corrêa, 2011), o empreendedor é um indivíduo que através de combinações produtivas produz choques e desequilíbrios, levando à instabilidade do sistema económico conduzindo ao desenvolvimento económico. Deste modo, para Schumpeter (1934; citado por Abu-Saifan, 2012) o empreendedor é um inovador que implementa mudanças empresariais dentro do mercado e esta mudança empresarial tem cinco manifestações:

- Introdução ou melhoria de um produto;
- Introdução de novos métodos de produção;
- Abertura de um novo mercado;
- Conquista de novos recursos, novas matérias-primas ou peças;
- Criação de uma nova empresa.

Portanto, de acordo com Schumpeter os empreendedores são agentes de mudança na economia que a fazem progredir, bem como fomentam seu desenvolvimento (Dees, 2001).

Say e Schumpeter consideram os empreendedores como aqueles que criam empresas/organizações com a finalidade de obterem lucro (Dees, 2001). Às definições

de Say, Peter Drucker acrescenta a oportunidade, que resulta das mudanças existentes (tais como mudanças tecnológicas, mudanças nos hábitos dos consumidores) e que o empreendedor deverá ser capaz de aproveitar. Assim, Drucker (1985) e Dees (2001) enfatizam que os empreendedores deverão aproveitar as oportunidades que surgem com as mudanças em vez de se focarem nos problemas.

Portanto, o conceito de empreendedorismo foi-se desenvolvendo, passando a incluir a identificação de necessidades e oportunidades de mercado proporcionados pela inovação, criação de novos produtos/serviços e formas de organização, sendo que o termo passou a designar aquele que se compromete com um trabalho ou uma atividade específica e significativa (Mancini & Yonemoto, 2010).

McClelland (1961; citado por Abu-Saifan, 2012) vem trazer um novo contributo à definição do conceito de empreendedorismo – a propensão dos empreendedores ao risco. Para este o empreendedor é alguém que apresenta uma elevada necessidade de realização, que está diretamente relacionada com o processo de empreendedorismo.

Para Liebenstein (1968; citado em Bernardino, 2014) o empreendedorismo traduz-se na gestão de recursos de forma a minimizar as ineficiências organizacionais. Ainda Kirzner (1978; citado por Abu-Saifan, 2012) reforça McClelland e Liebnstein ao caracterizar os empreendedores como sendo pessoas com capacidade de iniciativa e organização, aceitando os riscos e falhas (Abu-Saifan, 2012).

Outros autores que contribuíram para a definição de empreendedorismo foram Kão e Stevenson (1985; citado por Abu-Saifan, 2012) que viram os empreendedores como pessoas que identificam oportunidades de negócios, não se limitando aos recursos disponíveis no momento, e que, através desse reconhecimento, conseguem criar valor. Na mesma linha das oportunidades, Timmons e Spinelli (2008; citado por Abu-Saifan, 2012) consideram os empreendedores como líderes que vêem o empreendedorismo como uma forma de pensar e agir e que perseguem as oportunidades.

Recentemente, surgiram definições mais bem elaboradas que englobam todas as características anteriormente enunciadas. É o caso de Hisrich e Shepherd (2009; citado por Willering, Franzoni & Feliciano, 2011) que definem o empreendedorismo como sendo um processo através do qual há criação de algo novo que possui valor e que exige dedicação de tempo e esforço, onde se assumem riscos financeiros, psicológicos e

sociais em troca de recompensas tais como a satisfação e independência financeira e pessoal.

No quadro seguinte, sintetizam-se definições de empreendedorismo propostas pelos autores referidos anteriormente, destacando-se as palavras-chave que caracterizam os respectivos conceitos. Como se pode observar pela análise à tabela 1.1, cada autor atribui um significado próprio ao conceito de empreendedorismo, contribuindo para a coexistência de diferentes aceções sobre o termo.

Tabela 1.1 Definições de empreendedorismo e de empreendedor

Autor	Definição	Caraterísticas principais
Schumpeter (1934)	Um empreendedor é um inovador que implementa mudanças empresariais dentro do mercado e esta mudança empresarial tem cinco manifestações: 1) a introdução de um novo bem ou melhoria de um bem já existente; 2) a introdução de um novo método de produção; 3) a abertura de um novo mercado; 4) a exploração de uma nova fonte de fornecimento; e 5) a reengenharia / organização dos processos de gestão de negócios.	Inovação e agentes de mudança
McClelland (1961)	O empreendedor é alguém com uma elevada necessidade de realização. Esta necessidade de realização está diretamente relacionado com o processo de empreendedorismo. O empreendedor tem propensão a assumir riscos.	Propensão ao risco
Liebstein (1968)	O empreendedorismo é a gestão eficiente de recursos de forma a minimizar as ineficiências organizacionais.	Gestão eficiente dos recursos
Kirzner (1978)	O empreendedor reconhece e age de acordo com as oportunidades do mercado. O empreendedor é essencialmente um arbitragista.	Capacidade de decisão, aceitar riscos e falhas
Kão e Stevenson (1985)	Empreendedorismo é uma tentativa de criar valor através do reconhecimento de oportunidades de negócios.	Criação de valor; Identificação de oportunidades

Timmons e Spinelli (2008)	Empreendedorismo é uma maneira de pensar e agir que persegue as oportunidades. É uma abordagem holística e uma liderança equilibrada.	Liderança
---------------------------	---	-----------

Fonte: Adaptado de Abu-Saifan (2012)

Pela revisão efetuada, pode-se afirmar que o empreendedor é visto como alguém que identifica as oportunidades que outros não conseguem detetar e possui uma capacidade de liderança e adaptação positiva à mudança, que o leva a ser um revolucionário. Os empreendedores são capazes de reunir os recursos escassos e através destes obter a máxima eficiência e eficácia possível, gerando vantagens competitivas (Gaiger & Corrêa, 2011).

1. 3 Empreendedorismo social: Gênese e enquadramento conceitual

O conceito de empreendedorismo social emergiu na década de 80 com os trabalhos de Bill Drayton na associação *Ashoka* e Ed Skloot na *New Ventures* (Dees, 2007) sendo, por isso, um termo recente (Bacq & Janssen, 2011; Quintão, 2004a).

Apesar de o termo ser recente, o fenómeno não é pois, conforme citado por Parente e Quintão (2014, p.13) “apesar dos termos serem relativamente novos, empreendedores sociais e ações em empreendedorismo social podem ser encontradas ao longo da história, nas suas diferentes dimensões quer enquanto práticas de organização e de gestão, quer como modelos de intervenção”.

Para Dees (2009) as origens do empreendedorismo social remontam à era vitoriana tardia (final do século XIX), apelidada como “caridade científica” mas, uma caridade concebida de um modo mais sistémico e estratégico. Nesse período houve uma alteração na forma de ver a caridade, passando esta a ser encarada não só como um ato de dar esmolas, mas sim, como um mecanismo caritativo capaz de criar uma mudança duradoura e sistémica. É, precisamente este fundamento sobre o qual se alicerça a prática do empreendedorismo social.

Junior e Fountenele (2009), por sua vez, afirmam que as organizações do terceiro setor surgiram quando a rainha Elizabeth I instituiu a legislação para combater a pobreza (1601). Em meados do Séc. XX, segundo Salomon (2005; citado por Junior & Fontenele, 2009) o empreendedorismo social era visto como uma “nova onda

associativa” que levou centenas de milhares de organizações autônomas do setor Estado ou do setor privado, a desenvolverem as suas atividades com o intuito de gerarem benefícios públicos para a sociedade. Já para Quintão (2004a), a emergência do empreendedorismo social surge como resultado do desenvolvimento da investigação sobre empresas sociais e terceiro setor, setor este que é frequentemente designado como correspondente à economia social.

A definição do termo carece ainda de maior rigor. Sendo o empreendedorismo social um campo emergente gera ainda, uma maior confusão quanto à clarificação do significado do conceito (Abu-Saifan, 2012; Bernardino, 2013). Deste modo, o termo incita diversos significados, pois trata-se de um conceito subjetivo na definição do qual cada investigador inclui o seu próprio ponto de vista, o que conduz a controvérsias e disputas sobre qual o significado adequado (Choi & Majundar, 2014) conduzindo a uma falta de consenso no que respeita a uma definição universal do conceito (Choi & Majundar, 2014).

Atendendo à inexistência de uma definição única de empreendedorismo social, procede-se, a uma revisão do conceito para que haja uma maior clarividência daquilo que podemos entender como sendo empreendedorismo social.

Para Parente, Costa, Santos e Chaves (2011) o termo empreendedorismo social surge da combinação de duas conceções: empreendedorismo e uma missão social. Empreendedorismo porque incute as três ideias chave do empreendedorismo que são (Quintão, 2004a): (i) a criação de valor; (ii) a inovação; e (iii) a procura de oportunidades. A inclusão da expressão social advém do facto de a criação de valor social ser o principal objetivo do empreendedorismo social (Parente & Quintão, 2014). No entanto, Dees (2001) apresenta uma visão mais idealizada ao considerar que os empreendedores sociais são: agentes de mudança no setor social que adotam uma missão para criarem e manterem valor social; reconhecem e procuram constantemente novas oportunidades para servir essa missão; empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; agem com ousadia sem estar limitados pelos recursos disponíveis no momento; prestam contas com transparência.

Leadbeater (1997) apresenta os empreendedores sociais como sendo inovadores, transformadores, líderes, narradores, gestores de pessoas, visionários e construtores de alianças. O autor acrescenta, ainda que, os empreendedores sociais reconhecem os

problemas sociais, organizam, criam e gerem uma empresa de forma a alcançar as mudanças sociais. Esses problemas sociais são resultado das necessidades que Estado não consegue dar resposta. Portanto, essas necessidades geram uma oportunidade para os empreendedores sociais e estes reúnem os recursos necessários (geralmente pessoas, muitas vezes voluntários, dinheiro) e usam-nos para fazer a diferença (Thompson *et. al.*, 2000; citado por Abu-Saifan, 2012).

Poder-se-á, assim, entender que o empreendedorismo social se traduz em atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar as oportunidades de forma a melhorar o bem-estar social, através da criação de novas empresas ou da gestão de organizações já existentes de uma forma inovadora (Zhara *et. al.*, 2008; citado por Abu-Saifan, 2012).

Os elementos caracterizadores do termo de empreendedorismo social aqui mencionados são confirmados por Ashoka (2012; citado por Abu-Saifan, 2012) na medida em que este considera os empreendedores sociais como indivíduos com soluções sociais inovadoras para os problemas sociais urgentes. Os empreendedores sociais são visionários e realistas, preocupados, essencialmente, com a implementação e prática da sua visão.

As soluções sociais que o empreendedorismo social apresenta, de acordo com Santos (2012), surgem de um conjunto de atividades que não tem por finalidade o lucro *per se*, mas que visa alcançar um propósito social. Para o autor, este novo modelo apresenta implicações ao nível do sistema económico, visto que cria novas indústrias, novos modelos de negócios e redireciona os recursos para os problemas sociais negligenciados. Não obstante, procura resolver esses problemas criando valor para a sociedade de uma forma duradoura. A este propósito Parente *et al.* (2011), baseando-se no discurso de Bill Drayton, referem que os empreendedores sociais não se contentam em dar um peixe ou ensinar a pescar, por isso, não descansam enquanto não revolucionarem a indústria da pesca. Com esta metáfora os autores pretendem aludir à ideia de que o que se pretende com a atividade do empreendedorismo social é capacitar as comunidades nas quais intervém de modo a que estas alcancem algum envolvimento e autonomia na forma como solucionam os problemas que enfrentam. A prática do empreendedorismo social envolve, portanto, a necessidade de uma participação direta ou indireta por parte da comunidade beneficiada permitindo, desse modo, uma maior

capacitação humana em detrimento de meras relações de dependência (Santos & Guerra, 2012).

Na tabela sintetizam-se as definições de empreendedorismo social propostas pelos diferentes autores.

Tabela 1.2 Definições de empreendedorismo social e de empreendedor social

Autor	Definição	Características principais
Leadbeater (1997)	Empreendedores sociais são empreendedores, inovadores e indivíduos transformadores que são também líderes, narradores, gestores de pessoas, visionários, oportunistas e construtores de alianças. Reconhecem os problemas sociais e organizam, criam e administram uma empresa para alcançar mudanças sociais.	Gestores e líderes.
Thompson <i>et.al.</i> (2000)	Os empreendedores sociais são pessoas que realizam uma oportunidade para satisfazer uma necessidade não atendida que o Estado não consegue dar resposta e que reúnem os recursos necessários (geralmente pessoas, muitas vezes voluntários, dinheiro) e os usam para fazer a diferença.	Emotivos Criador de valor social
Dees (2001)	Os empreendedores sociais desempenham um papel de agentes de mudança no setor social ao: a) Adotar uma missão para criar e manter o valor social (e não apenas o valor privado); b) Reconhecer e procurar obstinadamente novas oportunidades para servir essa missão; c) Empenhar-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem; d) Agir com ousadia sem estar limitado pelos recursos disponíveis no momento e; e) Prestar contas com a transparência aos clientes que servem bem como em relação aos resultados obtidos.	Agentes de mudança

Zhara <i>et. al.</i> (2008)	O empreendedorismo social engloba as atividades e processos realizados para descobrir, definir e explorar as oportunidades de forma a melhorar o bem-estar social através da criação de novas empresas ou gestão de organizações já existentes de uma forma inovadora.	Inovadores, capacidade de iniciativa, busca de oportunidades.
Ashoka (2012)	Os empreendedores sociais são indivíduos com soluções sociais inovadoras para os problemas sociais urgentes. São visionários e realistas, preocupados com a implementação e prática da sua visão.	Visionários, Comprometidos com a causa social

Fonte: Adaptado de Abu-Saifan (2012)

Como se verifica, cada autor apresenta a sua definição e enfatiza diferentes características que, na sua opinião, melhor definem ou caracterizam o empreendedorismo/empreendedor social. Pela análise do quadro 1.2, verifica-se ainda a existência de uma evolução dos conceitos apresentados pelos investigadores ao longo do tempo, constatando-se que com o passar dos anos as definições foram-se tornando mais complexas, o que demonstra que a área do empreendedorismo social tem vindo a ganhar forma e a alargar o seu campo de ação.

Hoje, o termo empreendedorismo social incute diversos significados, podendo contemplar não só organizações sem fins lucrativos, como também entidades capazes de gerar excedente económico que apresentam uma forte missão social (Parente & Quintão, 2014). O empreendedorismo social não procura somente ter carácter assistencialista, mas sim promover a sustentabilidade económica, social e ambiental nas soluções concebidas, tanto para as pessoas como territórios (Parente & Quintão, 2014).

Sendo assim, o empreendedorismo social trouxe novas formas de abordar a pobreza e a exclusão social, posto que propícia a capacitação e o desenvolvimento comunitário, com ênfase na sustentabilidade das iniciativas e tendo como orientação a missão social (em vez da acumulação de capital) (Santos & Guerra, 2012), o que demonstra uma diferenciação em relação ao empreendedorismo económico.

1.4 Empreendedorismo social e empreendedorismo económico: Principais diferenças

O empreendedorismo económico e o empreendedorismo social são duas áreas de atividades que diferem entre si pelos objetivos primordiais que visam alcançar, nomeadamente lucro e riqueza social, respetivamente (Estrin & Mickiewicz, 2013). Os empreendedores sociais são entendidos por Dees (2001) como um grupo dentro dos empreendedores em geral, pelo que devem ser analisados dentro da tradição do empreendedorismo (Dees, 2001). Importa, por isso, compreender em que medida estas duas esferas diferem entre si.

O empreendedorismo económico apresenta como objetivo último a criação de valor económico para os detentores do capital da organização, através da identificação e implementação de novas oportunidades de negócio capazes de gerar um excedente económico para os seus proprietários (Mancini & Yonemoto, 2010; Santos, 2012). Esse excedente económico traduz-se no lucro, que é o indicador de criação de valor para o empreendedorismo económico (Dees, 2004). Assim, as empresas no empreendedorismo económico procuram novos mercados, para maximizarem o seu valor. Porém, apesar de estarem direcionados principalmente para o lucro acabam, também, por criar valor social através da criação de emprego e pagamento dos impostos que, depois, são utilizados pelo Estado para financiarem projetos sociais (Bernardino, 2014). Deste modo, esta criação de valor social é uma consequência da sua atuação (Mair & Marti, 2006), embora não traduza o seu propósito primordial.

Os empreendedores sociais, por sua vez, visam a maximização do bem-estar global da sociedade, através da exploração de atividades que permitam o desenvolvimento humano e social. O empreendedorismo social tem como objetivo principal a criação de valor de forma duradoura e sistemática (Bacq & Janssen, 2011). Por isso, os empreendedores sociais atuam sobre problemas sociais, nomeadamente a pobreza, a falta de habitação, drogas ou violência baseada no género. Os empreendedores sociais têm uma visão de uma sociedade digna o que faz com que a sua visão seja bem diferente da dos empreendedores económicos (Dees, 2001). Contudo, o empreendedorismo social além do valor social (principal objetivo) criado, acaba por gerar também valor económico na medida em que para criar valor social tem que desenvolver um modelo de negócio sustentável que assegure a autossuficiência da organização e assim consiga atingir o valor social a que se propõe alcançar. Este valor

económico é, contudo, visto como um subproduto das ações do empreendedorismo social (Bernardino, 2014). Assim sendo, o valor criado pelos empreendedores sociais é, com frequência, de difícil mensuração, sendo que os resultados gerados, muitas vezes, são observáveis apenas a longo prazo (Dees, 2001). De facto, tal como Dees (2004) argumenta, não se pode avaliar o progresso social, a formação humana ou os benefícios à comunidade a curto prazo sendo necessário a duração de um determinado espaço de tempo para que se possa efetuar uma comparação de dados.

A tabela seguinte demonstra de uma forma resumida as principais diferenças entre o empreendedorismo empresarial e o social.

Tabela 1.3 Principais diferenças entre empreendedorismo económico e empreendedorismo social

Empreendedorismo económico	Empreendedorismo social
Pensa individualmente	Pensa no coletivo
Produz bens e serviços visando o lucro	Produz bens e serviços visando bem-estar da comunidade
Focaliza o mercado com suas ameaças e oportunidades	Focaliza a resolução dos problemas sociais
Mensura a eficiência através do lucro	Mensura a eficiência através dos impactos sociais
Visa o desenvolvimento do negócio	Visa o desenvolvimento social
Visa a satisfação dos clientes	Visa a satisfação da comunidade

Fonte: Mancini e Yonemoto (2010)

Da análise efetuada se observa que, apesar das diferenças acima apresentadas, são mais as semelhanças do que as diferenças existentes entre estas duas áreas de atividade (Masseti, 2008). Essas semelhanças resultam do facto de ambas partilharem de algumas características tais como a procura de oportunidades, a assunção de riscos, ou o facto de os seus atores (os empreendedores económicos e sociais) serem considerados agentes inovadores que conseguem criar valor a partir dos recursos escassos que possuem (Parente *et al.*, 2011). Assim, conclui-se que o valor social e o valor económico são criados em simultâneo quer no empreendedorismo social quer no empreendedorismo económico. A ênfase dada a cada um deles é que difere. Para o empreendedorismo social o mais importante é criar valor social, enquanto no empreendedorismo económico acontece o oposto (Bernardino, 2014).

De seguida, será feita uma análise às escolas de pensamento que estiveram na base do empreendedorismo social, descrevendo a posição que cada uma destas abordagens assume em relação aos processos que poderão ser utilizados para o alcance do seu fim último que é a criação de valor social.

1. 5 As diferentes escolas de pensamento do empreendedorismo social

Há duas principais abordagens que traduzem as investigações académicas do empreendedorismo social: a perspetiva norte-americana e a europeia.

Existem diversas características que distinguem as duas abordagens. Uma das principais diferenças reside no património disciplinar de partida, em que a abordagem europeia tem por base as disciplinas de sociologia e ciências políticas, enquanto a norte americana tem a sua origem no setor não lucrativo da economia e gestão (Parente & Quintão, 2014).

A seguir, procede-se a uma descrição das principais características das duas abordagens referidas anteriormente.

1.5.1 A abordagem norte americana – o setor não lucrativo e a escola da inovação social

A tradição norte americana surge de um contexto ideológico fundamentalmente liberal e individualista onde o Estado intervinha na regulação económica e proteção social, embora de forma reduzida onde surgem ambiguidades em várias esferas como a económica (lucrativo/não lucrativo), a política (público/privado), a esfera da liberdade e escolha individual (voluntário/obrigatório) (Parente & Quintão, 2014). Na abordagem norte-americana encontra-se a perspetiva do setor não lucrativo e a perspetiva da inovação social que, seguidamente, serão descritas.

A perspetiva norte americana de empreendedorismo social e economia social tem as suas raízes no uso de atividades comerciais por organizações não lucrativas como suporte à sua missão (Defourny & Nyssens, 2010b). O setor não lucrativo surge como “ator chave” para dar respostas às necessidades sociais que o Estado não respondia (Parente *et. al.*, 2011). A tradição americana juntou a visão do empreendedor enquanto

ator social e económico por excelência e da empresa como meio de sobrevivência no livre mercado para tornar as ações do empreendedorismo mais sustentáveis usando os métodos empresariais (Parente *et al.*, 2011). Assim, esta abordagem, de setor não lucrativo de carácter empresarial, tal como designado por Defourny e Nyssens (2010a), enfatiza as organizações sem fins lucrativos que geram rendimentos através de atividades comerciais diretas como forma de atingir a sua missão (Ferreira, 2005; citado por Parente, *et al.*, 2011). Portanto, esta abordagem tem como principal objetivo a criação e gestão das organizações e dos seus processos tendo como pensamento central a sustentabilidade da organização mantendo a sua missão social como âncora para o desenvolvimento das suas atividades e estratégias de geração de rendimentos. Ainda, faz com que a organização tenha um formato económico e uma atividade social específica, fazendo uso da inovação nos processos empresariais como forma de gerar os recursos necessários e apresentando uma forte orientação para o mercado através da disciplina de mercado, eficiência na gestão de recursos, bem como ferramentas de planeamento e gestão (Dart, 2004; citado por Parente, *et al.*, 2011; Massarky & Beinhacker, 2002; citado por Parente, *et al.*, 2011).

A escola da inovação social também se enquadra dentro da perspetiva norte-americana, tendo surgido depois da escola do setor não lucrativo. A escola da inovação social considera o empreendedor social como aquele que concebe respostas inovadoras aos problemas sociais (Bernardino, 2014; Parente *et al.*, 2011). Esta escola foca-se na figura do empreendedor social, centrando-se essencialmente no impacto social que resulta das suas ações, ao invés de enfatizar os recursos usados, formatos organizacionais ou *inputs* (Dees, 2001; Defouny & Nyssens, 2010a). Esta abordagem refere que os empreendedores sociais são inovadores por excelência, sendo agentes de mudança com uma missão social que procuram atacar as causas dos problemas gerando valor social e melhorias sociais sustentáveis sem descurar os objetivos centrais da sua missão social (Bernardino, 2014; Dees 2001; Parente *et al.*, 2011).

Para Bernardino (2014), de acordo com esta escola de pensamento, uma iniciativa insere-se no empreendedorismo social mesmo atravessando a fronteira das organizações sem fins lucrativos, sendo apenas para o efeito necessária a aplicação da inovação a uma missão social.

1.5.2 A tradição Europeia – Economia social e emergência da empresa social

De acordo com Defourny e Nissens (2010b), na tradição Europeia, têm sido usadas representações e práticas distintas para o empreendedorismo social enquanto campo teórico-prático da economia social. Na Europa, as conceções quanto às respostas aos problemas sociais por parte do Estado são diferentes das norte-americanas. A tradição europeia tem usado o conceito de economia social para designar o terceiro setor, que se caracteriza por ser um setor autónomo e equidistante do setor público e privado na resposta às necessidades sociais (Parente *et. al.*, 2011). Deste modo, as organizações sem fins lucrativos como as associações, fundações, mutualidades, cooperativas na tradição europeia são partes integrantes da economia social (Defourny & Nyssens, 2010a). Portanto, o terceiro setor é representado como sendo um setor autónomo do Estado e do mercado e é representado pela economia social e solidária como sendo um espaço que ocupa uma posição intermediário entre o Estado, o mercado e a comunidade. Trata-se de um espaço híbrido constituído pela sociedade civil enquanto uma coletividade que possui princípios distintos e que os diferencia dos setores com quem delimita a sua ação (Estado, Mercado e a Comunidade).

A European Research Network (EMES) é uma rede de investigação europeia que, desde os anos 90 do século XX, tem vindo a desenvolver estudos no campo do terceiro setor europeu e das organizações que o constituem, que denomina de empresa social (Defourny & Nyssens, 2010b). Assim, para a European Research Network, as empresas sociais são “organizações privadas, autónomas e empreendedoras que providenciam produtos ou serviços com o objetivo explícito de beneficiar a comunidade. São detidas e geridas por um grupo de cidadãos e o interesse material dos investidores é sujeito a limites (...), estando ora proibidas de distribuir os lucros ora estruturadas de forma a excluir o lucro como objetivo principal” (Borzaga, Galera & Nogales, 2008, p.5; citado por Parente & Quintão, 2014).

Bernardino (2014) refere que, de acordo com a perspetiva Europeia, o conceito de empreendedorismo social não descarta a possibilidade de haver uma finalidade lucrativa, embora o excedente económico possa ter limitações quanto à sua apropriação. A perspetiva europeia possui mecanismos de controlo interno e externos, como uma gestão estratégica e participativa dos *stakeholders*, o que já não acontece com a perspetiva americana que usa os mecanismos do mercado.

1. 6 Empreendedorismo social enquanto instrumento para a criação de valor social

Como se tem vindo a falar, o empreendedorismo social visa a criação de algo que, como citado por Bernardino (2014), para Dees (2001) é o “valor social”, para Zhara, *et. al.*, (2009) traduz-se na “riqueza total”, e Porter e Kramer (2011) o vêem como o “valor partilhado”, sendo que, o se pretende é a criação de valor social e económico conjuntamente. Assim, no empreendedorismo social, a criação de valor deverá ser concebida em termos sociais e económicos (Emerson, Wachowicz, & Chun, 2010). Porém, a criação de valor social é o objetivo central do empreendedorismo social (Parente & Quintão, 2014), motivo pelo qual os empreendedores sociais procuram oportunidades e desenvolvem atividades inovadoras.

As atividades desenvolvidas podem ter como beneficiários um só segmento da população (por exemplo, jovens em situação de risco) ou a sociedade no seu todo, quando as ações têm como alvo o público em geral (por exemplo, ações de sensibilização) (Bernardino, 2014). Assim as ações de empreendedorismo social podem proporcionar a criação de valor de uma forma direta através de um produto ou serviço que supra uma necessidade social ou então, de uma forma indireta, quando se está perante ações de sensibilização e consciencialização junto da população acerca de uma questão social (Bernardino, 2014).

Portanto, pelo facto dos empreendedores sociais atuarem no campo social faz com que os desafios encontrados sejam ainda maiores do que aqueles com que se deparam os empreendedores económicos (Dees, 2001; Parente *et. al.*, 2011). Definir, por exemplo, o valor social que uma atividade está a gerar é particularmente difícil na medida em que o termo “social” é entendido por alguns autores como complexo e, por vezes, contraditório (Parente & Quintão, 2014). Para Young (2006; citado por Parente e Quintão, 2014, p.39) “a natureza do valor social advém do resultado de um conjunto de atividades, produtos ou serviços que beneficiam e são valorizadas por pessoas cujas necessidades não estão a ser supridas nem pelo Estado e nem pelo Mercado”. Estas atividades podem ser de cariz cultural, comunitário, artístico, recreativo, profissional ou desportivo, e vão de encontro aos interesses das organizações sociais (Muraro & Lima, 2003). Isso leva a que os empreendedores sociais atuem em diversas esferas da sociedade. De facto, desde que haja um problema que afeta a sociedade e que haja oportunidades para a sua resolução, os empreendedores sociais não medem esforços para proporcionar um nível de vida melhor à sociedade (Dees, 2001). Assim, a

capacidade de criação de valor social não depende apenas da interação entre os indivíduos que prosseguem atividade de empreendedorismo social, encontrando-se também condicionado pelo reconhecimento pela sociedade do campo do empreendedorismo social e da consciência dos benefícios que a sua atividade é capaz de proporcionar nas comunidades. Emerson *et al.*, (2010) reconhecem esta capacidade de criação de valor por parte do empreendedorismo social, que se traduz na melhoria das condições de vida dos indivíduos ou sociedade como um todo através da combinação dos recursos, *inputs*, processos ou políticas. Portanto, os empreendedores sociais atuam na sociedade de forma diferente das iniciativas tradicionais sociais pois estas pretendem a satisfação imediata das necessidades enquanto o empreendedorismo social procura satisfazer as necessidades sem criar situações de dependência, dotando as pessoas de capacidades para resolverem os seus próprios problemas sociais (Bernardino, 2014).

Um elemento central ao empreendedorismo social, e que se encontra na sua génese, são os problemas sociais. Importa, por isso, compreender o que são problemas sociais e quais as repercussões que têm sobre este tipo de atividade. Para Rubington e Weinberg (1995; citado por Carmo, 2008) um problema social é uma situação incompatível com os valores que um determinado número de indivíduos defendem e que, por conseguinte, estes pretendem alterar. Estamos, pois, perante um problema social quando um grande número de indivíduos deteta que há questões inquietantes e relevantes à sociedade que carecem de soluções e que trazem infelicidade e dificuldades. Um problema pressupõe uma solução. Então, os problemas sociais que têm origem no contexto social requerem uma solução social. Daí, o empreendedorismo social ser hoje uma alternativa para a resolução dos problemas sociais buscando um valor duradouro e sustentável.

Dos problemas sociais mais prementes que o empreendedorismo social visa fazer face destacam-se a pobreza e exclusão social. A pobreza é caracterizada como um infortúnio de alguns membros da sociedade e quando ela é involuntária é vista como uma violação dos direitos humanos fundamentais. Por esse motivo, deve ser colocada na agenda política dos governos nacionais e instâncias internacionais ao mesmo nível de outras matérias como a segurança e a paz (Silva, 2010).

Já o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2010) caracteriza a pobreza monetária relativa como sendo o rendimento disponível ou a despesa por indivíduo ou agregado familiar quando comparado com alguma variável de referência que sirva de linha de demarcação

entre pobres e não pobres. Neste contexto, é preciso definir o que é ser pobre a fim de melhor se entender essa definição. Pode-se dizer que os pobres são considerados como os indivíduos ou agregados familiares cujo rendimento ou despesa é inferior a um certo limiar que, no caso dos países menos desenvolvidos, é definido como um dólar por pessoa, por dia, no caso de uma definição de pobreza severa e dois dólares, por pessoa, se for com um critério mais generoso (Silva, 2010). Já nos países da União Europeia é definido uma certa percentagem (60% segundo o critério da Eurostat) do rendimento médio de um determinado território (Silva, 2010). Ainda o INE (2010, p.25-26) afirma que *“ser pobre não é apenas ter um rendimento inferior a um dado limiar de pobreza, mas é também estar dependente de fontes sobre as quais os indivíduos não têm qualquer controlo, por elas não constituírem seu dinheiro.*

A pobreza tem várias origens incluindo a falta de rendimentos e de recursos produtivos suficientes para garantir condições de vida sustentáveis. A fome, a desnutrição, a falta de saúde, falta ou acesso limitado à educação, o aumento da natalidade e a mortalidade por doença, sem-abrigo, habitação inadequada, exclusão, insegurança, discriminação social, entre outros, são manifestações da pobreza. A pobreza tem várias causas, inclusive estruturais, tratando-se de um problema complexo e multidimensional que tem origem tanto a nível nacional como internacional (Nações Unidas, 1995).

De acordo com o Banco Mundial, em 2013, cerca de 1,2 bilião de pessoas viviam em condições de extrema pobreza, o que representa 21% da população mundial. As estatísticas disponibilizadas pela mesma instituição indicam que cerca de 2,2 milhões de pessoas viviam, em 2011, com menos US \$ 2 por dia.

De acordo com o prémio Nobel de Economia de 1998, Amartya Sen, a pobreza deve ser vista não só do ponto de vista monetário mas, sobretudo, como um défice de capacidades em relação a uma pessoa ou um agregado familiar que os impossibilita de levar uma vida decente de acordo com o padrão corrente na perspetiva da sociedade. A pobreza está na origem da exclusão social, embora haja outras causas como o desemprego, marginalidade, discriminação, entre outros (Silva, 2010)

A utilização do termo exclusão social é recente, muito embora o fenómeno não o seja. A exclusão resulta das diferenças existentes entre diferentes partes da sociedade, levando a que um conjunto de indivíduos não tenha acesso a um conjunto mínimo de benefícios a que teriam direito enquanto membros de uma sociedade e conduzindo a uma situação

em que não se verifica integração social (Rodrigues, Samagaio, Ferreira, Mendes & Januário, 1999; Silva, 2010). De facto, um indivíduo ao ser excluído do mercado de trabalho verá as fontes de geração de rendimentos que lhe permite o acesso a bens de primeira necessidade reduzidos ou eliminados e, posteriormente, poderá vivenciar uma situação de pobreza. Consequentemente poderá vir a ser excluído das relações sociais, havendo uma rotura entre o indivíduo e a sociedade. A desintegração social bem como do sistema de atividades e das relações sociais e familiares são consequências da exclusão social (Rodrigues *et al.*, 1999).

Segundo os mesmos autores, a pobreza e exclusão social encontram-se frequentemente associadas ao aparecimento de “classes perigosas” ou marginais que origina instabilidade e insegurança social. Importa referir que com as recentes crises económica e financeira a situação de desemprego, isto é a “ausência de emprego ou de trabalho regulado por uma relação contratual que institucionaliza o trabalho em emprego” (Rodrigues *et al.*, 1999, p.76), vem intensificar o risco de pobreza e exclusão social. Por isso, o fenómeno do desemprego, exclusão social e pobreza poderão conduzir a um círculo vicioso e a uma espiral de pobreza e exclusão social. Por isso, só com mudanças profundas na economia é que se consegue uma verdadeira erradicação da pobreza (Silva, 2010) na medida em que são vários os problemas sociais que têm afetado as sociedades como a prostituição, dependência de drogas, alcoolismo, tabagismo, delinquência, maus-tratos físicos e mentais ou delinquência.

Como já foi referido, o empreendedorismo social pretende solucionar esses problemas agindo no campo social, muitas vezes, através das instituições sem fins lucrativos (ISFL). Mas como é que relacionamos o empreendedorismo social com o terceiro setor? Esta questão será esclarecida na seção seguinte.

1.7 Empreendedorismo social e terceiro setor: O terceiro setor enquanto esfera para o desenvolvimento do empreendedorismo social

Na literatura sobre empreendedorismo social é frequente a alusão ao terceiro setor, na medida em que a maior parte das iniciativas de empreendedorismo social são desenvolvidas dentro dessa esfera (Quintão, 2011).

Nas sociedades contemporâneas, o Estado tem sido designado como o primeiro setor, que aborda no plano económico o setor público, as formas de organização dos governos bem como da administração pública (Quintão, 2011; Sarti & Kimura, 2009; Silva & Aguiar, 2001). O mercado, por sua vez, surge como o segundo setor, onde se encontram as organizações empresariais de finalidade lucrativa (Quintão, 2011; Sarti & Kimura, 2009; Silva & Aguiar, 2001). O terceiro setor, por fim, compreende as entidades, geralmente sem fins lucrativos, que se localizam numa esfera situada entre o Estado e o mercado e que partilham características destes dois setores de atividades (Quintão, 2011; Sarti & Kimura, 2009; Silva & Aguiar, 2001).

De acordo com Salamon (1998) as ISFL são criadas com o intuito de promover o desenvolvimento económico local, prestar serviços, proteger o meio ambiente, defender os direitos entre outros objetivos que vão de encontro às necessidades que não são atendidas pelo Estado. Ainda o mesmo autor afirma:

“ O crescimento do terceiro setor decorre de várias pressões, desejos e necessidades advindas das pessoas, como cidadãos, das instituições e dos próprios estados. Deste reflete um conjunto nítido de mudanças sociais e tecnológicas, aliado a continua crise de confiança na capacidade do estado.”
(Salomon, 1998, p. 5).

A revisão de literatura efetuada demonstra que a definição do conceito de terceiro setor tem apresentado dificuldades na produção de uma definição consensual (Quintão, 2011; Salomon, 1998). Parente e Quintão (2014) ressaltam que é natural haver uma multiplicidade de conceitos nos campos científicos. Apesar da discussão existente, poder-se-á afirmar que o terceiro setor se refere a um espaço onde se localizam as entidades que não pertencem nem ao setor público (Estado) e nem ao setor lucrativo (mercado) sendo, por isso, entendido como um ponto de convergência de diferentes conceitos do setor não lucrativo e da economia solidária embora não sendo comuns em algumas áreas (Chaves & Monzón, 2006; Santos & Guerra, 2012).

Segundo Salomon e Helmut (1996), a Organização para as Nações Unidas (ONU), considera que as organizações sem fins lucrativos se definem pela observância de cinco características, que as distinguem das demais organizações, nomeadamente:

- Serem privadas, ou seja, separadas do governo; embora possam obter financiamento do setor público e possuir funcionários públicos, as organizações sem fins lucrativos são responsáveis pela própria gestão, não sendo controladas externamente;
- Não apresentar finalidade lucrativa, em que as receitas geradas não poderão ser distribuídas pelos detentores da organização nem pelos seus órgãos de gestão, devendo as receitas reverter a favor da própria organização;
- Ter por finalidade uma causa social, em prol da qual desenvolvem as suas atividades;
- Serem formalmente constituídas, devendo dispor de uma estrutura organizacional e de um certo nível de regras e procedimentos.
- Possibilidade de incorporação de trabalho voluntário nas suas atividades de gestão e/ou operacionais.

Verifica-se pois, que a economia social partilha muitas das características das organizações sem fins lucrativos. Dentre as cinco características enunciadas das ISFL, que são a de serem organizações privadas, organizadas voluntariamente, autónomas, envolverem participação de voluntariado e a não distribuição de lucros, somente a última é que não se encontra vertida nos princípios da economia social (Chaves & Monzón, 2006).

No entanto, através das políticas humanistas e de cooperação o terceiro setor influencia a sociedade em quatro níveis (Machado, 2009):

- Económico: como forma de dar respostas às necessidades existentes, através da criação de bens e serviços, ou adaptando os bens e serviços para a procura existente nos mercados;
- Empregabilidade: através da criação de emprego, formação e inserção socioprofissional de grupos que tenham dificuldades no acesso ao mercado de trabalho;
- Luta contra a exclusão social: através da criação de respostas às necessidades sociais bem como de novas soluções institucionais;
- Desenvolvimento local sendo que, o terceiro setor tem como objetivo o desenvolvimento das comunidades.

Com a secção seguinte pretende-se clarificar a área de atuação das organizações do terceiro setor.

1. 8 Áreas de atividades das instituições sem fins lucrativos

Para uma melhor compreensão do setor não lucrativo bem como das suas áreas de atividade, apresenta-se, na tabela 1.4, a classificação das organizações sem fins lucrativos (*The International Classification of Nonprofit Organization - ICNPO*) que apresenta 12 grupos que traduzem as 12 áreas de atuação das OSFL. A tabela foi apresentada pela primeira vez por Salomon e Helmut (1996) de acordo com o sistema de classificação recomendado pela ONU. Neste trabalho utilizou-se a proposta de Andrade e Franco (2007) aplicada à realidade Portuguesa como se observa na tabela abaixo. Constata-se que são diversas as áreas em que as organizações podem atuar, a que acresce o facto de estas poderem desenvolver a sua ação em mais do que uma categoria em simultâneo. De facto, as organizações podem conciliar fins sociais (grupo 4) com as defesas de causa (grupo 7); cultura e lazer (grupo 1) com desenvolvimento e habitação (grupo 6); sendo que também a área internacional (grupo 9) pode ser conjugada com todas as outras classes da tabela (Andrade & Franco, 2007).

Tabela 1.4 Tabela da Classificação Internacional das Instituições Sem Fins Lucrativos aplicada em Portugal

Grupo	Grupo ICNPO	Tipo de Organização em Portugal
	Designação	
1	Cultura e Lazer	Associações culturais, recreativas e desportivas Casas do povo Fundações culturais Clubes sociais e recreativos Museus Jardins Zoológicos e Aquários Sociedades históricas e literárias Associações de artes performativas e companhias: teatro, dança, etc. Associações de Estudantes e Associações Juvenis

2	Educação e Investigação	Escolas por exemplo ligadas a congregações religiosas Universidade Católica Centros de Investigação
3	Saúde	Hospitais e casas de saúde
4	Serviços Sociais	Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS Outras associações de solidariedade social (dedicadas às crianças, jovens, idosos, deficientes, famílias, sem-abrigo, etc.) Santas Casa de Misericórdia Cooperativa de Solidariedade Social Associações Mutualistas Associações de Bombeiros Voluntários.
5	Meio Ambiente	Associações Não-Governamentais de ambiente Associações de Proteção de animais.
6	Desenvolvimento e Habitação	Organizações de Desenvolvimento Local Cooperativas de Habitação e construção Associações de moradores
7	Leis, Defesas de Causas e Política	Associações de defesa de direitos humanos em geral (imigrantes, antirracismo, apoio à vítima, defesa do consumidor, doentes crónicos, infetados com HIV/SIDA, família, mulheres, etc.) Partidos Políticos Associações de moradores
8	Intermediárias Filantrópicas Promotores do voluntariado	Fundações (Grant-giving ou doadores) Associações promotoras do voluntariado Bancos Alimentares
9	Internacional	ONGD – Organizações Não-Governamentais de Cooperação para Desenvolvimento Subsidiárias de organizações internacionais a operar em Portugal
10	Religião	Institutos Religiosos Associações religiosas

11	Associações Empresariais, Profissionais e Sindicais	Associações Empresariais Associações profissionais Sindicatos
12	Não classificado em outro grupo	Não classificado

Fonte: Adaptado de Franco 2005 *in* Andrade e Franco (2007)

Como aludido, são vários os campos de ação das ISFL. Portanto, o setor sem fins lucrativos é formado pelas organizações de interesse geral, organizações caritativas e filantrópicas que desde a Segunda Guerra Mundial vêm substituindo o Estado na satisfação das necessidades sociais emergentes (Borzaga & Defourny, 2001; Parente, *et al.*, 2011). Deste modo, estas organizações adaptam-se às necessidades desenvolvendo as áreas que são as mais adequadas no momento.

Seguidamente, procede-se a uma análise da relação do empreendedorismo social com o primeiro setor (setor público), segundo setor (setor privado) e o terceiro setor (setor sem fins lucrativos) para uma melhor compreensão da ligação existente entre eles.

A figura seguinte demonstra a sobreposição do primeiro setor (setor público), o segundo setor (setor privado) e o terceiro setor (setor sem fins lucrativos) que configura o espaço para a emergência do empreendedorismo social.



Figura 1.1 Espaço institucional para a emergência do empreendedorismo social

Fonte: Leadbeater (1997)

As organizações sem fins lucrativos sempre foram vistas como criadoras de valor social e as empresas privadas como as geradoras de valor económico. Contudo, a convergência da esfera económica e social deu origem a novas oportunidades e novas formas de organizações, híbridas e completamente novas, levando à junção das dimensões económicas e sociais. Assim, este espaço onde intersejam estas três dimensões (Estado, Mercado e o setor sem fins lucrativos), deu origem ao campo de ação do empreendedorismo social (Bernardino, 2014).

Assim, para Leadbeater (1997), a emergência do empreendedorismo social resulta de três princípios: (i) em primeiro lugar de um corpo cada vez mais crescente em inovação no setor público onde se procura encontrar novas formas de prestação de serviços de assistência social; (ii) em segundo lugar, pelo facto de o setor privado ter apresentado um interesse crescente pelo bem-estar social; (iii) por último, o setor voluntário tem vindo a desenvolver-se de forma inovadora sendo uma das mais importantes fontes do empreendedorismo social. Deste modo, o empreendedorismo social surge como um novo modelo de organização no quadro do terceiro setor. Segundo Quintão (2011), o empreendedorismo social tem vindo a estabelecer-se como um subconjunto singular dentro da economia social e solidária, trazendo renovação para o terceiro setor e contribuindo para a evolução deste domínio de atividade. É de destacar ainda que o terceiro setor e o empreendedorismo social têm em comum os seguintes objetivos (Quintão, 2011):

- Luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Emprego e inserção socioprofissional;
- Desenvolvimento local sustentável

De um modo semelhante, Dees (2001) defende que as atividades de empreendedorismo social se caracterizam pelo seu carácter inovador. Segundo o autor, estas são frequentemente levadas a cabo por organizações sem fins lucrativos, muito embora preconize que poderão também ocorrer no domínio de atividades lucrativas desde que apresentem pronunciados objetivos sociais como o são, por exemplo, os bancos de desenvolvimento comunitário ou as organizações híbridas que combinam elementos lucrativos e não lucrativos. Esta possibilidade é ilustrada pelo autor no caso de programas concebidos para os sem-abrigo em que a formação e o trabalho dos seus utilizadores são obtidos através de atividades lucrativas.

Parente e Quintão (2014) consideram que entre os anos de 1980 e 1990 ocorreu o aparecimento de algumas expressões como empreendedorismo social, economia solidária, empresas sociais, utilizadas para se aludir a fenómenos que anteriormente eram enquadrados dentro do âmbito do setor não lucrativo e da economia social. Este facto ocorreu, segundo os autores, devido à proliferação de iniciativas de organizações de cariz social e pela novidade que estes novos conceitos trouxeram. A atuação do terceiro setor classifica-se como sendo dispersa e diversificada pelo que existem vários termos para o identificar: nos Estados Unidos da América é comum a utilização da expressão setor não lucrativo, no Reino Unido setor voluntário, na Europa Central fundação, em França utiliza-se o termo economia social, já em África e América Latina são frequentes os termos organizações não governamentais (Machado, 2009).

Em Portugal, a prática do empreendedorismo social é com frequência analisada à luz do terceiro setor, ou do setor cooperativo e social, tal como é indicado na Constituição da República Portuguesa (CRP) (Bernardino, 2014).

São diversas as entidades que, nos termos da CRP, são incluídas no setor cooperativo e social, pertencendo a maioria das quais ao âmbito da economia social. Convém salientar que, embora em número reduzido nem todas as organizações da economia social pertencem efetivamente ao setor cooperativo e social, não sendo o inverso também necessariamente verdade (Namorado, 2006). Exemplo da primeira situação seria, segundo Namorado (2006) o caso de uma entidade privada com fins lucrativos, com a forma jurídica de sociedade comercial, que apresentasse uma missão social. Do mesmo modo, tendo por base o nível de empresarialização poder-se-á questionar se todas as organizações do setor cooperativo e social se enquadram no âmbito da economia social (Namorado, 2006) e na prática do empreendedorismo social. Bernardino (2014) responde a esta questão ao indicar que o próprio INE admite que a definição de economia social inclui a possibilidade dos seus atores poderem intervir tanto na área mercantil como na não mercantil, de acordo com a delimitação conceitual utilizada pela conta satélite para a economia social. A área mercantil pode incluir, por exemplo, cooperativas, mutualidades, grupos controlados por cooperativas ou outras entidades de economia social enquanto na área não mercantil se englobam as associações, fundações, entidades em que a sua produção é distribuída maioritariamente de forma gratuita ou a um preço simbólico.

Em Portugal as Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL) poderão assumir, de acordo com Andrade e Franco (2007), as seguintes formas e estatutos jurídicas: associações, associações mutualistas, cooperativas, fundações, Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), misericórdias, Organizações de desenvolvimento local, Organizações Não Governamentais de Cooperação para Desenvolvimento (ONGD) e as federações, uniões e confederações. De seguida, procede-se a uma breve descrição de cada uma destas tipologias de organizações:

- Associações

As associações caracterizam-se pelo facto do elemento essencial ser as pessoas que se juntam para prosseguir um determinado fim. Como exemplo, poder-se-á referir o caso das associações de bombeiros voluntários, associações de defesa dos consumidores, associações de defesa dos utentes da saúde, associações de estudantes, associações da família, associações das mulheres, entre outros.

- Associações mutualistas

As associações mutualistas são um tipo particular de associação, cuja história remonta o século XIX. Inicialmente, este tipo de organizações era conhecido como associações de socorros mútuos, embora o nome ainda perdure. As associações mutualistas são constituídas por um número limitado de associados e que através da quotização dos sócios visam, no interesse destes ou das suas famílias, fins de previdência e de auxílio recíproco de acordo com o código das associações mutualistas preconizado no decreto-lei nº 72/90 de 3 de Março (Andrade & Franco, 2007).

- Cooperativas

As cooperativas são pessoas coletivas autónomas de livre constituição de capital e composição variável, e que através da cooperação os seus membros se entrelaçam obedecendo aos princípios cooperativos visando a satisfação das necessidades e aspirações económicas, sociais ou culturais sem terem fins lucrativos. As cooperativas na sua constituição e funcionamento obedecem aos seguintes princípios cooperativos: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, autonomia e independência, intercooperação e interesse pela comunidade (Andrade & Franco, 2007). Existem vários tipos de cooperativas como de consumo, agrícola, crédito,

comercialização, habitação e construção, pescas, artesanato, ensino e solidariedade social.

- Fundações

De acordo com a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), uma Fundação é uma pessoa coletiva criada por iniciativa de uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas, não tendo finalidade lucrativa, dotada de um património suficiente, definitivo e definitivamente afeto a um fim de interesse social. A fundação como sendo uma organização sem fins lucrativos, se comparada com as outras organizações é um fenómeno muito recente em Portugal.

- Misericórdias

As irmandades de misericórdia ou santas casas de misericórdias são associações que são constituídas na ordem jurídica canónica e têm como finalidade satisfazer necessidades sociais bem como prestar cultos de acordo com o espírito tradicional católico, tendo como princípios a doutrina moral cristã (art.º 68, n.1 do EIPSS – DL n.º119/83, de 25 de Março).

- Organizações de desenvolvimento local

As organizações de desenvolvimento local são organizações da sociedade civil que levam a cabo iniciativas de desenvolvimento local e podem ser entidades públicas, privadas empresariais e privadas sem fins lucrativos (Andrade & Franco, 2007).

As organizações sociais poderão ser classificadas, em função do estatuto jurídico que apresentam, como Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou como Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD). A atribuição do estatuto jurídico de IPSS ou ONGD atende à vocação e missão das organizações visadas e confere-lhes condições de discriminação positiva nomeadamente em termos de isenções e benefícios fiscais, acordos de cooperação com a segurança social, angariação de fundos, uso da lei do mecenato, condições especiais de acesso ao crédito, auxílio no plano técnico, uso do trabalho voluntário, entre outros (Parente & Quintão, 2014).

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) são instituições/entidades que são constituídas sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, tendo como finalidade dar expressão ao dever moral de solidariedade e justiça entre as pessoas e que

não sejam administradas pelo Estado ou por uma autarquia a fim de atingir, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços, os seguintes objetivos (Silva, 2013; Teixeira, 2014):

- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio à família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações em que estejam privados dos meios de subsistência ou incapacidade para trabalhar;
- Promoção e proteção da saúde, através de medicina preventiva, curativa e de reabilitação.

As IPSS podem revestir a forma de associações de solidariedade social, associações de voluntários de ação social, associações de socorros mútuos, fundações de solidariedade social ou irmandades de misericórdia.

A maioria das IPSS está ligada à Igreja Católica onde os párocos são responsáveis pelos centros sociais e paroquiais (Andrade & Franco, 2007). Quanto ao ICNPO, os centros sociais e paroquiais pertencem ao grupo quatro, ao passo que as igrejas enquanto lugares de culto bem como as fábricas paroquiais ou conselhos económicos fazem parte do grupo dez.

- As Organizações Não-Governamentais (ONGD)

As ONGD são pessoas coletivas de direito privado, sem fins lucrativos, tendo o seu estatuto definido na Lei nº66/98, publicada no Diário da República a 14 de Outubro de 1998 (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014; Soares, 2014).

A designação de ONGD, segundo este estatuto, abrange as organizações que desenvolvem ações nos países em desenvolvimento em várias áreas como a ajuda humanitária e de emergência, da proteção e promoção dos direitos humanos e da cooperação para o desenvolvimento. Esta lei permite fazer a diferenciação dos estatutos das ONGD das outras organizações de solidariedade civil mas, com a evolução dos trabalhos das organizações a nível nacional e internacional, este estatuto apresenta-se bastante desatualizado (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

As ONGD surgiram com o intuito de complementarem as atividades de cooperação governamental que a União Europeia tinha com os países em desenvolvimento. Surgiram na década de 60 em que estavam ligados aos movimentos de libertação dos países que se encontravam ainda sob o regime colonial e também ao movimento dos missionários, mas partilhavam um objetivo comum que era de iniciar uma cooperação descentralizada através da valorização do local aliado ao global (Machado, 2009). Nos dias de hoje, as ONGD assumem um papel importante como parceiros para o desenvolvimento e também como agentes catalisadores através das cooperações com as comunidades em que atuam de forma a reforçarem o tecido associativo, no incentivo à participação cívica e económica, na ajuda aos setores mais vulneráveis da população, na melhoria do acesso aos recursos financeiros e técnicos e na procura e reforço das estratégias de preservação do meio ambiente que são elementos chave para um processo de desenvolvimento sustentável (Machado, 2009).

De acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014), as ONGD trabalham em áreas como a sensibilização, formação e mobilização da opinião pública de forma a obter um melhor desempenho em países em desenvolvimento e no combate às injustiças através de estratégias e sugerindo propostas de mudanças. Com essa ação as ONGD pretendem encontrar soluções para os problemas, criando uma consciência pública de que são necessárias respostas globais e solidárias para com as populações dos países mais desfavorecidos.

Também as ONGD atuam em situações de catástrofes naturais ou humanas, através das ações humanitárias e de emergência de forma a aliviar o sofrimento humano tendo como base o princípio da não discriminação (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014)

É de salientar que a base das ONGD é a Declaração Universal dos Direitos Humanos e que estas promovem a igualdade do género, o direito à educação e cuidado de saúde e o direito a um desenvolvimento sustentável e potenciador das capacidades humanas e económicas de cada país (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014).

1.9 Áreas de atuação das ONGD

A atuação das ONGD poderá incidir em uma das seguintes áreas (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014):

- **Cooperação para o desenvolvimento** - que visa apoiar regiões, países e comunidades em dificuldades, que estão inseridos num contexto de desequilíbrio a nível de repartição de recursos. Pretende combater de forma sustentável e duradoura as dificuldades económicas e sociais. Engloba as populações na definição, planificação e criação dos projetos para alcançar o desenvolvimento desejado, permitindo a redução das vulnerabilidades e o aumento das capacidades de intervenção através do *empowerment*. Há uma cooperação com as comunidades locais possibilitando um maior grau de associativismo, maior participação, mais ajuda aos setores mais vulneráveis da população, melhorias no acesso aos recursos financeiros e técnicos bem como preservação do ambiente que possibilitam a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável, desenvolvimento comunitário, capacitação dos recursos humanos, desenvolvimento rural, microcrédito, saúde, segurança alimentar, educação formal e informal, saneamento básico, direitos humanos, formação técnica, melhoria ou reabilitação do *habitat*, igualdade do género, participação e cidadania, ambiente e desenvolvimento, influência política (*lobby* e *advocacy*), responsabilidade social das empresas, estudo e investigação, entre outros, são as áreas que a cooperação para o desenvolvimento abrange (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014)
- **Educação para o desenvolvimento** – trata-se de um “processo dinâmico, interativo e participativo que pretende a formação integral das pessoas” (Plataforma das ONGD, 2012, p. 16) envolvendo as seguintes dimensões: sensibilizar através da partilha de informação proporcionando uma reflexão conjunta com as pessoas para questionarem situações vividas e assim crescer a vontade de mudança para melhor; consciencializar, formar e mobilizar as pessoas de forma a assumirem as suas limitações e possibilidades, isto é, a sua situação e a dos demais promovendo assim o desenvolvimento de visões e estratégias concretas que permitam combater as injustiças com base num espírito de solidariedade e de justiça; Influenciar as políticas, principalmente as públicas, de forma a reduzir a pobreza, a exclusão social e as desigualdades levando a que os Estados adotem políticas eficazes nos domínios tanto da ação do Estado como do setor privado, fomentando o bem social (*ibidem*).

- **Ajuda humanitária e de emergência** - relacionada com o auxílio prestado às populações vítimas de catástrofes tanto naturais como as provocadas pelo homem.

Pretende dar respostas às situações pontuais, não previsíveis com diferentes tipos de apoio entre os quais o envio de medicamentos, distribuição de alimentos, construção de abrigos provisórios, ou seja, os bens essenciais à sobrevivência. Com estas ações os países capacitam-se para a reconstrução e desenvolvimento.

Estas intervenções de ajuda humanitária são implementadas por meios pacíficos e respeitam o princípio da não discriminação e pretendem a preservação da vida com dignidade humana (Plataforma das ONGD, 2012).

É de salientar que a partir das organizações de primeiro nível (as associações e as fundações) poder-se-ão constituir outras organizações, de segundo nível, tais como as federações e uniões e do terceiro nível em que se identificam as confederações (Andrade & Franco, 2007). As uniões são agrupamentos de instituições que possuem forma jurídica idêntica (por exemplo, as associações, mutualidades, misericórdias) e atuam na mesma área geográfica (por exemplo, distrito), ou cujo regime específico de constituição o justifica (tais como: instituições canonicamente eretas). As federações, por sua vez, poderão ocorrer quando as instituições prosseguem atividades do mesmo género, enquanto, no caso das confederações ocorre um agrupamento, a nível nacional, de federações e uniões de instituições.

Segundo o Estatuto das IPSS, as IPSS podem estabelecer formas de cooperação de modo a que se beneficiem mutuamente através da utilização comum de serviços ou mesmo equipamentos e desenvolvimento de ações de solidariedade social, de responsabilidade ou em regime de complementariedade através de (art. n. 87º a 93 EIPSS).

1. 10 As fontes de recursos das instituições sem fins lucrativos

As organizações sociais, para que possam desenvolver as atividades conducentes à criação de valor social, necessitam de dispor de um conjunto de recursos. Segundo Anheier (2005), os recursos nas OSFL dividem-se em três principais categorias:

- Financeiros;

- Recursos em espécie;
- Trabalho, quer seja remunerado ou voluntário.

O trabalho voluntário é importante nas organizações do terceiro setor na medida em que, estes assumem um papel nas redes criadas, garantindo a sua ligação à sociedade civil não organizada. Servem de difusores na área da comunicação pois os voluntários conseguem transmitir mensagens a vários contextos (Parente & Quintão, 2014). Estes elementos voluntários aderem, muitas vezes, às organizações do terceiro setor por fins intrínsecos, altruístas ou relacionais (Parente & Quintão, 2014).

Outros autores consideram que a estrutura de fundos de uma organização social pode ser dividida em três componentes (Andrade & Franco, 2007; Falconer & Vilela, 2001; citado por Andrade, 2012; Machado, 2009):

- Fundos públicos, nacionais e internacionais, incluindo donativos, participações ou isenções fiscais;
- Donativos privados fornecidos por particulares ou empresas, que consistem na atribuição de recursos sem existência de qualquer contrapartida ou reembolso, tais como ofertas de particulares, mecenato empresarial, peditórios, rifas, eventos e que, segundo Cruz (2000, citado por Silva & Silva 2012) poderão ocorrer numa base mensal ou de uma forma esporádica;
- Geração de receitas próprias, através da venda de bens e serviços a associados ou a terceiros, quotas dos sócios, mensalidades dos utentes, rentabilização do património, prestação de serviços, realização de outras atividades lucrativas, entre outros (Teixeira, 2014).

De acordo com Landim e Beres (1999; citado por Andrade 2012) historicamente, o Estado, aliado ao clero, eram considerados os financiadores das organizações sociais. Com o crescimento do terceiro setor e diminuição das contribuições públicas, as organizações sociais começaram a concorrer entre si na obtenção de donativos, procurando de um modo competitivo atrair e reter a realização de donativos. Este incremento da concorrência por fundos provocou uma nova dinâmica na forma de obtenção de financiamento no setor social (Jaques, 2010; citado por Soares, 2014), levando a que as organizações sociais tivessem que adotar abordagens mais empreendedoras no modo como realizam as suas atividades (de modo a justificar a preferência por parte dos doadores) e na procura de novas formas de financiamento.

Deste modo, Cruz (2000; citado por Silva & Silva, 2002) destaca o envolvimento da sociedade na organização social que a realização de donativos por parte de empresas e particulares implica, bem como o aumento da sua visibilidade. De um modo semelhante, o recurso a fundações e agências internacionais irá, segundo o autor, dar credibilidade à organização e envolver também programas de ajuda e formação. De modo semelhante Nicolau *et al.* (2010, citado por Soares, 2014), destaca o papel que as empresas privadas poderão desempenhar no financiamento das organizações sociais, pelo importante papel que exercem enquanto financiadores e pelo apoio que são capazes de oferecer em termos de gestão. No entanto, o financiamento por recurso a donativos pode conduzir as organizações sociais a uma situação de dependência e subordinação, que poderá interferir na prossecução dos seus objetivos e no modo como estas desenvolvem as suas atividades, nomeadamente, por via dos mecanismos de controlo social do Estado (Andrade, 2012). Assim, cada vez mais as organizações sociais sentem a necessidade de diversificar as suas fontes de receitas, de modo a reduzir o seu nível de dependência financeira e garantir a sua autonomia e sustentabilidade (Andrade, 2012).

O empreendedorismo social apresenta uma lógica de atuação própria que se forma, com frequência, na intersecção dos tradicionais setores de atividade (mercado e Estado). No entanto, muitos dos meios de financiamento de que necessitam são obtidos nestes setores de atividade, seja através de situações de cooperação, subordinação ou dependência (Andrade, 2012). Porém, Lopes (2009; citado por Teixeira 2014) considera que não é pelo facto de as organizações sociais atuarem com frequência no âmbito das organizações sem fins lucrativos que impede que estas possam aumentar a sua capacidade financeira através do desenvolvimento de atividades de natureza lucrativa, como forma de angariação de fundos para a prossecução dos seus objetivos sociais.

1. 11 Síntese do capítulo

O objetivo deste capítulo era o de fundamentar os conceitos teóricos que servirão de base para a realização do estudo empírico.

Através da revisão da literatura realizada, constata-se que o conceito de empreendedorismo social resulta da combinação de duas palavras: empreendedorismo e social. Os empreendedores sociais não visam a maximização do lucro mas sim criar valor social de forma duradoura e sustentável para fazer face às necessidades que o Estado (primeiro setor) e o mercado (segundo setor) não conseguem dar resposta. Os empreendedores sociais são vistos como inovadores na medida em que vêm oportunidades onde, para outros, existe apenas um problema. O empreendedorismo social é um fenómeno emergente que visa enfrentar a pobreza e questões sociais a nível global, recorrendo, para o efeito, a fontes onde possam obter os recursos necessários para levar a cabo as suas atividades quer sejam estes recursos financeiros, em espécie ou trabalho (remunerado ou voluntariado). Constata-se que o empreendedorismo social tem como base o setor público, o setor privado e o setor sem fins lucrativos. Em Portugal o empreendedorismo social é, com frequência, analisado à luz do terceiro setor como indica a CRP. O empreendedorismo social é encarado como um campo de atividade de renovação deste setor uma vez que visa, de um modo inovador, resolver questões sociais tais como a pobreza, a exclusão social, gerar o emprego e a inserção social e promover o desenvolvimento local sustentável.

Existem duas abordagens que traduzem os estudos académicos do empreendedorismo social: a perspetiva norte-americana que tem por base a escola do setor não lucrativo e da inovação social, que consideram, respetivamente, que o empreendedorismo social tem suas raízes nas atividades comerciais desenvolvidas por organizações sem fins lucrativos para suportarem sua missão e o empreendedor como aquele que introduz respostas inovadoras aos problemas sociais. Para a tradição europeia o empreendedorismo social surge como campo teórico-prático da economia social, em que pode haver uso de atividades lucrativas no seio das instituições de terceiro setor desde que o lucro não seja redistribuído pelos sócios.

São várias as áreas em que atuam as ISFL. Segundo a tabela do ICNPO, estas poderão ser agrupadas em doze categorias. Em Portugal as ISFL assumem uma variedade de formas e estatutos jurídicos, tais como: associações, associações mutualistas,

cooperativas, fundações, misericórdias, organizações de desenvolvimento local, ONGD, IPSS ou ainda federações, uniões e confederações.

Capitulo II – Metodologia

2. 1 Nota introdutória

Findo o capítulo caracterizador da temática em investigação, pretende-se agora dar a conhecer os procedimentos metodológicos que irão ser usados no desenvolvimento do estudo empírico. No presente capítulo procede-se a uma caracterização socioeconómica de Cabo-Verde enquanto espaço para a intervenção das ONGD portuguesas. De seguida, apresenta-se uma breve caracterização das ONGD portuguesas que têm desenvolvido atividades em Cabo Verde a que se segue o desenho do estudo de investigação e fundamentam-se as escolhas metodológicas efetuadas.

A definição das opções metodológicas é essencial para a concretização deste trabalho científico de modo a que se consigam alcançar os objetivos pretendidos com a investigação. Para o efeito, primeiramente, há uma descrição da questão de investigação, identificação do objetivo principal bem como dos objetivos específicos. De seguida há a descrição do tipo de pesquisa, apresentação dos métodos e técnicas utilizadas para se realizar a pesquisa, bem como os processos de recolha, organização, classificação, registo e interpretação das informações recolhidas.

2. 2 Caraterização socioeconómica de Cabo Verde

Cabo Verde, segundo as Nações Unidas, é um arquipélago formado por dez ilhas em que nove das quais estão habitadas. As dez ilhas estão divididas em dois grupos, a saber o grupo de Barlavento que é constituído pelas ilhas de São Antão, São Vicente, Santa Luzia, São Nicolau e Sal e o grupo Sotavento, constituído pelas ilhas de Maio, Santiago Fogo e Brava sendo as ilhas do Sal e da Boavista aquelas que apresenta mais condições turísticas pelas suas belas praias.

De acordo com o INE de Cabo Verde a população do país era, em 2010, de 491.875. Desse valor, 248.260 são mulheres (50,5%) e 243.315 são homens (49,5%) o que demonstra uma percentagem ligeiramente superior das mulheres em relação aos homens. Dados fornecidos pela mesma entidade indicam que 62% da população residia no meio urbano e o restante (38%) no meio rural. A idade média em Cabo Verde é de 26.8 anos. Em termos de faixa etária mais de 30% da população tem menos do que 19 anos e 7.6% da população total tem mais do que 65 anos.

Cabo Verde é uma República soberana, unitária e democrática, rege-se por leis internas que salvaguardam o respeito pelos direitos humanos. Possui um ordenamento jurídico e o Estado está vinculado às convenções e tratados internacionais sobre direitos humanos e soberania dos povos segundo a Constituição da República de Cabo Verde. Assim, hoje, o país é visto por muitos como um exemplo de boa governação e de esforço para a convergência do desenvolvimento económico com base no respeito pelos direitos humanos e pela melhoria da qualidade de vida das populações apresentando-se em 2014 como o país de língua Portuguesa melhor classificado pelo no índice de Hebrahim de boa governação Africana. Segundo noticiou o jornal de Notícias, a ex-secretária do Estado Norte-Americano, Hillary Clinton, em 2009, apresentou Cabo Verde como um exemplo a ser seguido em África. O país é membro de várias organizações internacionais como o Banco Africano de Desenvolvimento, a Organização Mundial de Comércio, a Organização Internacional do Trabalho, a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial da Saúde, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional, entre outros. Possui ainda uma parceria especial com a União Europeia que foi ratificada por Cabo Verde.

As políticas de desenvolvimento que Cabo Verde tem seguido levaram a um crescimento da economia nacional e isso foi reconhecido a nível internacional, como o

demonstra o facto de, em 2007, Cabo Verde ter sido reclassificado pela ONU como sendo um país de desenvolvimento médio (que sucede à classificação anterior de *Least Developed Country-LDC*) e em 2008 passou a fazer parte da Organização Mundial de Comércio (Relatório da conferência Rio+20, 2012). No entanto, com a escassez de recursos naturais e a grande exposição de Cabo Verde a choques externos, o país tem apresentado um crescimento significativo, muito embora, como se pode verificar na figura seguinte, o ritmo de crescimento da economia até 2013 tinha diminuído.

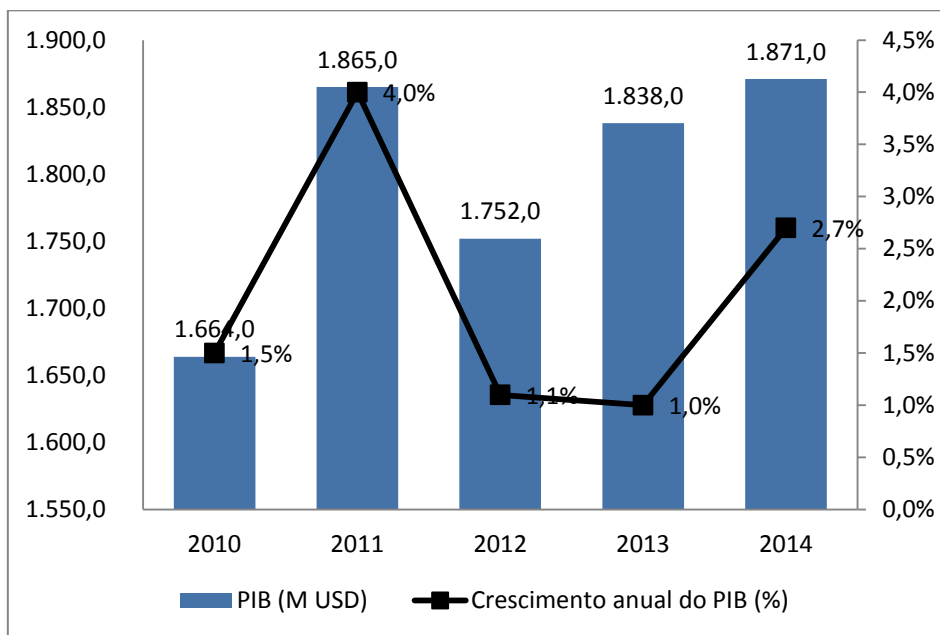


Figura 2.1 Crescimento anual do PIB em Cabo Verde (2010-2014)

Fonte: Banco Mundial

Como se pode verificar, há uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia de Cabo Verde em 2013 como consequência da crise financeira e sua recuperação demorada na Europa. Este fator levou à diminuição do rendimento das famílias que se reflete na diminuição das remessas dos emigrantes e, consequentemente, numa diminuição do consumo privado. Também o investimento privado diminuiu, que no ano 2011 havia ocorrido de uma forma significativa nos setores energético, de transporte, hotelaria e comunicações. De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde, no mesmo período, verificou-se ainda uma melhoria na procura externa devido à diminuição das importações, ao aumento da produção nacional e a diminuição dos gastos da administração pública. As exportações, por sua vez, diminuíram. Em 2014 a economia já retoma seu crescimento.

Cabo Verde tem apostado estrategicamente nas políticas governamentais como motor de crescimento económico. O crescimento económico observado resulta também dos apoios internacionais que o país tem recebido, nomeadamente de Portugal, União Europeia, Luxemburgo, Banco Mundial. O desenvolvimento do setor do turismo tem tido igualmente um contributo importante para a economia do país.

Cabo Verde, segundo o Relatório Rio+20, apresenta uma economia em que o principal setor é o dos serviços, onde se destacam atividades como o comércio, transportes, comunicações, hotelaria, atividades bancárias, alojamento e serviços públicos, que totalizam 70% do PIB. O turismo é uma das atividades estratégicas de Cabo Verde e domina o setor dos serviços. A agricultura e as pescas representam 8% do PIB, como se pode ver na figura 2.2, e estas atividades são desenvolvidas por 70% da população que vive no meio rural. Só as ilhas de Santiago, São Antão, Fogo e Brava possuem uma produção agrícola significativa. Com os novos investimentos na agricultura e, principalmente, com a construção das barragens prevê-se que a produção agrícola possa aumentar levando a um crescimento do seu peso no PIB do país.

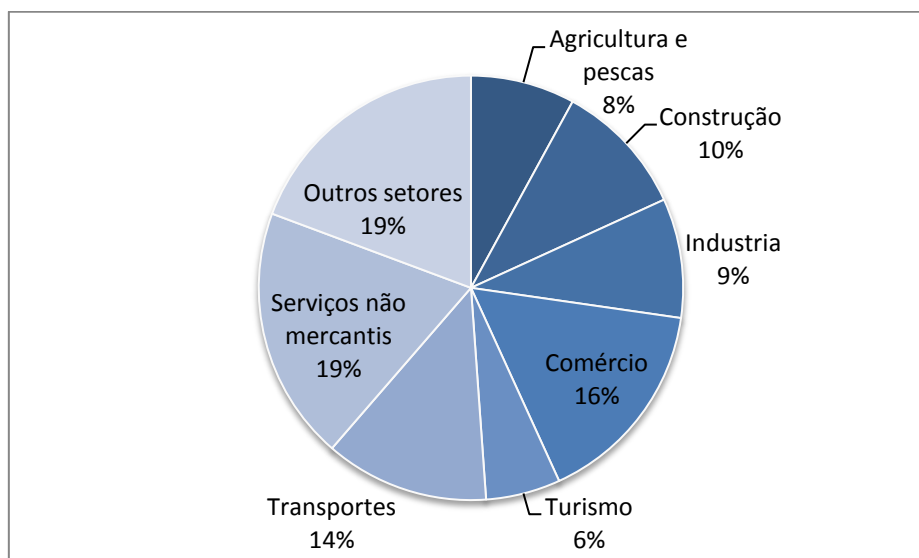


Figura 2.2 Estrutura setorial da economia de Cabo Verde (2013)

Fonte: Banco de Cabo Verde

Cabo Verde é um país com fracos recursos naturais, que se agrava pelo facto de pertencer ao Sahel. Existem ainda outros fatores de ordem social, cultural, económica e tecnológica que, conjuntamente com uma má gestão dos solos, água e vegetação, levam a que o país tenha necessidade de adotar medidas estratégicas de desenvolvimento

sustentável. Na implementação dessas estratégias e programas de desenvolvimento têm surgido parceiros incontornáveis que têm vindo a apoiar os agentes públicos tanto na definição e implementação dos trabalhos como na comunicação e sensibilização das comunidades para a necessidade de preservação ambiental e para a aposta num desenvolvimento integrado e sustentável.

Neste contexto as ONG's têm tido um papel muito importante na implementação dos Programas Nacionais de Luta contra a Pobreza (PNLP), principalmente no meio rural, através dos vários projetos na área da agricultura, pescas, áreas socioeducativas entre outras.

É de destacar que de entre as 65 ONGD que estão associadas à plataforma das ONGD portuguesas mais de um terço (26 ONGD) atuam ou já atuaram em Cabo Verde através de parcerias no desenvolvimento de projetos nas áreas sociais (Plataforma Portuguesa das ONGD, 2014). A tabela 2.1 apresenta uma breve caracterização dessas 26 ONGD, de acordo com os países e as áreas de atuação de forma a um melhor conhecimento dessas organizações.

Tabela 2.1 Descrição das 26 ONGD Portuguesas que atuam em Cabo Verde

ONGD	Dados institucionais	Países de Atuação	Áreas de atuação
ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos	Fundada a 11 de Setembro de 1990, tem estatuto de ONGD e Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.	Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento
ADPM – Associação para a Defesa do Património de Mértola	Criada a 16 de Dezembro de 1980 é uma entidade privada sem fins lucrativos, Instituição de Utilidade Pública, ONGD, Organização Não Governamental do Ambiente e Associação de Desenvolvimento Local	Cabo Verde, Marrocos, Moçambique, e São Tomé e Príncipe	Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento
AID Global – Associação e Integração para o Desenvolvimento Global	Criada a 4 de Novembro de 2005 possui estatuto de associação de direito privado sem fins lucrativos, de natureza altruísta	Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa particularmente Moçambique	Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento
APCD – Associação Portuguesa de Cultura e Desenvolvimento	Constituído em 1972 possui estatuto de ONGD	Moçambique, República Democrática do Congo e Cabo Verde	Cooperação para o desenvolvimento

APF – Associação para o Planeamento da Família	Criada em 23 de Julho 1967 é uma ONGD, IPSS, Pessoa coletiva de Utilidade Pública	PALOP entre outros	<i>Advocacy</i> , Cooperação para o desenvolvimento, Educação para o desenvolvimento, educação para a saúde, formação e investigação, prestação de cuidados de saúde e apoio social
APDES – Agência Piaget para o Desenvolvimento	Constituída a 28 de Setembro de 2004 é uma associação sem fins lucrativos e uma ONGD.	Angola, Brasil, Cabo Verde	Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento
BATOTO YETU – Portugal Associação cultural e juvenil	Fundada a 4 de Novembro de 1996 é uma associação cultural sem fins lucrativos e uma ONGD	Angola e Cabo Verde	Ação cultural, ação social, Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento, educação e promoção do empreendedorismo
CÁRITAS PORTUGUESA	Fundada em 1956 é uma ONGD	Todos os países lusófonos, Perú, Haiti, República Centro África, Sudeste Asiático (India, Indonésia, Sri Lanka)	Ação social, ajuda de emergência, ajuda humanitária, educação para o desenvolvimento e formação.
E&O – Engenho e Obra Associação para o desenvolvimento e Cooperação	Constituída a 29 de Abril de 1996 é uma ONGD, bem como uma associação da sociedade civil, de direito privado e fins não lucrativos.	Angola, Cabo Verde, Moçambique e Timor Leste	Ação cultural, ação social, ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento, formação e saúde.

FCL – Fundação Cidade de Lisboa	Constituída a 10 de Janeiro de 1989, é uma Instituição de direito privado, Instituição de Utilidade Pública, ONGD, entidade formadora, é também uma fundação.	Cabo Verde, Índia (Goa).	Cooperação para o desenvolvimento.
GRAAL – Associação de carácter social e cultural	Criada a 29 de Dezembro de 1977, é uma associação de carácter social e cultural e é uma pessoa coletiva de utilidade pública.	Angola, Cabo Verde, Moçambique	Ação cultural e social, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento e formação
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr	Fundada em 1951, além de fundação é uma ONGD.	Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Indonésia (ilha das Flores) Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste.	Ajuda de emergência, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento.
ISU – Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária	Constituída em 1990 com estatuto de associação juvenil de âmbito nacional. É uma associação sem fins lucrativos, uma ONGD, associação de desenvolvimento local.	Todos os PALOP.	Ação social, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento, educação, formação, migrações – apoio a estudantes migrantes e saúde.
Meninos do Mundo	Criada a 9 de Setembro de 2008, é uma associação e uma ONGD.	Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe	Ação cultural, ação social, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento, educação.

MEG, Memória e Gentes – Associação Comunitária	Criada a 27 de Novembro de 2007 é uma pessoa coletiva de direito privado, sem fins lucrativos e é uma ONGD.	Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.	Ajuda de emergência, ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento.
MONTE Desenvolvimento Alentejo Central – ACE	Fundada em 1996, é uma entidade privada sem fins lucrativos, ONGD e possui estatuto de utilidade pública e é certificada para atividades formativas.	Cabo Verde, Guiné-Bissau	Cooperação para o desenvolvimento
MUNDO A SORRIR – Associação Médicos Dentistas Solidários Portugueses	Criada em Julho de 2005, é uma ONGD e associação sem fins lucrativos.	Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.	Cooperação para o desenvolvimento e educação para o desenvolvimento, educação, formação, saúde oral e saúde pública.
ORBIS – Cooperação e Desenvolvimento	Fundada em 2006, é uma instituição de natureza canónica no âmbito de solidariedade social e uma instituição sem fins lucrativos e uma ONGD.	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique.	Ação social, ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento, educação, formação e voluntariado.
PRO DIGNITATE – Fundação de Direitos Humanos	Fundada em 1994, é uma fundação e ONGD.	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe.	Ação social, ajuda humanitária, cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento, educação.

RAIA HISTÓRICA – Associação de Desenvolvimento do Norte da Beira	Criada em 1996, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos e uma ONGD.	Cabo Verde	Acção cultural, acção social, cooperação para o desenvolvimento, desenvolvimento rural, promoção e valorização das potencialidades dos territórios de atuação, educação para o desenvolvimento, educação, formação, empreendedorismo e Turismo.
SAÚDE EM PORTUGUÊS	Constituída em 1993, é uma associação sem fins lucrativos e uma ONGD.	Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, China, Haiti, Índia, Timor Leste, Sri Lanka, Moçambique e Tailândia	Ação Cultural, ajuda humanitária, ajuda de emergência, cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento, formação e saúde.
SOLSEF – Sol Sem Fronteiras	Nasceu em 1993, é uma associação juvenil sem fins lucrativos e uma ONGD.	Angola, Cabo Verde, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe	Cooperação para o desenvolvimento, educação para o desenvolvimento
TERRAS DENTRO – Associação para o desenvolvimento Integrado	Fundada em 1991 é uma associação de direito privado sem fins lucrativos.	Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Espanha, França, Portugal, São Tomé Príncipe.	Ambiente, cooperação para o desenvolvimento, desenvolvimento rural, formação, educação e intervenção social
UNICEF – Comité Português para a UNICEF	Criada em 1979 é uma ONGD e possui o estatuto de associação de utilidade pública.	Atua em mais de 150 países	Advocacy, Ajuda de Emergência, Ajuda Humanitária, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento.

URB-ÁFRICA – ONG para a cooperação e desenvolvimento urbano	Fundada em 1999 é uma ONGD.	Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe.	Acção cultural, Acção social, Cooperação para o Desenvolvimento, Educação para o Desenvolvimento, Educação, Formação, Recuperação de Património Histórico e Saúde.
VSF – Veterinários Sem Fronteiras Portugal	Fundada em 2006 é uma associação sem fins lucrativos.	Cabo Verde	Cooperação para o Desenvolvimento, Formação e Saúde.

Fonte: Elaboração própria

2. 3 Objetivos, questão e metodologia da investigação

A questão fundamental de investigação que orientou este estudo foi a de conhecer o contributo que as ONGD portuguesas têm dado para a sociedade cabo-verdiana para a sedimentação do empreendedorismo social.

Neste sentido procurou-se, durante a realização deste trabalho responder à seguinte questão:

Qual o contributo que as ONGD Portuguesas têm dado para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde?

O objetivo geral da pesquisa é o de:

- Compreender como as ONGD portuguesas têm atuado em Cabo Verde e quais os contributos que têm dado, com a sua ação, para a promoção do empreendedorismo social no mesmo país.

O estudo empírico tem como objetivos específicos:

- Identificar e analisar as ONGD portuguesas que atuam em Cabo Verde;
- Identificar e analisar a área de atuação das ONGD que visam contribuir para a promoção e desenvolvimento social de Cabo Verde;
- Compreender a razão que leva estas organizações a atuar em Cabo Verde.
- Identificar e compreender os fatores que estiveram na base da seleção das ilhas cabo-verdianas em que atuam;
- Identificar e analisar os benefícios e dificuldades que a atuação da ONGD em Cabo-Verde envolve;
- Identificar os meios de financiamentos que essas organizações utilizam.

De referir que os objetivos de investigação aqui formulados se encontram ancorado num contexto ainda pouco explorado, uma vez que em Cabo Verde o conhecimento sobre as organizações que praticam o empreendedorismo social é relativamente diminuto. Sendo o empreendedorismo social um conceito recente, em Cabo Verde a investigação sobre o tema é (praticamente) inexistente, pelo que se pretende, através deste trabalho empírico, alargar o conhecimento sobre um assunto ainda pouco conhecido e explorado. Por estes motivos se considerou pertinente a realização do referido estudo.

Para a realização do estudo empírico optou-se pelo uso de uma pesquisa exploratória, sabendo que esta é particularmente adequada quando há pouco conhecimento sobre o tema em estudo, permitindo assim conhecer com maior profundidade o tema por forma a torná-lo mais claro ou construir questões que permitam conduzir a pesquisa (Gil, 2001; Raupp & Bauren, 2003).

A investigação assume um carácter descritivo e assenta no método qualitativo. Esta escolha resulta do facto deste tipo de pesquisa permitir uma visão mais alargada do problema, construída através dos sujeitos da investigação, e que apresenta um grande interesse no próprio processo e não só nos resultados obtidos (Sousa & Baptista, 2011). O método qualitativo permite explorar uma problemática para a qual existem ainda poucas ideias já preconcebidas, adequando-se, por isso, à natureza exploratória da investigação.

Para a realização do estudo empírico recorreu-se à entrevista como método de recolha de dados. Para Ketele (1999, p.18; citado por Sousa & Baptista, 2011, p.79) a entrevista é um “método de recolha de informações que consiste em conversas orais, individuais ou em grupo, com várias pessoas seleccionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações”. Através de uma conversa informal, que consiste em uma interrogação a um indivíduo ou informante chave, pretende-se obter os elementos necessários para a resposta à questão de investigação (Sousa e Baptista, 2011). Para que os objetivos da investigação possam ser alcançados, importa que a entrevista tenha um propósito bem definido, nomeadamente no que diz respeito ao tema, objetivos e a sua extensão (Quivy & Campenhoudt, 2008). Para o efeito, tendo por base a revisão bibliográfica efetuada, construiu-se um guião, que se encontra no anexo 1, que foi utilizado como suporte para a realização de entrevistas semiestruturadas e que permitisse obter as respostas para os objetivos da investigação. O guião demonstrou ser uma ferramenta muito importante na medida em que permitiu recolher as informações pretendidas. Num primeiro momento, este continha questões para a caracterização das organizações e dos trabalhos que estas têm desenvolvido em Cabo Verde. Seguem-se questões acerca dos recursos utilizados pela ONGD, tanto a nível dos recursos financeiros como humanos. De seguida, havia questões que visavam explorar a visão que a ONGD têm da sociedade cabo-verdiana e as dificuldades que estas têm encontrado no desenvolvimento e implementação dos projetos.

Foi igualmente necessário definir quais as pessoas ou organizações que constituem as fontes de informação e a quem serão realizadas as entrevistas. O objeto de estudo são as ONGD portuguesas que desenvolvem atividades em Cabo-Verde, pretendendo-se recolher o testemunho do responsável da organização ou o representante pelos trabalhos desenvolvidos em Cabo Verde. De acordo com a Plataforma Portuguesa das ONGD (2014) são 65 as ONGD associadas à Plataforma portuguesa das ONGD, 26 das quais atuam em Cabo-Verde. Dentro destas, selecionaram-se 6 ONGD para a realização da entrevista, sendo que os elementos da amostra foram escolhidos por conveniência. Como se observa na tabela 2.2, as organizações selecionadas foram: (i) a ACEP – Associação para a Cooperação entre os povos; (ii) a ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola; (iii) IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr; (iv) Meninos do Mundo; (v) Raia Histórica – Associação para desenvolvimento do Nordeste da Beira; (vi) Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado. A escolha destas organizações justificou-se pela área em que atuam, na medida em que as organizações selecionadas desenvolvem projetos em diferentes áreas, tal como se pode constatar na tabela 2.2. Como consequência, as ONGD selecionadas trabalham com diferentes públicos-alvo, o que permite ter uma visão mais completa do trabalho desenvolvido por estas ONGD portuguesas em Cabo Verde. Procurou-se ainda selecionar organizações que trabalhassem em diferentes ilhas, de modo a que a investigação tivesse uma maior cobertura geográfica, tal como se observa na tabela 2.3.

Definida a amostra, agilizaram-se os procedimentos para que os dados primários da investigação pudessem ser recolhidos. Assim, numa primeira fase, as organizações foram contactados de uma forma informal, por via telefónica, no sentido de se perceber se estas estariam dispostas a participar no estudo empírico, por realização de uma entrevista. Depois de obter as respostas, que foram afirmativas, foi-lhes enviada uma mensagem por correio eletrónico, de forma formal, para o endereço que foi disponibilizado através do contacto telefónico. A mensagem enviada permitiu que fossem marcadas a datas, hora e local para a realização das entrevistas. As entrevistas foram feitas presencialmente, por deslocação às instalações de trabalho de cada um dos participantes. Quando tal não se afigurou possível, optou-se pela condução da entrevista via *skype*. As entrevistas foram realizadas entre os meses de Junho a Agosto de 2015, tendo a duração média de 40 minutos.

Tabela 2.2 Áreas de atividades

Áreas de atividades	ACEP	APDM	IMVF	Meninos do Mundo	Raia Histórica	Terras Dentro
Saúde				X		
Desenvolvimento rural/ agricultura	X	X	X		X	X
Desenvolvimento económico		X				
Ecologia/meio ambiente		X				X
Educação formal/não formal/ alfabetização		X				
Pobreza/exclusão social	X	X	X		X	X
Questões de género		X				
Reabilitação/construção de infraestruturas		X	X			
Direitos Humanos	X					
Capacitação e reforço institucional			X			
Assistência/ Promoção Social				X		X
Acesso a água e saneamento			X			
Economia alternativa/microcrédito			X		X	
Emprego/inserção na vida ativa					X	X
Coerência das políticas para o desenvolvimento			X			
Desenvolvimento urbano/habitat				X		
Formação profissional					X	X
Segurança alimentar	X				X	
Promoção do Turismo						X

Fonte: Elaboração própria

No dia acordado com as organizações para a realização da entrevista, foi-lhes entregue um documento designado de “Declaração de Consentimento Informado” (ver anexo 2 a anexo 6) que tem como finalidade a obtenção de permissão para a utilização de um gravador, bem como para a utilização de referências aos entrevistados e aos projetos que estes incorporam no estudo académico realizado.

Tabela 2.3 ONGD e ilhas de atuação

Ilhas	ONGD					
	ACEP	APDM	IMVF	Meninos do Mundo	Raia Histórica	Terras Dentro
Santo Antão	X	X	X	X		
São Vicente		X	X	X		X
São Nicolau						X
Sal						
Boavista						
Maio			X			
Santiago		X	X	X	X	X
Fogo			X		X	
Brava					X	

Fonte: Elaboração própria

As entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente reproduzidas e transcritas, procedendo-se depois à interpretação dos dados por parte do investigador. No capítulo seguinte procede-se à análise e discussão dos resultados obtidos.

Tabela 2.4 Caracterização geral das entrevistas realizadas

ONGD	Data da entrevista	Local da entrevista	Duração da entrevista	Função ocupada pelo entrevistado
ACEP - Associação para a Cooperação entre os povos	19/06/2015	Sede da ONGD em Lisboa	45 minutos	Coordenadora de projetos
ADPM – Associação de Defesa do Património de Mértola	07/07/2015	Via skype	40 minutos	Coordenadora de projetos
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flôr	08/07/2015	Sede da ONGD em Lisboa	45 minutos	Subdiretora de projetos
Meninos do Mundo	04/08/2017	Via skype	30 minutos	Presidente da Associação
Raia Histórica – Associação para desenvolvimento do Nordeste da Beira	04/08/2015	Via skype	25 minutos	Coordenador da ONGD
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado	09/06/2015	Sede da ONGD em Alcáçovas	60 minutos	Presidente da Direção

Fonte: Elaboração própria

2. 4 Síntese do capítulo

Para um melhor conhecimento do país de destino das ações das ONGD portuguesas, no capítulo que agora termina, fez-se uma caracterização de Cabo Verde a nível socioeconómica. Também foi feita uma breve descrição das ONGD portuguesas que têm Cabo Verde como um país beneficiário de suas ações.

Tendo em mente a questão e objetivos de investigação definidos, procedeu-se à escolha dos métodos a serem usados na realização do estudo empírico. Para a compreensão do contributo das ONGD portuguesas para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde, optou-se pela utilização de uma pesquisa descritiva, do tipo exploratória, tendo por base o método qualitativo. O estudo empírico baseia-se em dados primários. A técnica de recolhas de dados assenta no uso de entrevistas semiestruturadas, sendo a amostra constituída pelas ONGD portuguesas que nos cederam a entrevista através de pessoas responsáveis na organização pelo desenvolvimento de projetos nas áreas da cooperação das ONGD portuguesas.

Capitulo III – Análise dos dados e discussão dos resultados

3. 1 Nota introdutória

No presente capítulo pretende-se analisar os dados bem como discutir os resultados obtidos. Esta é a última fase da investigação onde se pretende saber em que medida os objetivos definidos inicialmente foram alcançados e/ou respondidos.

A recolha de dados, através da realização de entrevistas, conduziu à obtenção de enorme volume de informação pelo que o seu tratamento torna-se exaustivo e difícil. Os dados recolhidos estão no seu estado bruto pelo que é necessário que sejam refinados de forma a permitir a sua organização e a extração do seu significado.

Assim, num primeiro momento irá fazer-se uma caracterização das ONGD que fizeram parte da amostra. De seguida, será feita uma análise às entrevistas e por fim será feita uma discussão global dos resultados obtidos.

3. 2 Análise dos resultados

3. 2.1 A ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

Foi constituída a 11 de Setembro de 1990, tendo como objetivo contribuir para um mundo mais equitativo e solidário através da construção de laços de cooperação e de reforço mútuo, entre expressões de cidadania e, em particular nos países de língua oficial portuguesa.

Tem como desafios manter os princípios, inovar, aprendendo com as experiências de outros e com a realidade envolvente. A ACEP tem procurado dar corpo a um projeto coerente, baseado em princípios transversais às políticas, práticas e modelos organizativos. A democracia participativa, a igualdade entre iguais, a integridade dos direitos humanos, o respeito pela diferença e a partilha de conhecimento estão na base de projetos e ações, norteados por uma ética de transparência na gestão dos meios, das relações aliada a uma estética valorizadora do outro nas formas e conteúdos da comunicação. A ACEP passa por uma procura permanente de novas abordagens e de novas contribuições para a cooperação entre diferentes espaços de cidadania, assente naqueles princípios.

A ACEP trabalha na área de cooperação para o desenvolvimento desde 1997 tendo iniciado com Guiné Bissau e hoje além deste país, a ONGD está presente em Moçambique, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Angola e Timor Leste além de Portugal. No caso de Cabo Verde foi a partir de 2000 que começou com ações através de um projeto desenvolvido com a Plataforma das ONG de Cabo Verde em que por via deste projeto financiado pela União Europeia foi possível à Plataforma das ONG de Cabo Verde adquirir sua sede própria.

Quanto aos países em que a organização atua trata-se de realidades diferentes, segundo o responsável da organização entrevistado, mas que apresentam semelhanças como é o caso de São Tomé e Cabo Verde em que, estes dois são países insulares pelo que se pode aproveitar as experiências com os projetos realizados e aplicar no outro. Também o mesmo acontece com Guiné Bissau e São Tomé quanto à “fragilidade das suas instituições”. São Tomé desde que houve as eleições multipartidárias que nenhum governo consegue chegar ao final do mandato e Guiné Bissau pelos golpes de Estado que acontecem o que acaba por trazer um conjunto de problemas e as instituições

públicas não são capazes e não estão aptas para satisfazerem as necessidades das populações e isso leva a que o Estado seja substituído pela sociedade civil. Por isso há “problemas semelhantes e portanto há eventualmente soluções que podem ser adaptadas pelo êxito e podem ser adaptadas” afirma a organização. Em Cabo verde a organização tem trabalhado a nível do desenvolvimento rural, agricultura com a vertente da rega gota-a-gota, pescas, produção do queijo, a nível das mulheres têm dado formação na produção de compotas. Tudo isso juntamente com os parceiros e neste momento têm em ação o projeto de economia criativa em que, numa primeira fase, vão diagnosticar as necessidades das comunidades e, na segunda fase, será implementado oficinas formativas a nível da economia criativa. Sem as parcerias com as ONGD portuguesas, Cabo Verde dificilmente obteria financiamento para os projetos que as associações locais têm desenvolvido, isso porque os fundos financeiros que as ONGD portuguesas têm acesso as organizações em Cabo Verde e as dos outros países africanos não têm a não ser através das cooperações. As mulheres têm sido as principais beneficiárias e segundo a organização o número de beneficiários não é a questão central porque a principal preocupação da ONGD não é tanto contabilizar dezenas de beneficiários, mas é ter uma intervenção que depois faça a bola de neve, ou seja, uma intervenção que depois repercute a toda a comunidade. E para isso, têm apostado em capacitar as organizações com quem trabalham por forma a capacitá-los em determinadas áreas.

A organização fornece o apoio aos projetos não fazendo parte dos recursos humanos do mesmo sabendo que, os projetos são implementados pelos parceiros locais e a ONGD não possui expatriados. Isso promove uma maior apropriação do projeto por parte das pessoas locais e um efeito positivo na medida em que o projeto obtém um desenvolvimento endógeno junto da comunidade pois são os parceiros que conhecem o terreno e as necessidades das comunidades. Assim, são eles que implementam e pensam o projeto, deste modo pode-se dizer que os parceiros são a “chave do projeto”. O contato é mantido mesmo quando não existem projetos em ação. A organização desenvolve projetos com organizações ou pessoas que já conhecem e, por isso, já têm um relacionamento sólido e os projetos são desenvolvidos quando permitem obter uma mais-valia tanto para a ONGD como também para os parceiros. A ONGD não trabalha com voluntários na medida em que exige tempo e disponibilidade mas já teve experiências com os mesmos porque no momento vinha colmatar alguma necessidade da organização.

A ONGD tem como financiadores dos projetos a União Europeia, a Cooperação Portuguesa e outros financiadores privados como é o caso da Fundação Gulbenkein e a Fundação Portugal África e também beneficia de donativos em espécie.

De entre as dificuldades encontradas na atuação em Cabo Verde destacam-se os meios de comunicação (internet, transportes) mas nunca puseram em causa qualquer projeto.

3. 2.2 APDM – Associação de Defesa do Património de Mértola

A APDM foi criada em 1980.

Em 2013 recebeu o prémio de Maria José Nogueira Pinto pela sua responsabilidade social e no mesmo ano também recebeu o prémio “*Drylands Champions*”, Convenção das Nações Unidas no Combate à Desertificação.

Tem como missão o desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios onde intervém em partilha, não só as entidades públicas e privadas mas também com os cidadãos, de uma forma estratégica a responsabilidade de participação ativa nas dinâmicas dos seus próprios processos de desenvolvimento sustentável.

Dentre suas metas e objetivos estão: fazer o diagnóstico das carências locais e regionais através do envolvimento e captação de interesses para a definição de programas e projetos que sejam capazes de alcançar os fins da sua satisfação; a redistribuição dos recursos, incentivando a criatividade a fim de conduzir a um desenvolvimento autossustentado e duradouro; a promoção de intercâmbios bem como a cooperação entre os grupos, principalmente os mais desfavorecidos e que apresentam carências especiais principalmente com os povos do Sul; a promoção e a colaboração de forma a promover iniciativas de outras entidades que visam a educação para o desenvolvimento nomeadamente a nível das atitudes dos agentes económicos e políticos bem como das escolas e dos jovens com uma atenção especial para a igualdade entre os homens e as mulheres; e ainda a promoção e colaboração em iniciativas e ações que contribuem para minimizar as carências das vítimas de catástrofes naturais e humanas sempre respeitando a cultura dos povos.

A ADPM começou as suas atividades em Cabo Verde por meio de um convite que teve, há mais ou menos dez anos, para ser a entidade formadora na ilha de Santo Antão.

Assim de acordo com a coordenadora de projetos da ADPM: “... *falou com algumas entidades e identificou algumas necessidades e potencialidades para elaborar projetos então trouxe essas ideias para Portugal e começou a procurar financiamento*”. E é na área da formação que mais tem atuado e seus principais beneficiários são as associações e as populações desde crianças, jovens, agricultores bem como as mulheres mas é difícil quantificar os beneficiários. A associação tem apostado mais nas parcerias na ilha de Santo Antão sendo que já possui conhecimentos dos parceiros de lá que se têm traduzido em parcerias sólidas. Além de Santo Antão essa organização já esteve em São Vicente e Santiago. Neste momento, os projetos em curso são o “Chã de Norte” e “Na rota do conhecimento”. O projeto de Chã de Norte é um projeto de desenvolvimento sustentável para a localidade Chã de Norte (ilha de Santo Antão) na medida em que, pretende a utilização de energias renováveis na agricultura e também na eletrificação rural e o abastecimento de água. Já o projeto “Na rota do conhecimento” tem como objetivo a criação de pequenos espaços e bibliotecas como forma de dar apoio às crianças estudantes. A nível financeiro, em relação a todos os projetos desenvolvidos pela organização em Cabo Verde, estes rondam os 300 mil euros. Os projetos levados a cabo pela ONGD em Santo Antão, de acordo com a diretora de Projetos, são de extrema importância pois, as suas ações têm pautado por uma diferença embora, se a ONGD não desenvolvesse projetos em parceria na ilha, a população local poderia ver suas necessidades satisfeitas por outras organizações internacionais mas poderia demorar mais tempo. A organização ao atuar em São Tomé, Moçambique e Cabo Verde tem obtido algumas experiências principalmente na área da agricultura e muitas vezes estas experiências traduzem uma mais-valia noutros projetos em termos de otimização e aproveitamento sustentável dos recursos. No que respeita às formações que desenvolve através dos projetos de cooperação em Cabo Verde, a organização recorre muitas vezes a formadores voluntários portugueses que se deslocam a Cabo Verde para a realização da formação o que permite poupar em termos financeiros sendo que muitas vezes as verbas disponibilizadas pelos financiadores que são o Instituto Camões e o Instituto de Cooperação e da Língua não são suficientes para cobrir todas as despesas e ao mesmo tempo podem satisfazer as necessidades a nível de formações. Os voluntários normalmente têm alguns dias na associação em Portugal para se integrarem, serem capacitados e obterem as informações antes de irem para Cabo Verde. Mas, a ONGD recorre também a donativos em espécie de forma a poderem angariar maior número de recursos, na medida em que, existem entidades ou outras organizações que não podem

contribuir a nível financeiro e então aceitam esses donativos que vêm satisfazer uma necessidade da organização. Como os projetos em Cabo Verde são desenvolvidos com parceiros locais, isso permite que a vida do projeto continue mesmo depois do financiamento acabar. Assim, os parceiros envolvem mais nos projetos evitando o seu abandono e também evita ter técnicos expatriados. O que dificulta o trabalho com os parceiros são os hábitos bem como as diferenças no tempo. No que se refere ao tempo destaca-se às vezes a pontualidade sabendo que existem tempos estipulados para as entregas das candidaturas e como os hábitos são diferentes pode prejudicar as entregas. A população é sempre aberta à realização dos projetos mesmo porque elas participam na identificação das necessidades da comunidade.

3. 2.3 IMVF - Instituto Marquês de Valle Flôr

Foi fundada em 1951 por vontade de Dona Maria do Carmo Constantino Ferreira Pinto, Marquesa de Valle Flôr. Começou suas atividades com a realização de estudos científicos, apoio à investigação e melhoria das condições socioeconómicas dos países de língua oficial portuguesa, principalmente a ilha de São Tomé.

A adesão de Portugal à comunidade económica europeia permitiu ao IMVF constituir novas parcerias e alargar as suas atividades a projetos de desenvolvimento na área de Cooperação e Educação, bem como à ajuda humanitária de emergência que são hoje a sua base de atuação.

O IMVF tem como missão promover o desenvolvimento socioeconómico e cultural em Portugal bem como nos outros países da CPLP (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe) e na Indonésia (Ilha das Flores). Tem como metas a equidade social, política económica e de género; o rigor na gestão e execução dos projetos e programas; o espírito de parceria, baseado na partilha de recursos e responsabilidades com os parceiros locais, nacionais e internacionais; a sustentabilidade das ações com base no envolvimento, capacitação e responsabilização das comunidades beneficiárias dos projetos.

Está presente desde 2001 em Cabo Verde e todos os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e é responsável por cerca de 25 projetos nos mais diversos setores. Do ponto de vista formal o IMVF atua há 14 anos em Cabo Verde, muito

embora já desenvolvesse anteriormente a sua ação no país através de parcerias de que dispunha. Iniciou a sua atividade através da Plataforma das ONG de Cabo Verde na cidade da Praia e em Santa Cruz, mas já desenvolveu projetos em outras ilhas como em São Vicente através da associação Atelier-Mar, na ilha do Fogo, Santo Antão e a ilha do Maio sendo esta última a de maior permanência e de maior número de projetos desenvolvidos. Os principais beneficiários diretos das atividades já realizadas em Cabo Verde são os membros das associações, líderes associativos, agricultores, e pescadores. Como beneficiários indiretos há os jovens, membros da Associação dos jornalistas de Cabo Verde (AJOC), membros da federação nacional da Juventude e a população em geral. A organização tem atuado em várias áreas como a do abastecimento de água, saúde e saneamento, formação profissional, empreendedorismo, apoio às organizações, sociedade civil, capacitação dos municípios, microcrédito, pescas, criação de gado (melhoria de raça), produção do queijo, formação e gestão de pequenos negócios. O instituto não recorre ao voluntariado mas já teve algumas experiências, sendo estas muito pontuais. Estes voluntários eram de origem Portuguesa e a ONGD não recorre a voluntários em Cabo Verde. O recurso marginal a voluntários apenas é possível pelo facto de os projetos contarem com um corpo de pessoal assalariado. São aproveitados os colaboradores dos parceiros sendo que os parceiros possuem recursos humanos capacitados para a realização dos projetos. Caso haja voluntários recrutados em Cabo Verde são os parceiros cabo-verdianos que o fazem. O IMVF, de acordo com a organização, apenas trata de todas as questões relacionadas com a gestão e implementação do projeto à distância ou no momento em que necessitam de se descolar ao terreno, sendo o tempo de permanência no local não muito elevado. Para a realização das atividades o IMVF busca financiamento em algumas fontes como a União Europeia e o Instituto Camões – Instituto da Cooperação e da Língua Portuguesa. Por vezes, poderá recorrer a donativos em espécie, embora estes não estejam contabilizados no orçamento da organização. Os seus principais parceiros em Cabo Verde são o Governo de Cabo Verde, a Câmara Municipal do Maio, a Plataforma das ONG de Cabo Verde, entre outros. Neste momento tem em ação um projeto relacionado com a coerência das políticas para o desenvolvimento que ronda os duzentos e cinquenta mil euros. Já teve outros projetos que envolveram recursos avaliados em cerca de oitocentos mil euros no abastecimento da água, cerca de cem mil euros no das pescas (a acrescentar aos montantes envolvidos pelos projetos com os outros 9 parceiros, que totalizou cerca de

um milhão de euros), um projeto de novecentos mil euros na ilha do Fogo, entre muitos outros projetos desenvolvidos.

A organização pretende que a sua ação em Cabo Verde proporcione um retorno, que tenha em consideração as condições dos seus beneficiários, procurando-se afastar da máxima “dar por dar”. Exemplo disso é a concessão de microcrédito, que faz com que as pessoas se sintam mais responsáveis por aquilo que venham a obter. Os projetos desenvolvidos pela ONGD em parceria com as organizações locais cabo-verdianas estão relacionados sempre com a cooperação descentralizada de modo a permitir o envolvimento das autarquias locais na estratégia e implementação dos projetos e, por conseguinte, conduzindo a um desenvolvimento local integrado e sustentável.

As principais dificuldades para o desenvolvimento dos projetos encontra-se, de acordo com o responsável do IMVF, na população “que vive à espera que algo aconteça,... que algo apareça”, não se encontrando esta, muitas vezes, dispostas a participar e a fazer um esforço para obter as coisas. É de salientar que de acordo com esta ONGD, Cabo Verde não soube aproveitar uma série de oportunidades disponibilizadas pelos sistemas de incentivos que tinha à sua disposição para o financiamento de projetos existentes em que haviam financiadores para projetos e como, hoje, Cabo Verde já pertence aos países de desenvolvimento médio, então, estes apoios vão diminuindo e o Governo de Cabo Verde acaba por se endividar mais para poder obter esses apoios ao desenvolvimento que antes eram de mais fácil acesso.

3. 2.4 Meninos do Mundo

Foi constituído no dia 9 de Setembro de 2008, sendo composta por elementos de várias nacionalidades (residentes ou não em Portugal) e que conhecem por dentro a adoção nacional e internacional. Tem como missão divulgar a adoção nacional e internacional e fomentar a solidariedade entre os povos e o respeito pelos Direitos Humanos em geral, e das crianças em particular. Trabalhar para uma sociedade humana mais justa, sem racismo e nem discriminação na qual a criança seja reconhecida como sujeito de direitos.

O seu principal propósito é contribuir para o crescimento dos países em desenvolvimento, tendo como objetivos ter iniciativas concretas na área da saúde, área social e educativa nos países em vias de desenvolvimento.

Os países em que o Meninos do Mundo atua são Cabo Verde, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe. A entrada da associação Meninos do Mundo em Cabo Verde ocorreu em 2008, através de um grupo de pessoas pertencentes à associação que adotou filhos em Cabo Verde. Os contactos então estabelecidos permitiram depois a criação de parcerias nas áreas da justiça, saúde e proteção da infância. Em Cabo Verde a organização já desenvolveu projetos em Santo Antão, São Vicente e na ilha de Santiago (cidade da Praia). Em São Vicente já esteve presente com uma equipa de médicos em que levou materiais necessários para a realização das consultas e na cidade da Praia através da parceria que tem com o Instituto Cabo-verdiano da Criança e do Adolescente (ICCA) em que ofereceu material para um centro de emergência. Verifica-se, assim, que a ONGD recorre a donativos em espécie sabendo que estes materiais não se encontram muitas vezes em Cabo Verde e assim eles já vão munidos do que é necessário para a realização das suas intervenções junto das comunidades. Das ações que tem desenvolvido, os principais beneficiários são as crianças (na ilha de Santiago) e a população em geral (São Vicente e Santo Antão). Apesar dos grandes projetos que têm sido levados a Cabo Verde, a associação Meninos do Mundo acredita que caso estes não tivessem sido realizados, as populações poderiam ter visto suas necessidades supridas pelo facto de existirem mais ONGD que trabalham em parceria com Cabo Verde. A organização é constituída toda ela por voluntários, não existindo um corpo remunerado. Como a organização não dispõe de financiadores é ela própria que financia as despesas relacionadas com os voluntários, tais como bilhetes de transporte (avião), estadia e alimentação, entre outros. Ocorreu apenas um único projeto que foi financiado pela Fundação Gulbenkian.

O corpo de voluntários é constituído por elementos portugueses e cabo-verdianos, sendo que os portugueses recebem formação e acompanhamento psicológico antes de cada missão.

De entre as dificuldades encontradas em Cabo Verde a organização destaca os acessos, principalmente em Santo Antão que se caracteriza por ser uma ilha montanhosa e onde existe a falta de um guia para o terreno. Acresce ainda que quer em Cabo Verde e, de

uma forma mais acentuada em São Tomé, ainda existem carências em algumas áreas, nomeadamente assistentes sociais, psicólogos ou sociólogos. A organização considera que seria benéfico o estabelecimento de cooperação entre os projetos desenvolvidos nos dois países, de modo a que estes se pudessem beneficiar mutuamente. A ONGD pretende regressar ainda a Santo Antão com uma equipa médica e estar na ilha de Santiago na realização da convenção dos direitos das crianças.

3. 2.5 Raia Histórica

A Raia Histórica, Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira, foi fundada em 1996. A ação desta organização sem fins lucrativos abrange cinco concelhos do norte da Beira a saber Almeida, Figueira do Castelo do Rodrigo, Méda, Pinhel e Trancoso, que se caracterizam como sendo zonas com elevado desemprego, imigração e envelhecimento da população. Esta área possui elevado potencial a nível da agricultura, turismo, património, cultura, saberes e sabores, pelo que a associação tem apostado na educação para o desenvolvimento bem como a revitalização das atividades culturais, tradicionais e produtivas e na valorização de todo o património histórico da região. Com os projetos de desenvolvimento local e de cooperação internacional a Raia Histórica tem ganho uma vasta experiência que tem procurado aplicar noutros contextos geográficos através do estabelecimento de relações de cooperação com países em vias de desenvolvimento.

A Raia Histórica tem como missão a promoção, apoio e aproveitamento mais racional das potencialidades endógenas dos territórios de atuação, nacionais ou internacionais, tendo em vista o desenvolvimento rural e a melhoria de vida das populações. Os seus objetivos baseiam-se na: (i) realização de formação profissional, estudos e planeamento; (ii) conceção, execução e apoio a programas e projetos de cariz social, ambiental, cívico e económico que visem países em vias de desenvolvimento e que sejam levados a cabo através de ações de cooperação para o desenvolvimento, de assistência humanitária, de ajuda de emergência, de proteção e promoção dos direitos humanos e cívicos; (iii) sensibilização da opinião pública para a necessidade de um relacionamento mais empenhado com os países em vias de desenvolvimento e divulgação das suas necessidades; e (iv) promoção da educação como fator integral de existência e reforço da paz.

Neste momento a Raia Histórica possui relações de cooperação somente com Cabo Verde, que foi iniciado em 2000 através do Programa de Luta Contra a Pobreza (PNLP) em que a associação foi dar formação aos parceiros locais. A entrada em Cabo Verde adveio da ONGD possuir alguns contactos em Cabo Verde e também da existência de uma língua comum (português) que facilitou ainda mais o processo e também por terem tido financiamento da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), que subsidiou parte das despesas. A cooperação foi feita a nível imaterial, uma vez que só foram desenvolvidas ações ao nível de formação, em que a associação se deslocou a Cabo Verde para dar formação ao nível da produção de queijo de cabra nas ilhas da Brava, Fogo e Santiago. Nesta última ilha a formação foi realizada no município da Cidade Velha (atual cidade de Ribeira Grande) em que a formação foi inclusivamente sobre o queijo de vaca. Neste momento a ONGD não possui nenhum projeto em ação mas segundo o coordenador da ONGD, os benefícios que suas ações já trouxeram para a sociedade em que atua dificilmente seria suprida doutra forma. As principais fontes de financiamento utilizadas são os fundos fornecidos pelo programa LEADER e pela FAO, muito embora a Câmara Municipal da Cidade Velha já tenha também participado em algumas despesas (nomeadamente, alojamento). A mensuração dos beneficiários é difícil, embora se estime que esta ronde 40 pessoas, a que acresce os indivíduos que beneficiaram de projetos que empreendem ações mais localizadas.

A organização considera que os parceiros são de extrema importância, uma vez que estes conhecem o meio e são eles que preparam as condições necessárias para a realização das formações (tais como o lugar, comida, alojamento, entre outros). A principal dificuldade apontada quanto às ações realizadas em Cabo Verde diz respeito à acessibilidade da ilha Brava, onde não existe aeroporto, pelo que o acesso tem que ser estabelecido através de escala realizada na ilha do Fogo de transporte marítimo. A ONGD destaca o facto de a população ser aberta, o que leva a que os contactos estabelecidos se traduzem sempre numa mais-valia.

3. 2.6 Terras Dentro – Associação para o desenvolvimento integrado

A Terras Dentro nasceu em Alcáçovas em 1991 a partir de um grupo de cidadãos empenhados no desenvolvimento de sua terra, bem como da junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Viana do Alentejo.

Tinha como objetivo principal apoiar e estimular localmente o desenvolvimento integrado do mundo rural. Nesse sentido visava: (i) desenvolver sem desruralizar; (ii) aproveitar as potencialidades sem afetar os equilíbrios naturais; (iii) valorizar as gentes, respeitando a sua autenticidade; e (iv) promover a cultura, dignificando o homem. Com o passar dos tempos, a Terras Dentro teve que adaptar seu objetivo inicial à nova realidade existente, procurando preservar a aldeia global em que vivemos, adaptando os processos de concretização, apreendendo novos conceitos e articulando-os com aquele objetivo. A organização teve que se adaptar às realidades de cada país em que atua e estar preparada para agir nos locais em que se verificam oportunidades para a intervenção social.

A sua missão é a de desenvolver, inovar, qualificar e preservar territórios de forma sustentável. Tem como visão ser uma instituição sustentável, inovadora, empreendedora e solidária. As suas principais metas são: promover a solidariedade social; apoiar crianças, jovens e famílias, proteger os grupos mais vulneráveis, nomeadamente pessoas com necessidades especiais, idosos, imigrantes e minorias étnicas; prevenir e solucionar situações de carência e desigualdade económica, de dependência, de disfunção, de exclusão ou outras vulnerabilidades; apoiar e promover a saúde, o emprego, a educação e a qualificação dos cidadãos; integrar e promover o desenvolvimento comunitário e as capacidades pessoais dos cidadãos; apoiar e promover o desenvolvimento integrado de microrregiões rurais e outros territórios desfavorecidos: proteger e defender o ambiente; promover a igualdade de género; conceber, executar e apoiar projetos/programas de cooperação com países em vias de desenvolvimento; promover a educação/formação para o desenvolvimento integrado da sociedade e o reforço da paz entre os homens, de acordo com os princípios da Declaração Universal dos Direitos do Homem; divulgar a realidade dos países em desenvolvimento e sensibilizar a opinião pública de acordo com os Objetivos do Milénio.

Os países de atuação da Terras Dentro são Brasil, Bulgária, Cabo Verde, Espanha, França, Portugal e São Tomé e Príncipe.

A ONGD trabalha em Cabo Verde há cerca de 12 anos através das parcerias. Segundo a presidente da direção “...fazíamos parte de uma estrutura que se chamava ACVER (...) e o objetivo da ACVER era desenvolver trabalhos com outros países, nomeadamente Cabo Verde (...) através da ACVER nós participamos em várias missões a Cabo Verde.” Foi devido a este facto que, nessa altura, foi selecionada para fazer o acompanhamento do Programa de Luta Contra a Pobreza dentro da filosofia do funcionamento do programa LEADER na ilha de São Nicolau e na altura a Terras Dentro trabalhava com a Comissão Regional de Parceiros e Câmaras Municipais. Após o término deste programa (ACVER), a Terras Dentro manteve com os contactos o que lhe permitiu mais tarde desenvolver novos projetos na mesma ilha e noutras ilhas, nomeadamente em Santiago (mais propriamente no concelho de São Miguel) e na ilha de São Vicente em áreas como o empreendedorismo, o desenvolvimento do turismo, a área das pescas, formação na área da confeção das compotas e promoção do empreendedorismo feminino. Os seus principais beneficiários são entidades como câmaras municipais, associações e Comissão Regional de Parceiros, os jovens e as populações em geral, que são objetivo último das suas ações.

O número total de beneficiários das missões realizadas foi de cerca de 1050 na ilha de São Nicolau. No concelho de São Miguel, ilha de Santiago, houve um total de 80 formandos com o projeto “Nôs terra” que durou dois anos tendo como objetivo a capacitação das mulheres na confeção de doces e compotas e no “Nôs terra 2”, que decorreu no mesmo município mas na vertente dos recursos turísticos onde se identificaram os percursos turísticos e se concedeu formação para guias turísticos. O programa *Hand For Future*, outro projeto desenvolvido pela ONGD, por sua vez, teve cerca de 21 beneficiários. A ONGD acredita que mesmo que não desenvolvesse a sua atividade, estas pessoas teriam acesso a estes benefícios na medida em que os projetos da área da cooperação existem. Mas, muitas vezes as organizações locais em Cabo Verde não têm acesso a essas informações pelo que a Terras Dentro tem tido um papel importante neste âmbito e tem encorajado os potenciais beneficiários para que pesquisem e se candidatem aos programas existentes. As atividades da organização não envolvem expatriados, ou seja, de terem técnicos no campo durante toda a vida do projeto sabendo que os parceiros em Cabo Verde possuem recursos humanos capazes de realizar as tarefas. Só quando há necessidade, então os técnicos da Terras Dentro deslocam-se a Cabo Verde, mas a organização tem apostado na capacitação dos

recursos humanos dos parceiros como forma de partilhar conhecimentos e de melhor os capacitar. Os voluntários não fazem parte da lógica da organização. A organização aceita recursos em espécie que depois a mesma (Terras Dentro) oferece às comunidades em Cabo Verde de acordo com as necessidades e estas doações podem ser livros para equiparem bibliotecas, materiais escolares ou mesmo equipamentos necessários aquando se realizam as formações (é o caso de termómetro culinário, bacias, tachos entre outros utensílios utilizados na confeção das compotas). As principais fontes de recursos são o Governo Português, o Instituto Camões, o Programa Erasmus bem como a União Europeia. Trabalhar com parceiros é considerado muito importante para a organização, pois permite-lhes economizar os recursos consumidos, na medida em que não é preciso fazer as mesmas coisas que outras organizações já fazem, podendo-se dividir os projetos, e, além do mais, permite encontrar melhores soluções para o problema. Tal como afirmou a Presidente da Direção *“nós trabalhamos com parceiros, trabalhamos com as populações para percebermos o que faz sentido porque só assim as pessoas podem acarinhar os projetos porque vão sentir que o projeto é deles também...”*.

A atuação da organização em diferentes países é suscetível de gerar sinergias. Cada um desses países apresenta características diferentes, mas partilham também, problemas em comum. De acordo com a Terras Dentro uma das problemáticas que se verifica em todos os países em que atuam é a *“inércia dos jovens, a falta de capacidade empreendedora e para ser empreendedor não é que tem que ter uma empresa, empreendedor não é isso, é dinamismo, é a proatividade, vontade de fazer coisas...”* e é neste sentido que a ONGD tem trabalhado com os jovens para dinamizá-los a serem mais ativos na comunidade e sociedade em que estão inseridos. Outra problemática é o alcoolismo pois muito cedo os jovens enveredam pelo alcoolismo e, de acordo com o responsável da ONGD, *“o problema do “grogue” em CV é terrível”* muitas vezes porque não há um controlo de qualidade e suas implicações na saúde. Segundo a mesma organização, em Portugal não existe o “grogue” mas há outros tipos de bebidas alcoólicas. A nível dos países Africanos (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) foi identificado o problema da gravidez precoce, que não é tão frequente no caso Português, e que depois impossibilita as jovens mães de trabalharem ou frequentarem uma formação, dificultando, desse modo, o seu percurso de vida. Em suma, de um modo geral, os principais problemas mapeados pela Terras Dentro são a inércia, a falta de

empreendedorismo, a falta de responsabilidade, o alcoolismo e a gravidez precoce com algumas exceções, ou seja, isso varia de país para país e não se deve generalizar.

Em relação aos pontos fortes que cada país apresenta, por sua vez, a organização considera que estes tendem a ser específicos ao próprio país. São Tomé apresenta-se muito rico em termos de recursos naturais. A população não necessita de trabalhar muito para comer pois a natureza oferece tudo, tendo as pessoas alimento garantido. “Há miséria mas não há fome, é outro tipo de miséria”, afirma a presidente da direção, e isso faz com que as pessoas não tenham em mente que o trabalho ajuda as pessoas a se afirmarem e ganharem competências, pois para eles se existe comida não é necessário se esforçar. Mas, isso já não acontece com Cabo Verde onde existem muitas dificuldades com os recursos naturais, sendo necessário o esforço para que se consiga algo. Por esse motivo, a organização considera ser mais fácil organizar as pessoas em Cabo Verde para trabalharem por uma causa comum do que em São Tomé. Quanto ao Brasil, este apresenta características diferentes. É um país muito rico em recursos naturais “*mas as coisas não estão à mão como em São Tomé*” e é um país muito burocrático. O responsável da Terras Dentro considera que apesar dos problemas sociais com que se deparam, estes são países em que vale a pena trabalhar e que têm demonstrado que a união faz a força, conseguindo-se soluções para problemas que se vão surgindo através das experiências já vividas nesses países.

3. 3 Discussão dos resultados

O estudo realizado teve por base as entrevistas feitas às ONGD portuguesas que têm desenvolvido projetos no seio da sociedade cabo-verdiana. Após se ter descrito, na secção anterior, os resultados obtidos com a realização das entrevistas a seis ONGD portuguesas, procede-se agora a uma análise global dos resultados e à sua discussão.

Em todos os casos verifica-se que a atuação em Cabo Verde se iniciou a partir do ano 2000, através de parcerias realizadas com outras entidades cabo-verdianas, muito embora algumas ONGD já tivessem desenvolvido anteriormente algum tipo de atividade (não sendo porém, os principais responsáveis dos projetos desenvolvidos até então). Da investigação realizada pode-se constatar que dentre as causas que levaram estas organizações a atuar em Cabo-Verde, destaca-se essencialmente três: (i) a pertença a uma organização portuguesa que já desenvolvia atividades em Cabo Verde; (ii) por convite de uma ONG cabo-verdiana para que a organização realizasse uma determinada atividade em Cabo Verde; e (iii) a posse de contactos de organizações em Cabo Verde, que leva a que se inicie o desenvolvimento de projetos em conjunto.

Cabo Verde beneficiou dos projetos das ONGD portuguesas por pertencer aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e também à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Verifica-se, pois, que a língua foi uma das principais razões da escolha de Cabo Verde para o estabelecimento de relações de parceria com as ONGD portuguesas, e é natural sabendo que a língua pode ser um entrave à comunicação. Um outro motivo da escolha de Cabo Verde advém, na altura, deste ser classificado como um país em vias de desenvolvimento. Apesar de Cabo Verde, hoje, pertencer ao grupo de países de desenvolvimento médio ainda beneficia dos projetos isso porque ainda o país possui fragilidades numa série de áreas que necessitam de intervenção.

Verifica-se ainda que os projetos são desenvolvidos sempre em parceria com organizações que já possuem contactos e relações sólidas e que as ONGD não iniciam a sua atividade se não for por recurso a parceiros. Os parceiros das ONGD portuguesas tanto podem ser portugueses como cabo-verdianos. Estes últimos (os parceiros cabo-verdianos) revelam-se de extrema importância visto que há uma colaboração com as ONGD portuguesas na identificação das necessidades locais (Cabo Verde) e na procura de respostas que satisfaçam essas mesmas necessidades porque as organizações locais

cabo-verdianas possuem conhecimento do terreno e podem ajudar na implementação dos projetos, fazendo o enquadramento, preparando quando necessário, as visitas. Estes fatores levam a uma “economização” dos recursos que são necessários na implementação e desenvolvimento do projeto. No fundo estes atores são a “chave do projeto”. No anexo 7 pode-se ver as organizações locais cabo-verdianas com quem as ONGD portuguesas já estabeleceram relações de parcerias. Como as ONGD portuguesas não possuem pessoal expatriado nem sede, estas aproveitam os recursos técnicos que os parceiros dispõem para a realização conjunta dos projetos. Mesmo porque quando se analisa as potencialidades tanto as ONGD portuguesas como os parceiros possuem conhecimentos técnicos no desenvolvimento e implementação dos projetos.

As entrevistas realizadas não indicaram a existência de dificuldades no estabelecimento de parcerias sabendo que só é estabelecido parcerias se já se possui um conhecimento prévio da organização.

Algumas das ONGD analisadas trabalham pontualmente com voluntários, não dispendo de um corpo de voluntários permanente, como é o caso da ACEP, a ADPM e a Raia Histórica. Os voluntários recrutados desenvolvem a sua ação essencialmente na qualidade de formadores, pelo que são preparados pelas ONGD de forma a serem integrados na organização e obterem informações acerca da área de realização do projeto, bem como do país de destino. O IMVF já trabalhou com voluntários, mas isso ocorre pontualmente. A Terras Dentro não trabalha com voluntários sabendo que possui um corpo de colaboradores na organização enquanto a associação Meninos do Mundo trabalha só com voluntários pois todas as pessoas que fazem parte da organização são voluntários que dão parte do seu tempo e dinheiro pela causa por que lutam. No que concerne às razões que leva ao recurso do voluntariado, a justificação apontada pelas ONGD prende-se principalmente por motivos financeiros, uma vez que o uso desta tipologia de recursos humanos proporciona maior poupança nos recursos financeiros permitindo deste modo o desenvolvimento de mais atividades com base nos mesmos recursos. Os voluntários são todos originários de Portugal. Ao questionar sobre a existência de voluntários do país de destino, verifica-se que as organizações nunca recrutam, a não ser que tal seja efetuado pelas entidades parceiras, mas nesse caso as ONGD já não são os responsáveis mas, sim as organizações cabo-verdianas que fazem o

recrutamento. O recurso a voluntários vem de encontro a uma das características das ISFL enunciadas por Salomon e Helmut (1996).

Com base numa das áreas de atuação das ONGD que é a cooperação para o desenvolvimento, as ONGD portuguesas estabelecem parcerias com organizações em Cabo Verde. Desta forma, contribuem para o desenvolvimento rural, e não só, atuando nas mais diversas áreas como a promoção do empreendedorismo, o turismo, a área das pescas, agricultura, formação profissional, abastecimento de água, saneamento, saúde, apoio às organizações da sociedade civil, capacitação dos municípios, criação de gado, formação e gestão de pequenos negócios entre outros promovendo assim o desenvolvimento integrado e sustentável (Santos, 2012) e apostando no aproveitamento dos recursos naturais disponíveis. Portanto, analisando as atividades desenvolvidas à luz da tabela ICNPO constata-se que as organizações, de uma forma geral, atuam em todas as áreas com exceção do grupo 10 (Religião), situação que é justificado pelo facto de estas não serem organizações de carácter religioso. Embora as ONGD entrevistadas não atuem nas mesmas áreas, verifica-se, porém, que quase todas as ilhas estão abrangidas pelos projetos em análise, com exceção das ilhas do Sal e da Boavista. Quanto aos fatores que conduziram à escolha das ilhas em que atuam, verifica-se que a decisão é determinada pela aprovação dos projetos por parte dos financiadores.

Os projetos levados a cabo pelas ONGD são de difícil mensuração quanto ao número de beneficiários, isso porque têm como objetivo último a população em geral, ou seja, quando se faz uma ação de capacitação, seja em que área for, o que se pretende é que esta repercuta a todas as partes interessadas tendo assim um maior número de beneficiários. Portanto, o objetivo é que toda a comunidade se beneficie de forma indireta e isso é um processo que necessita de algum tempo para que se apure as mais-valias trazidas para a população. Com as ações desenvolvidas as ONGD beneficiam de uma forma direta as mulheres e as crianças, ou mesmo os jovens, bem como as organizações pertencentes à Plataforma das ONG Cabo-verdiana e outras entidades públicas (Câmaras Municipais, Comissão Regional de Parceiros (CRP) entre outros).

O estudo realizado evidenciou ainda a existência de uma preocupação por parte das ONGD portuguesas em capacitar as entidades em Cabo Verde uma vez que se estas se encontrarem capacitadas em determinadas áreas então não cria uma situação de dependência. Portanto, se as organizações em Cabo Verde estiverem capacitadas

conseguem desenvolver seus próprios projetos e a capacitarem outras organizações também no país. A maioria das ONGD entrevistadas acredita que se não desenvolvessem os projetos, as comunidades em que atuam poderiam ter suas necessidades supridas de outra forma. Isto resulta do facto de Cabo Verde possuir financiadores para projetos de desenvolvimento na área de cooperação embora muitas vezes as organizações não se beneficiem por falta de divulgação de informações a este nível. Daí que, as ONGD têm procurado também ajudar as organizações em Cabo Verde ao nível do acesso às informações acerca das candidaturas e dos financiadores. Já para a Raia Histórica, os trabalhos que tem desenvolvido dificilmente seriam supridas de outra forma, sabendo que a tecnologia por eles utilizada não é utilizada por outras organizações que pudessem ir a Cabo Verde.

Apenas a ADPM e o IMVF, de entre as ONGD entrevistadas, possuem neste momento projetos em ação. O facto das outras organizações não terem resulta de não se encontrarem abertas as candidaturas dos programas financiadores e estão à espera da abertura do próximo quadro comunitário.

O volume financeiro movimentado pelas organizações é um dado que não é conhecido por muitas organizações, possuindo algumas apenas uma estimativa, aproximada, desse montante. As organizações ao todo não disponibilizaram as informações. No entanto, são várias as fontes de recursos que as organizações recorrem como é o caso da União europeia, o Instituto Camões, o Governo Português, Fundação Calouste Gulbenkian, a Fundação Portugal África, o programa Erasmus, a FAO. Algumas das organizações como a Terras Dentro, ACEP, IMVF, ADPM, Meninos do Mundo recorrem a donativos em espécie sabendo que assim alargam mais seu campo de financiadores e permite poupar verbas que serão depois canalizados para outras áreas. Deste modo, as ONGD portuguesas recorrem a fundos públicos nacionais e internacionais e donativos privados, não tendo geração de receita própria (Andrade & Franco; Falconer & Vilela, 2001; citado por Andrade 2012; Machado, 2009). Analisando a tipologia de recursos preconizada por Anheier (2005), constata-se que as ONGD portuguesas recorrem a meios financeiros, recursos em espécie e trabalho tanto remunerado como voluntário, embora o trabalho voluntário e os recursos em espécie não se apliquem a todas as organizações.

Para as ONGD portuguesas a sociedade Cabo-verdiana caracteriza-se como sendo aberta e que adere facilmente às atividades realizadas, participando, com muita frequência, diretamente na identificação das necessidades das suas comunidades através de reuniões com as ONGD portuguesas em parceria com as associações locais. A sociedade vê os projetos como uma mais-valia para a comunidade, daí que colaboram para que sejam terminadas com êxito. No que se refere às dificuldades encontradas no desenvolvimento das suas atividades, evidenciam-se como principais obstáculos as falhas de internet ou de redes telefónicas que muitas vezes dificultam as comunicações em tempo oportuno, levando a demoras no recebimento de documentos que são necessários para as candidaturas, a acessibilidade a algumas zonas em Cabo Verde, principalmente nas da ilha Brava e de Santo Antão. Ao nível das populações verifica-se, em termos de atitudes comportamentais, um certo “esperar para que as coisas aconteçam” não indo muitas vezes para conquistá-las o que muitas vezes limita alguns da população a não se aderirem às atividades desenvolvidas pelas ONGD como por exemplo formações para jovens. Este tipo de atitudes muitas vezes leva a que as ONGD tenham que esforçar-se mais para convencer as pessoas a aderirem às atividades (principalmente jovens).

Trabalhar com países que são membros da CPLP e dos PALOP além de Cabo Verde, como é o caso da Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Brasil, Angola permite às organizações obter experiências, ou seja, as organizações aproveitam das soluções que encontram num país para certos problemas e que são semelhantes noutros países e aplicam depois com as devidas adaptações, pois estas experiências são em contextos diferentes e isso leva-os a conseguir bons resultados a nível de otimização de recursos através de um aproveitamento sustentável. No que toca ao comum entre esses países há que destacar os problemas bem como as oportunidades. É de referir que há muitos problemas em comum, por exemplo, a inércia dos jovens e a falta de capacidade ou espírito empreendedor, o alcoolismo. A nível dos países Africanos (São Tomé e Cabo Verde) e Brasil constata a gravidez precoce. Mas, há exceções nestas problemáticas. Quanto às oportunidades, estas estão circunscritas a cada país, sendo de destacar em São Tomé a riqueza natural e a facilidade de produção de bens agrícolas, o que se traduz numa miséria não de fome mas, sim de saber aproveitar os recursos. Em Cabo Verde, pelo contrário, é um país que não possui muitos recursos como por exemplo, há o problema de acesso à água e tem que se esforçar para se conseguir algo. No Brasil há recursos naturais, clima, mas cada propriedade tem o seu dono e é um país

muito burocrático. No que toca a dificuldades partilhadas pelos países em que atuam, temos o exemplo de São Tomé e Cabo Verde que são dois países insulares e de descontinuidade. A Guiné-Bissau e São Tomé partilham suas instabilidades políticas, golpes de estado levando à fragilidade das instituições e do Estado. Pelo exposto se constata que poderia haver uma melhor cooperação entre os países africanos na medida em que possuem recursos e experiências que podem ser partilhados. É o caso das áreas de formação, que em São Tomé existem carências que não se observam em Cabo Verde. Estes países precisam de se consciencializar para o facto de existirem aquilo que precisam nos países vizinhos e culturalmente mais próximos que têm problemas semelhantes e em que as soluções com êxito podem ser adaptadas à realidade de cada um.

Assim, da análise das entrevistas podemos afirmar que as ONGD Portuguesas têm atuado no campo do empreendedorismo social, na medida em que têm como objetivo final a criação de valor social (e não a geração de um excedente económico) sendo todas elas, ISFL o que faz com que estas ONGD tenham origem na tradição europeia da economia social sabendo que na tradição europeia as associações são partes integrantes da economia social que designa o terceiro setor (Defouny & Nyssens, 2010a; Parente *et al.*, 2011). Estas ONGD têm trabalhado junto da sociedade cabo-verdiana com o objetivo de promover um desenvolvimento integrado e sustentável que se repercute para toda a sociedade tal como defende Santos e Guerra (2012). O estudo empírico demonstra que muitas destas organizações não conseguem apurar o número exato de beneficiários das suas atividades que advém do facto das suas atividades serem de difícil mensuração e os resultados só serem observáveis a longo prazo e do facto de o termo “social” ser complexo (Dees, 2001; Parente & Quintão, 2014).

Estas organizações têm levado inovação para Cabo Verde como se pôde constatar através das suas ações, quer seja na agricultura com as técnicas de produção, quer seja na produção do queijo com métodos de pasteurização inovadores, suas ações de voluntariado com consultas médicas disponibilizando materiais que não há em Cabo Verde, entre muitas outras. Verifica-se a inovação também, na forma de identificação das oportunidades, em que há o envolvimento não só dos parceiros, como também da comunidade. Esta é, aliás, uma forma de sensibilizar a população, na medida em que ao participarem e depois ver as ações a serem realizadas em prol do desenvolvimento da comunidade irão, então, assimilar melhor a informação e sentir-se parte integrante do

projeto e, como tal, tornando-os mais responsáveis pela sua comunidade. Contata-se assim, que as ONGD pretendem satisfazer as necessidades sem criar situações de dependência, ou seja, investem nas organizações locais com formações e ações de capacitação e dotam as pessoas de capacidades para resolverem seus próprios problemas sociais (Bernardino, 2014; Santos & Guerra, 2012). Assim, as famílias conseguem criar ou reforçar seu próprio negócio, através das ajudas para a aquisição de equipamentos (pescas, agricultura) ou formação (na área de doces e compotas, empreendedorismo, guia turístico). Através destas ações, as ONGD promovem a autossustentabilidade das famílias, gerando emprego e mais riqueza, promovendo assim a luta contra a pobreza e a exclusão social, o emprego e inserção socioprofissional, e o desenvolvimento local sustentável (Quintão, 2011). No entanto, mesmo tendo como objetivo principal a criação de valor social as suas ações acabam gerando indiretamente valor económico como defendem Emerson *et al.* (2010). Este valor social pode ser proporcionado tanto de forma direta (formações, equipamentos para a agricultura, pescas) e/ou indireta (com sensibilizações acerca de uma questão social) (Bernardino, 2014).

Analisando a ação das ONGD portuguesas com base no referencial conceitual proposto por Dees (2001) constata-se que: 1) As ONGD adaptam a sua missão para criar e manter valor social – as ONGD portuguesas tem por base a cooperação para o desenvolvimento sendo esta uma das áreas da sua atuação. Assim sendo, através das suas ações estas acabam por promover um desenvolvimento sustentável e integrado tanto a nível económico e social; 2) Reconhecem e procuram novas oportunidades para alcançar a sua missão – como já foi referido as ONGD, em parceria com organizações cabo-verdianas e as comunidades, definem as necessidades que depois são supridas através dos projetos desenvolvidos em conjunto tendo em conta os recursos que a própria região disponibiliza; 3) Empenham-se num processo contínuo de inovação, adaptação e aprendizagem – as ONGD portuguesas com as suas ações têm levado inovação para Cabo Verde e, através da sua intervenção nos diferentes países, têm acumulado diversas experiências que depois adaptam e aplicam em circunstâncias semelhantes; 4) Agem com ousadia sem estarem limitados aos recursos disponíveis no momento – nesse caso, as ONGD portuguesas já não cumprem de todo este ponto, pois estão dependentes dos seus financiadores para que realizem projetos. 5) Prestar contas com transparências às partes envolvidas – isso é uma das obrigações das ONGD, até porque estas têm que, junto aos financiadores, apresentar os relatórios e as contas.

Portanto, seguindo esta "definição idealizada" (Dees, 2001) pode-se constatar que as ONGD portuguesas têm desempenhado um papel de agente de mudança no setor social em Cabo Verde (Dees, 2001)

Todas estas constatações permitem afirmar que as ONGD Portuguesas têm contribuído para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde, o que valida a hipótese inicial desta investigação.

Terminada a discussão dos resultados, segue-se a conclusão onde se apresenta uma síntese dos resultados, as pistas para trabalhos futuros bem como as limitações da investigação.

Capítulo IV – Conclusões

O objetivo principal desta investigação foi o de averiguar quais os contributos que as ONGD portuguesas têm dado para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde.

Esta investigação foi feita numa área relativamente recente, que está em crescimento mas que ainda apresenta muitas lacunas apesar dos estudos que têm sido feitos neste âmbito. Daí que, por ser um campo pouco explorado também em Cabo Verde, achou-se pertinente fazer um estudo nesta área. Embora existam já alguns estudos na área do empreendedorismo em Cabo Verde, estes são ainda escassos e praticamente inexistentes na área do empreendedorismo social.

Para que se pudesse analisar a problemática em estudo recorreu-se à revisão da literatura que permitiu delimitar os conceitos de empreendedorismo social, ISFL e as tipologias de organizações em que geralmente é levada a cabo a prática do empreendedorismo. Assim, no capítulo 1 explicou-se o conceito de empreendedorismo social, quais os elementos que estiveram na sua génese e que faz este conceito ser diferente do empreendedorismo em termos gerais. Depois de construído o quadro teórico passou-se, no capítulo 2, para o desenho da investigação e definição da metodologia. Na investigação utilizou-se o método qualitativo e foi feita uma análise exploratória e descritiva, tendo a entrevista sido a técnica adotada para a recolha das informações junto das 6 ONGD portuguesas que constaram da amostra. O capítulo seguinte, foi dedicado à análise e discussão dos resultados obtidos com o trabalho empírico.

O estudo realizado permitiu atingir o objetivo principal de pesquisa, bem como os objetivos específicos que foram definidos durante o processo de investigação. Através da realização da entrevista a 6 ONGD portuguesas que atuam em Cabo Verde, que fizeram parte da amostra, foi possível detetar que estas atuam em Cabo Verde através de parceiros. As suas atividades são desenvolvidas tendo em conta os recursos disponíveis de cada ilha ou comunidade, promovendo assim um desenvolvimento económico-social integrado e sustentável (Parente & Quintão, 2014) no meio em que atuam. Da análise feita constatou-se que, estas organizações têm feito uma intervenção de forma inovadora, em termos de técnicas, materiais e formação que levam para Cabo Verde. Não têm expatriados, tendo em conta que os parceiros detêm recursos humanos capazes na implementação dos projetos. Por isso, fazem o acompanhamento dos projetos e dão

apoios nas áreas de gestão, planeamento e implementação, realizado à distância, sendo que quem está no campo é o parceiro. Algumas organizações recorrem ao voluntariado, sendo os voluntários apenas de origem portuguesa. Não obstante, a sociedade cabo-verdiana é caracterizada como uma sociedade aberta e que colabora com os projetos. Não se pôde chegar a um valor financeiro em relação aos projetos que foram implementados mas pode-se identificar os financiadores de maior peso para essas ONGD que são a União Europeia, a Cooperação Portuguesa e o Instituto Camões. Além dos recursos financeiros também recorrem a recursos em espécie que possibilita o alargamento das ajudas capazes de implementar. É de destacar que das 6 ONGD entrevistadas que possuem ou já tiveram projetos, de uma forma geral, atuam na maioria das ilhas, com exceção da ilha do Sal e da Boavista. As dificuldades encontradas pelas organizações prendem-se essencialmente com a comunicação (internet, telemóvel), transporte e acessibilidade aos locais onde pretendem intervir. Das informações obtidas pode-se verificar que Cabo Verde beneficiou destes projetos pela sua pertença aos PALOP e à CPLP, ou seja, a língua foi um elemento crucial na escolha das ONGD portuguesas.

Após a recolha e análise dos dados percebeu-se que as ONGD portuguesas fomentam o empreendedorismo social em Cabo Verde através do desenvolvimento dos seus projetos em parceria com organizações cabo-verdianas. É de referir que estas ONGD ao desenvolverem um projeto pretendem que este promova um desenvolvimento integrado e sustentável beneficiando as comunidades com suas ações a nível económico-social. Daí que baseiam a sua intervenção na inovação, ao levarem para Cabo Verde técnicas a nível da agricultura, pescas, criação de gado ou mesmo através das formações em que apostam na inovação na produção de bens (comotas, queijo). São ONGD que aproveitam das oportunidades oferecidas pelas características de cada ilha e satisfazem as necessidades das comunidades. Estas organizações pretendem que as suas ações desencadeiem um “efeito bola de neve” podendo, desse modo, alcançar um maior número de beneficiários. Assim, nas várias áreas em que atuam estimulam melhorias que depois se repercutem a toda a comunidade, região, país e mesmo a nível global. Um dos exemplos claros é a criação de emprego que possibilita melhorias nas condições de vida das famílias e que tem um efeito dominó. Como pretendem melhorar as condições de vida das populações então estimulam a criação de valor económico e consequentemente com a melhoria das condições económicas das famílias e comunidade consegue-se fazer face aos problemas sociais.

Do estudo pode-se verificar que existem alguns constrangimentos que muitas vezes se traduzem em dificuldades para o desenvolvimento das atividades das ONGD. Pode-se assim constatar que se existisse isenção ou diminuição das taxas alfandegárias em Cabo Verde talvez as ONGD podiam levar mais recursos em espécie, sendo que muitas vezes não têm meios financeiros suficientes para fazer face às despesas que o desenvolvimento de determinados programas implica. Através dessa medida de política, Cabo Verde poderia beneficiar de uma maior capacidade de criação de valor social. Verifica-se ainda que seria benéfica a ocorrência de uma maior sincronização entre os PALOP, de modo a que estes pudessem favorecer mutuamente através dos recursos humanos e naturais que possuem. Cabo Verde poderia aproveitar mais dos financiamentos existentes a nível de cooperação caso o governo, as organizações sem fins lucrativos ou mesmo a plataforma das ONG de Cabo Verde informasse e divulgasse aos seus associados, o que poderia levar a uma maior adesão ao empreendedorismo em Cabo Verde.

A investigação realizada, como qualquer trabalho de investigação deparou-se com dificuldades. Um dos problemas foi contextualizar o trabalho das ISFL e o empreendedorismo social. Uma outra dificuldade encontrada advém do facto do empreendedorismo social ser um campo cuja produção científica é ainda escassa. Recorreu-se aos estudos disponíveis na literatura internacional e também em Portugal, sendo que em Cabo Verde a investigação sobre empreendedorismo social é praticamente inexistente.

O estudo realizado permitiu alargar a produção de conhecimento sobre o empreendedorismo social no panorama nacional e em Cabo Verde. Permitiu ainda compreender com as organizações que atuam nestes dois países desenvolvem as atividades socialmente empreendedoras preenchendo, assim, uma lacuna de investigação existente.

Como investigação futura propõe-se um estudo mais detalhado do empreendedorismo social em Cabo Verde, nomeadamente o contexto em que surgiu o empreendedorismo social em Cabo Verde, estudando-se as organizações pioneiras nesta temática, avaliando as áreas em que atuavam e analisando a evolução das ações do empreendedorismo social no país. Outra área a explorada seria a identificação do perfil dos empreendedores sociais em Cabo Verde, de modo a perceber em que medida este se assemelha ou

verificado noutros contextos empíricos. Do mesmo modo seria pertinente analisar em que medida o contexto político, legal, social, económico e tecnológico promovem o desenvolvimento de atividades de empreendedorismo social em Cabo Verde. Poder-se-ia, ainda, estudar os programas que o Estado cabo-verdiano tem feito na educação ao nível do empreendedorismo social e em que medida essa ação tem conduzido a um, maior nível de atividade socialmente empreendedora no país. Adicionalmente, seria relevante alargar a investigação realizada a outros países de língua portuguesa, avaliando o contributo que as ONGD portuguesas têm tido no desenvolvimento de outros países PALOP e estudar em que medida os contornos em que é desenvolvida a ação das organizações é semelhante ao caso cabo-verdiano.

Bibliografia

- Abu-Saifan, S. (2012). Social entrepreneurship: definition and boundaries. *Technology innovation management review*, 2(2), 22-27.
- ACVER - Associação Internacional para a Cooperação e o Desenvolvimento de Comunidades Rurais. (s.d.). Obtido em 22 de Agosto de 2015, de <http://acver.weebly.com/index.html>
- Andrade, A. M., & Franco, R. C. (2007). *Economia do conhecimento e organizações sem fins lucrativos*. Porto: Sociedade Portuguesa de Inovação.
- Anheier, H. K. (2005). *Non profit organization: theory, management, policy*. Abingdon: Routledge.
- Associação Industrial Portuguesa e Câmara de Comércio e de Indústria. (2014). *Cabo Verde: integração regional na CEDEAO*. Obtido em http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/site-manager/www_aip_pt/documentos/internacionalizacao/internacionalizacao/informacao/Lusofonia%20Econ%C3%B3mica/2%20-%20CABO%20VERDE,%20NIG%C3%89RIA%20E%20CEDEAO%20-%20CPLP.pdf no dia 6 de Agosto: Associação Industrial Portuguesa.
- Austin, J. E. (1 de Março de 2000). Strategic collaboration between nonprofits and business. *Non profit and voluntary sector quarterly*, 29 , 69-97.
- Bacq, S., & Janssen, F. (June de 2011). The multiple faces of social entrepreneurship: A review of definitional issues based on geographical and thematic criteria. *Entrepreneurship & Regional Development*, 23 (5-6), 373-403.
- Banco de Cabo Verde. (s.d.). Obtido de <http://www.bcv.cv/vPT/Paginas/Homepage.aspx>
- Banco Mundial. (s.d.). *Poverty overview*. Obtido em 14 de Março de 2015, de The World Bank: <http://www.worldbank.org/en/topic/poverty/overview#1>
- Bernardino, S. (2014). *Iniciativas de empreendedorismo social do terceiro setor em Portugal: antecedentes, comportamentos e desempenho organizacionais*. Tese de doutoramento, Universidade Portucalense, Gestão, Porto.
- Bernardino, S., & Santos, F. (2014). Implicações do ambiente político-legal para o lançamento de novas iniciativas sociais em Portugal. *NIPE*.
- Bogdan, R. C., & Biklen, S. K. (1994). *Inestigação qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Borzaga, C., & Defourny, J. (2001). *The emergence of social enterprise*. London : Routledge.

- Bose, M. (2012). *Empreendedorismo social e promoção do desenvolvimento local*. Dissertação de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Brozek, K. O. (2009). Exploring the continuum of social and financial returns: when does a nonprofit become a social enterprise? *Community development investment review*, 5(2), 7-17.
- Brozek, K. O. (s.d.). Exploring the continuum of social and financial returns: when does a nonprofit become a social enterprise? *Community development investment review*.
- Carlo, H. (2002). *Problemas sociais contemporâneos*. Lisboa: Universidade aberta de Lisboa.
- Carmo, H. (2008). *Problemas sociais contemporâneos*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1990). *Metodologia da investigação - Guia para auto aprendizagem* (2ª ed.). (U. Aberta, Ed.) Lisboa.
- Carvalho, M. C. (2012). *Empreendedorismo jovem em Cabo Verde: necessidades e oportunidades*. dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra, Faculdade de economia e Faculdade de psicologia e de ciências da educação, Coimbra.
- CASES. (s.d.). *Identidade das Fundações*. Obtido em 16 de Agosto de 2015, de CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social: <http://www.cases.pt/outras-organizacoes/fundacoes/identidade-das-fundacoes>
- Cetina, G. E., & Licea, R. R. (2009). *Medicion de la incidência de la pobreza alimentaria en el estado de Puebla en el ano 2005*. tese de Licenciatura, Escola de Negócios y Economía- Universidade de Las Americas Puebla, Departamento Economía, Errero.
- Chaves, R., & Monzón, J. L. (2006). *A economia social na União Europeia*. Comité Económico e Social Europeu. Obtido no dia 27 de Abril de 2015 em <http://www.eesc.europa.eu/resources/docs/eesc-2007-11-pt.pdf>.
- Chiavenato, I. (2012). *Empreendedorismo: dando asas ao espirito empreendedor* (4ª ed.). São Paulo: Manole Lta.
- Choi, N., & Majundar, S. (2014). Social entrepreneurship is an essentially contested concept: opening a new avenue for systematic future research. (Elsevier, Ed.) *Journal of business venturing*, 29, pp. 363-376.
- Código Civil Português, Artigo n.º157 e seguintes obtido em http://www.stj.pt/ficheiros/fpstjptlp/portugal_codigocivil.pdf dia 3 de Março de 2015.
- Código Cooperativo Português, Lei 51/96 (7 de Setembro de 1996).

- Constituição da República de Cabo Verde* (4ª ed.). (2009). Praia: Assembleia Nacional.
- CPLP - *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. (s.d.). Obtido em 20 de Agosto de 2015, de <http://www.cplp.org/id-4452.aspx>
- Decreto-Lei de 72/90 de 3 de Março de 1990, Diário da República Portuguesa n.52/90 - I Série. Ministério do Emprego e da Segurança Social.
- Decreto-Lei nº119/83 de 25 de Março de 1983, Diário da República. nº 46/83 - I Série. Ministério dos Assuntos Sociais. Estatuto das IPSS's, art.º68, nº1.
- Dees, G. (1998). What do you do when traditional sources of funding of fall short? *Harvard business review*, 76, 55-67.
- Dees, G. (2001). The meaning of social Entrepreneurship. *Duke Fuqua School of Business*, obtido a 2 de Dezembro de 2014 em https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/03/Article_Deess_MeaningofSocialEntrepreneurship_2001.pdf.
- Dees, G. (2004). Putting nonprofit business ventures in perspective. In S. M. Oster, C. W. Massarsky, S. L. Beinhacker, & B. Bradley, *Generating and sustaining nonprofit earned income: A guide to successful enterprise strategies* (3-18). San Francisco: Jossey-Bass.
- Dees, G. (2009). Social venture as learning laboratories. *Innovations, special edition*, 11-15. Obtido a 24 de Novembro de 2015 em https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/02/Article_Deess_SocialVenturesasLearningLaboratories_2009.pdf.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010a). Conceptios of social enterprise and social entrepreneurship in Europe and the United States: convergences and divergences. *Journal of the social entrepreneurship*, 1(1), 32-53.
- Defourny, J., & Nyssens, M. (2010b). Social enterprise in Europe: at the crossroads of market, public policies and third setor. (Elsevier, Ed.) *Poliy and society*, 29(3), 231-242.
- Dess, G. (2007). Taking social entrepreneurship seriously. *Society*, 44(3), 24-31. Obtido a 29 de Novembro de 2014 em https://centers.fuqua.duke.edu/case/wp-content/uploads/sites/7/2015/02/Article_Deess_TakingSESeriously_2007.pdf.
- Dornelas, J. (2007). *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Drayton, W. (2002). The citizen sector: becoming as entrepreneurial and competitive as buzinness. *Califórnia management review*, 44.3, 120-132.

- Drucker, P. F. (1985). *Innovation and entrepreneurship*. London: Heinemann.
- Duke University, The Fuque school of business. (June de 2008). *Developing the field of social entrepreneurship - A report from de advance of social entrepreneursip (CASE)*. Durham: case.
- Emerson, J. (2003). Where money meets mission - Breaking down the firewall between foundation investments and programming. *Stanford Social Innovation Review, summer*, pp. 38-47. Obtido a 5 de Março de 2015 em <http://www.blendedvalue.org/wp-content/uploads/2004/02/pdf-money-meets-mission.pdf>.
- Emerson, J., Wachowicz, J., & Chun, S. (2000). *Social return on investment (SROI): exploring aspects of value creation in the nonprofit sector*. San Francisco: REDF.
- Estatuto das IPSS's, art.º 68, nº1- DL nº119/ (25 de Março de 1983).
- Estrin, S., Mickiewicz, T., & Stephan, U. (Maio de 2013). Entrepreneurship, social capital and institutions: entrepreneurial and commercial entrepreneurship across nations. (B. University, Ed.) *Entrepreneurship: theory and practice*, 37(3), 479-504.
- Evers, A., & Laville, J.-L. (2004). *The third sector in Europe*. Edward Elgar Limited.
- FAO, Governo de Cabo Verde. (2009). *Quadro das demandas e propostas de Cabo Verde para o desenvolvimento de um programa regional entre países da CPLP no domínio da luta contra a desertificação e gestão sustentável das terras*. Praia Cabo Verde: TCP CPLP/FAO.
- Ferreira, M. M., & Carmo, H. (1998). *Metodologia da Investigação: guia para a auto-aprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.
- Ferreira, N. A., Fisac, R., Romero, A. M., & Lezana, Á. G. (2012). Ações para a capacitação de empreendedores sociais a partir de escolas de negócios Brasileiras e Europeias. *VIII Congresso Nacional de excelencia em Gestão*. Niterói.
- Ferreira, S. (2000). As organizações do terceiro setor na reforma da segurança social. *IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra.
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4ª ed.). Sage.
- Gaiger, L. I., & Corrêa, A. S. (2011). O diferencial do empreendedorismo solidário. *Ciências sociais Unissono*, 47(1), 34-43.
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). São Paulo: Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas.

- Governo de Cabo Verde. (Junho de 2012). *Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável*. Obtido em 2 de Agosto de 2015, de <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>.
- Hisrich, R. M., & Shepherd, D. (2009). *Empreendedorismo* (7ª ed.). Porto Alegre: Bokman.
- Hoogendoorn, B., & Rennings, E. (2010). What do we know about social entrepreneurship? an analysis of empirical research. *International Review of Entrepreneurship*, 8(2), pp. 71-102. Obtido no dia 8 de Fevereiro de 2015 em <http://www.entrepreneurship-sme.eu/pdf-ez/H201114.pdf>.
- Inforpress. (s.d.). *sapo estudante*. Obtido em 15 de Agosto de 2015, de saop Cabo Verde: <http://estudante.sapo.cv/artigos/artigo/empreendedorismo-e-um-factor-e-358903.html>.
- Instituto Intramericano de Derechos Humanos. (2010). *Pobreza e derechos humanos: hacia la definición de parâmetros conceptuales desde la Doctrina Y acciones del sistema interamericana*. San José - Costa Rica.
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2010). *Sobre a pobreza, as desigualdes e a privação material em Portugal*. Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde. (s.d.). Obtido em 9 de Agosto de 2015, de <http://www.ine.cv/>
- Jornal de Notícias. (15 de Agosto de 2009). *Cabo Verde é exemplo para África, diz Hillary*. Obtido em 8 de Agosto de 2015, de http://www.jn.pt/PaginaInicial/Mundo/Interior.aspx?content_id=1335346&page=1.
- Junior, M. D., & Fontenele, R. E. (21 a 23 Junho 2009). Planejamento estratégico como ferramenta de gestão para organizações do terceiro setor - um estudo dos empreendimentos sociais apoiados pela Ashoka. *IV encontro de estudos em estratégia*. Recife/PE.
- Leadbeater, C. (1997). *The rise of the social entrepreneur*. London: Demos.
- Legis PALOP. (s.d.). Obtido em 20 de Agosto de 2015, de <http://www.legis-palop.org/bd/>
- Legislação setorial. (s.d.). Obtido em 12 de Abril de 2015, de CASES: <http://www.cases.pt/cooperativas/legislacao/legislacao-setorial>
- Lei n.º 101/97 de 13 de Setembro de 1997, Diário da República n. 208/96 - I Série A. Assembleia da República. Lisboa. obtido em <http://dre.tretas.org/dre/85810/>.
- Lester, S. (Janeiro a março de 1998). A emergência do terceiro setor - uma revolução associativa global. *Revista de administração*, 33(1), 5-11. Obtido a 15 de

Novembro de 2014 em
file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/3301005%20(4).pdf.

- Machado, T. A. (2009). *ONGD: O papel das comunicação no seu conhecimento e reconhecimento*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Comunicação Social, Lisboa, Portugal.
- Mair, J., & Marti, I. (2006). Entrepreneurship in and around institutional voids: A case study from Bangladesh. *Journal of Business Venturing*, 24(5), 419-435.
- Mair, J., Robinson, J., & Hockerts, K. (2006). *Social entrepreneurship*. New York: Palgrave macmillan.
- Mancini, R. F., & Yonemoto, W. H. (2010). Considerações acerca do empreendedorismo social no desenvolvimento da sociedade sustentável. *ETIC Encontro de Iniciação Científica*, 6(6). Obtido em 3 de Novembro de 2014, de <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/ETIC/article/viewFile/2543/2067>
- Marques, D. C. (2014). *As empresas sociais no desenvolvimento do terceiro setor*. Dissertação de Mestrado, Escola de Economia e Geatão da Universidade do Minho, Economia Social, Minho, Portugal.
- Martin, R., & Osberg, S. (2007). Social Entrepreneurship: The case for definiton. *Standford Social Innovation Review*, 5(2), 27-39.
- Massetti, B. (2008). Thse social entrepreneurship matrix as "tipping point" for economic change. *Emergence: complexyty & organization*, 10(3), 1-8.
- Mo Ibrahim Foundation. (2014). *Ibrahim index of African governance oiido no dia 8 de Agosto de 2015 em* <http://static.moibrahimfoundation.org/downloads/publications/2014/2014-iiag-summary-report.pdf>.
- Moraes, R. (1999). Análise de conteúdo. *Revista Educação*, 22(37), 7-32.
- Muraro, P., & Lima, J. (2003). Terceiro setor, qualidade ética e riqueza das oeganaizações. *Revista FAE*, 6(1), 79-88.
- Nações Unidas. (1995). *Relatório da cimeira mundial sobre Desenvolvimento social*. Copenhaga.
- Nações Unidas Cabo Verde. (s.d.). Obtido em 9 de Agosto de 2015, de <http://www.un.cv/sobrecv.php>
- Namorado, R. (2006). Os quadros jurídicos da economia social - uma introdução ao caso português. *Oficina do CES, Coimbra*, 251.

- NIPE - *Núcleo de investigação em Políticas económicas*. (27 de Dezembro de 2014).
Obtido de <http://www3.eeg.uminho.pt/economia/nipe/jfsantos/>
- Oliveira, E. M. (2003). *Empreendedorismo social no Brasil: fundamentos e estratégias*. Tese de Doutoramento, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de história, direito e serviço social, Franca.
- Oliveira, E. V. (2011). *Empreendedorismo em Cabo Verde. Necessidade ou Oportunidade: realidade da ilha de Santo Antão – Cabo Verde*. Dissertação de mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.
- Parente, C., & Quintão, C. (2014). Uma abordagem eclética ao Empreendedorismo social. In C. Parente (Ed.) *Empreendedorismo social em Portugal* (11-71). Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Parente, C., Costa, D., Santos, M., & Chaves, R. R. (2011). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. *XIV encontro nacional de sociologia industrial, das organizações e do trabalho*, (1-15). Lisboa. Obtido a 22 de Outubro de 2014 em <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/actividades/85-empreendedorismo-social-contributos-teoricos-para-a-sua-definicao>.
- Parente, C., Lopes, A., & Marcos, V. (2014). Dos perfis de empreendedorismo social aos retratos organizacionais: vocação, direções e modelos de governança. In C. Parente (Ed.) *Empreendedorismo Social em Portugal* (102-128). Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Pereira, J. L. (2009). *Contributo para a concepção de um balanced scorecard num equipamento de uma organização sem fins lucrativos*. Tese de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE - IUL, Lisboa.
- Peter, F. D. (1985). *Innovation and entrepreneurship*. London: Heinemann.
- Pina, I. G. (2014). *Organizações do terceiro setor: estratégia para a sustentabilidade dos projetos sociais das ONG's sedeadas no concelho da Praia*. Monografia, Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Praia.
- Plataforma das ONGD. (2012). *Guia das ONGD 2012*. Lisboa: PlataformaPortuguesa da ONGD.
- Plataforma Portuguesa das ONGD. (2014). *Guia das ONGD*. Lisboa: Plataforma Portuguesa das ONGD.
- Portaria 135/2007 de 26 de Janeiro de 2007, Diário da República n.19/2007 - I Série. Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social..
- Porter, M., & Kramer, M. (January-February de 2011). The big ideia: Creating shared value. *Harvard Business Review*, 89(2), 1-17.

- Proença, F. (2013). *As ONGD e a qualidade em todos os campos e latitudes*. Plataforma Portuguesa das ONGD. Obtido a 9 de Junho de 2015 em http://www.plataformaongd.pt/conteudos/Documentos/Publicacoes/Estudo_AsONGD_e_a_qualidade.pdf.
- Quintão, C. (2004a). Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego. *Seminário Trabalho social e Mercado de Emprego, Painel Políticas Sociais e Mercado do Emprego, Universidade Fernando Pessoa, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais*. Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Instituto de Sociologia. Obtido a 29 de Outubro de 2014 em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54371/2/ISWP42004000122480.pdf>.
- Quintão, C. (2004b). Terceiro setor - elementos para a referenciação teórica e conceptual. *V Congresso Português de Sociologia - Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação; Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*. Braga: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia. Obtido a 2 de Novembro de 2014 em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54377/2/ISWP52004000122487.pdf>.
- Quintão, C. (2004c). Empresas de inserção do terceiro setor - notas em torno das problemáticas e desafios no contexto da União Europeia. *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro das Ciências Sociais - A questão social no novo milénio*. Coimbra: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Instituto de Sociologia. Obtido a 6 de Novembro de 2014 em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/54370/2/ISWP62004000122502.pdf>.
- Quintão, C. (2011). O terceiro setor e a sua renovação em Portugal, uma abordagem preliminar. (C. Parente, Ed.) *IS Working Papers, 2ª Série Nº2*, 1-18. Obtido a 29 de Outubro de 2014 em http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns-002_110411025242.pdf.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais* (5ª ed.). Lisboa: Gradiva.
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In I. M. Beuren, *Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática* (3ª edição ed., 76-97). São Paulo: Atlas.
- Rocha, E. M. (2013). *Gestão empreendedora das Associações - caso AMI-PAUL*. Monografia, Universidade do Mindelo, Departamento ciências e tecnologias, Mindelo.
- Rodrigues, E. V., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M. M., & Januário, S. (1999). A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. (U. d.-F. Letras, Ed.) *Revista da Faculdade de Letras: sociologia*, 9, 63-101.

- Rodrigues, S. (2008). *Manual técnico do formando: "Empreendedorismo"*. ANJE - Associação Nacional de Jovens Empresários e EduWeb.
- Salamon, L. (Janeiro/Março de 1998). A emergência do terceiro setor. *Revista de Administração*, 33, 5-11.
- Salomon, L. M., & Anheir, H. K. (1996). The internacional classification of nonprofit organization: ICNPO Revision 1. (T. J. studies, Ed.) *The John Hopkins University Institute for policy studies*, 19.
- Santos, F. (2012). A positive theory of social entrepreneurship. *journal of business ethics*, 111(3), 335-352.
- Santos, M., & Guerra, P. (2012). O empreendedorismo social em Portugal na estratégia de combate à pobreza e exclusão social: uma ilustração. *VII congresso português de sociologia - Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais* (1-10). Porto: Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Obtido a 8 de Novembro de 2014 em http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/ finais/PAP1065_ed.pdf.
- Sarkar, S. (2007). *Empreendedorismo e Inovação* (1ª Edição ed.). Escolar Editora.
- Sarti, F. M., & Kimura, W. (2009). *Terceiro Setor na administração Pública: OS ou OSCIP, quem administra? Desorganização do terceiro setor na saúde*. Escola de Artes, Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. Obtido a 12 de Fevereiro de 2015 em <http://stoa.usp.br/wagnerk/files/-1/16702/trabalho+de+PPS+-+professora+Flavia.pdf>.
- Silva, E. M., & Aguiar, M. T. (2001). Terceiro setor: buscando uma conceituação. Obtido a 15 de Outubro de 2014 em <http://www.fundata.org.br/Artigos%20-%20Cefeis/06%20-%20TERCEIRO%20SETOR%20-%20BUSCANDO%20UMA%20CONCEITUA%C3%87%C3%83O.pdf>.
- Silva, F. A., & Souza, W. J. (2013). Empreendedorismo social desenvolvidor de capital social: estudo do projeto Oásis de interveniência universitária. *Revista estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul*, 37, 127-189.
- Silva, G. M., & Silva, S. G. (2002). Relação entre as fontes de financiamento e nível de burocratização nas ONGD de Alagoas. *Encontro de estudos organizacionais*. 2. Recife: Observatório da realidade organizacional.
- Silva, M. (2010). Pobreza, direitos humanos e democratização da economia. In A. Teixeira, S. Silva, & P. Teixeira, *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal* (61-74). Porto: Vida económica.
- Silva, P. M. (2013). *Empreendedorismo social, o papel das IPSS: estudo de caso*. Dissertação de Mestrado, Associações dos Politécnico do Norte, Gestão das

- Organizações. Porto: Instituto Politécnico do Porto. obtido a 2 de Março de 2015 em http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1977/1/DM_PauloSilva_2013.pdf.
- Soares, M. B. (2014). *A comunicação On-line para as ONG's e a angariação de fundos - O caso AMI*. Tese de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto. Porto: Instituto Politécnico do Porto.
- Sousa, M. J., & Baptista, C. S. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (4ª ed.). Lisboa: pactor.
- Sousa, S. (2012). *As instituições particulares de solidariedade social num contexto de crise económica*. IPI consulting Network Portugal.
- Teixeira, A. C., Silva, S. T., & Teixeira, P. (2010). *O que sabemos sobre a pobreza em Portugal*. Porto: Vida Económica.
- Teixeira, Z. M. (2014). *O relato financeiro nas IPSS: estudo de caso de uma IPSS do concelho de Vila Nova de Gaia*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Mestrado em Contabilidade e Finanças. Porto: Instituto Politécnico do Porto.
- Vieira, L. M. (2011). *Não-Violência ativa: movimentos ambientais e a mobilização social em Portugal - a não-violência ativa como método de participação social ambiental, estudo de caso - o caso do milho transgénico de Silves*. Dissertação de mestrado, Universidade Aberta de Lisboa, Cidadania ambiental e participação, Lisboa, Portugal.
- Weerawardena, J., & Mort, G. S. (2006). Investigating social entrepreneurship: a multidimensional model. *Journal of word business*, 41, 21-35.
- Willerding, I. A., Franzoni, A. M., & Feliciano, A. M. (Março de 2011). Ações intraempreendedoras: projeto de inclusão social através da educação. *Revista do CCEI, centro de ciências de economia e informática*, 15(27), 19-21. Obtido a 18 de Maio de 2015 em [file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/29-30-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/29-30-PB%20(2).pdf).
- Yin, R. k. (2009). *Case study research: design and methods* (4ª ed.). Londres: Sage.
- Zhara, S., Gedajlovic, E., Neubaum, D., & Shulman, J. (2009). A typology of social entrepreneur; motives, search processes ant ethical challenges. *Journal of Business Venture*, 24 (5), 519-532. Obtido a 18 de Maio de 2015 em <http://www.ub.edu/emprenedoriasocial/sites/default/files/A%20typology%20of%20social%20entrepreneurs.pdf>.

Anexos

Anexo 1 - Guião de entrevista

O presente guião de entrevista insere no âmbito do mestrado em Empreendedorismo e Internacionalização e foi elaborado com o intuito de recolher as informações das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) portuguesas que atuam em Cabo Verde. O que se pretende com a presente entrevista é analisar o contributo que as ONGD portuguesas têm dado para a sedimentação do empreendedorismo social em Cabo Verde. O que se passar nessa entrevista será salvaguardado de acordo com a Declaração de Consentimento Informado.

1. Qual o nome da organização? Há quanto tempo foi constituída a organização e há quanto tempo trabalha em Cabo Verde? Como a associação está presente em Cabo Verde?
2. Quais as razões que levaram a que Cabo Verde fosse beneficiário dos projetos?
3. Em que outras localizações geográficas a organização atua? Porquê? Se atua em mais localizações geográficas, quais as sinergias ou denominadores em comum nessas regiões?
4. Quais as principais áreas de atividade levadas a cabo pela vossa organização em Cabo Verde? Quem são os principais beneficiários?
5. Se a organização não desenvolvesse a sua atividade, estes indivíduos/beneficiários poderiam ver esta necessidade social suprida de outro modo?
6. Em que ilhas atuam? Porquê?
7. Quantos projetos estão neste momento em curso em Cabo Verde? Qual o número de beneficiários diretos e indiretos? Prevê que esse número tende a aumentar nos próximos 5 anos?
8. Qual o volume financeiro correspondente aos projetos em curso?

9. Qual o número de colaboradores envolvidos? Quantos colaboradores são remunerados e quantos são voluntários? Porque a organização recorre ao voluntariado? Pode apontar algumas vantagens e desvantagens associadas ao recurso a voluntariado?
10. Como é desenvolvido e organizado o trabalho com os colaboradores e voluntários? São originários de Portugal ou Cabo Verde. As ações de formação são desenvolvidas pela vossa organização? Se sim, com que frequência e que objetivos têm? Como classifica a abertura dos Cabo-verdianos à prática do voluntariado? Quais as diferenças que se verifica entre os voluntários portugueses e os cabo-verdianos?
11. Quais as fontes de recursos financeiros a que a organização recorre? Destes, quais os mais importantes?
12. A organização recorre a recursos (donativos) em espécie? Se sim, quais e porquê? Que vantagens advêm dos donativos em espécie?
13. A organização trabalha com parceiros? Quem são (Portugueses/ou Cabo-verdianos; Empresas e/ou Estado)? Que vantagens as parcerias têm trazido para a organização? Quais as principais dificuldades no estabelecimento das parcerias?
14. Que tipo de interação é estabelecida com a sociedade, com as comunidades em Cabo Verde e com o público-alvo da organização?
15. Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades na sociedade cabo-verdiana e de que forma acha que poderiam ser ultrapassadas?

Anexo 2 - Declaração de Consentimento Informado da Associação para a Cooperação Entre os Povos (ACEP)

Porto, 6 de Junho de 2015



Declaração de Consentimento Informado

Eu, Liliana Azevedo (nome)

concordo em participar no estudo sob o tema: **O contributo das Instituições Sem Fins Lucrativas Portuguesas para a Sedimentação do Empreendedorismo Social em Cabo Verde**. Pretendo com o mesmo dar respostas aos seguintes objetivos:

- Contribuir para saber o porque de Cabo Verde ser um destino das atividades das Instituições sem fins lucrativas portuguesas;
- Saber quais as áreas de atuação e os recursos para a prossecução das atividades;

- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
- ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
- ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas no resultado do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipa de investigação de fins académicos;
- ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
- ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
- ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do participante Liliana Azevedo

Assinatura do Investigador Maryzette Soares

Anexo 3 - Declaração de Consentimento Informado da Associação para a Defesa do Património de Mértola (ADPM)

Porto, 6 de Junho de 2015



Declaração de Consentimento Informado

Eu, Ana Patrícia Chapeira Sanchez (nome)
concordo em participar no estudo sob o tema: **O contributo das Instituições Sem Fins Lucrativas Portuguesas para a Sedimentação do Empreendedorismo Social em Cabo Verde**. Pretendo com o mesmo dar respostas aos seguintes objetivos:

- Contribuir para saber o porque de Cabo Verde ser um destino das atividades das Instituições sem fins lucrativas portuguesas;
- Saber quais as áreas de atuação e os recursos para a prossecução das atividades;

- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
- ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
- ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas no resultado do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipa de investigação de fins académicos;
- ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
- ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
- ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do participante Ana Sanchez

Assinatura do Investigador Maryzette Soares

Anexo 4 -Declaração de Consentimento Informado do Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

Porto, 6 de Junho de 2015



Declaração de Consentimento Informado

Eu, HERMINIA RIBEIRO (nome)

concordo em participar no estudo sob o tema: **O contributo das Instituições Sem Fins Lucrativas Portuguesas para a Sedimentação do Empreendedorismo Social em Cabo Verde**. Pretendo com o mesmo dar respostas aos seguintes objetivos:

- Contribuir para saber o porque de Cabo Verde ser um destino das atividades das Instituições sem fins lucrativas portuguesas;
- Saber quais as áreas de atuação e os recursos para a prossecução das atividades;

- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
- ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
- ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas no resultado do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipa de investigação de fins académicos;
- ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
- ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
- ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do participante Herminia Ribeiro

Assinatura do Investigador Claryzette Soares

Anexo 5 - Declaração consentimento Raia Histórica

Porto, 6 de Junho de 2015



Declaração de Consentimento Informado

Eu, JOSE ANTONIO DE SALES GOMES (nome)
concordo em participar no estudo sob o tema: **O contributo das Instituições Sem Fins
Lucrativas Portuguesas para a Sedimentação do Empreendedorismo Social em
Cabo Verde**. Pretendo com o mesmo dar respostas aos seguintes objetivos:

- Contribuir para saber o porque de Cabo Verde ser um destino das atividades das Instituições sem fins lucrativas portuguesas;
 - Saber quais as áreas de atuação e os recursos para a prossecução das atividades;
-
- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
 - ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
 - ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas no resultado do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipa de investigação de fins académicos;
 - ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
 - ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
 - ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do participante

Assinatura do Investigador Maryzete Flávia Soares

Anexo 6 - Declaração de consentimento da Associação Terras Dentro

Porto, 6 de Junho de 2015



Declaração de Consentimento Informado

Eu, Ela BRANCO (nome)

concordo em participar no estudo sob o tema: **O contributo das Instituições Sem Fins Lucrativas Portuguesas para a Sedimentação do Empreendedorismo Social em Cabo Verde**. Pretendo com o mesmo dar respostas aos seguintes objetivos:

- Contribuir para saber o porque de Cabo Verde ser um destino das atividades das Instituições sem fins lucrativas portuguesas;
- Saber quais as áreas de atuação e os recursos para a prossecução das atividades;

- ✓ Compreendi que tenho o direito de colocar, agora ou durante o desenvolvimento do estudo, qualquer questão acerca do mesmo;
- ✓ Informaram-me de que a entrevista seria gravada em áudio e permito que assim seja;
- ✓ Aceito que as minhas perspetivas sejam incorporadas no resultado do estudo e possam ser publicadas ou apresentadas pela equipa de investigação de fins académicos;
- ✓ Aceito que o meu nome e/ou referência ao Projeto que incorporo, e/ou outros detalhes identificativos sejam divulgados para fins de análise investigativa;
- ✓ Concebo que sou livre de desistir da participação do estudo a qualquer momento;
- ✓ Depreendi que este documento será conservado de forma segura pela equipa de investigação e será destruído no fim do estudo.

Assinatura do participante Ela Branco

Assinatura do Investigador Maryette Monteiro Soares

Anexo 7. ONGD portuguesas e seus parceiros em Cabo Verde

ONGD	Parceiros em Cabo Verde
ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos	ABC – Amigos do Berço Comum Associação ADP AMIPAUL – Liga dos Amigos de Paul OADISA – Organização das Associações de Desenvolvimento Integrado de Santo Antão OMCV – Organização das Mulheres de Cabo Verde SOLMI – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção Plataforma ONG ACRIDES - Associação de Crianças Desfavorecidas
APDM – Associação de Defesa do Património de Mértola	Associação Atelier-Mar Associação Amigos da Natureza Município São Lourenço dos Órgãos
IMVF – Instituto Marquês de Valle Flor	Governo de Cabo Verde Camara Municipal do Maio Plataforma das ONG Associação Atelier-Mar SOLMI- Associação de Apoio às iniciativas de Auto promoção AJOC- Associação dos jornalistas de Cabo Verde Associação dos pescadores do Maio ADIRV – Associação para o Desenvolvimento Integrado de Rui Vaz
Meninos do Mundo	ACRIDES - Associação de Crianças Desfavorecidas ICCA – Instituto cabo-verdiano da Criança e do Adolescente Centros de saúde em Santo Antão e São Vicente
Raia Histórica - Associação de desenvolvimento do Norte da Beira	PNLP – Programa Nacional de Luta contra a Pobreza Câmaras Municipais
Terras Dentro – Associação para o Desenvolvimento Integrado	CRP – Comissão Regional de Parceiros Câmaras Municipais ACD – Associações Comunitárias de Desenvolvimento

Fonte: Elaboração própria.

Anexo 8 - Transcrição das Entrevistas

Entrevista 1 - ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

Entrevistada: Dra. Liliana Azevedo, Diretora de Projetos da ACEP

Entrevistadora: Maryzette Soares

Realizado presencialmente em Lisboa no dia 19 de Junho de 2015, 11h00.

M: Maryzette

L: Dra. Liliana

M: Quantas pessoas trabalham aqui?

L: Nós somos 4 pessoas a trabalhar aqui

M: Sim...

L: E, portanto,... eu sou a gestora de projetos, depois temos a pessoa... o responsável pela contabilidade e temos uma técnica de comunicação.

M: Queria saber, há quanto tempo estão em Cabo Verde e como é que surgiu a iniciativa de irem a Cabo Verde.

L: É assim, a ACEP trabalha na área da cooperação para o desenvolvimento desde 1997. E começou por trabalhar na Guiné Bissau e depois, por volta do ano 2000 começou a trabalhar em Cabo Verde com a plataforma das ONG de Cabo Verde. Portanto, nós tivemos um projeto apoiado pela União Europeia que durou cerca de 4-5 anos e que lhes dava o reforço da plataforma das ONG de Cabo Verde e que permitiu no quadro desse projeto... a plataforma teve sua sede própria, ou seja, a sede da plataforma foi construída no quadro desse projeto em termos de recurso, etc. E, portanto, e u ainda não trabalhava cá e não estou muito por dentro dessa intervenção que é bastante antiga já... Mas,... Pronto, e que foram realizadas em conjunto, era... Daqueles projetos que permitia... como é que se chama? Financiamento de pequenas instituições. Portanto, depois a própria plataforma pode apoiar financeiramente iniciativas de outros. Esse foi o primeiro e grande projeto que a ACEP fez em Cabo Verde. Depois, alguns anos mais tarde começamos a trabalhar em santo Antão, num projeto que teve várias fases ah... foi

apoiado pela União Europeia e também pela Cooperação Portuguesa e, portanto, ali trabalhávamos muito os concelhos de Ribeira Grande e Paul. Com cada um desses concelhos uma ONG cabo-verdiana parceiro local, e ali trabalhou-se diretamente com pequenos produtores quer, na área da agricultura, pescas, produção do queijo, ou seja, parte das aplicações já faziam. Tinham competências e tentar responder a algumas necessidades também de capacitação, em termos de equipamentos. Portanto, instalação de rega gota-a-gota, por exemplo, ou formação técnica e depois, foi trabalhar um bocado a questão da Ribeira, ou seja, a rega gota-a-gota veio permitir aos pequenos produtores produzirem mais fruta, por exemplo, e depois essa fruta, ou seja, formação de mulheres para elas poderem transformar em compota não é?! Na diáspora foram formados vários grupos e desses grupos atualmente, há dois que subsistem e são interativos e realmente encontraram um nicho de mercado e vendem para as lojas que tem com turistas, vendem em supermercados ou por venda direta porque Santo Antão é um grande turismo de caminhada, etc., e portanto, as pessoas passam ali pelo lugar onde estão e compra diretamente. Portanto, resumindo, foi esta a intervenção.

M: E como é que chegaram...? Através da ONG portuguesa, da plataforma das ONG portuguesa, foram eles que convidaram ou...?

L: Não, o que acontece aqui é que nós normalmente, os projetos surgem... podem surgir por convite deles ou não. Mas, é sempre com base em relações que já estão estabelecidas. Nós raramente trabalhamos com organizações ou pessoas que não conhecemos de lado nenhum. E portanto, o que acontece aqui é que já tínhamos contatos com os dirigentes dessas organizações e quando surge uma oportunidade de financiamento... já tinha havido aqui conversas sérias e de podermos trabalhar em conjunto e neste caso ficamos como o reforço das organizações parceiras, as ONG parceiras dos países onde trabalhávamos. De facto, quando surgiu oportunidade de financiamento acabámos por propor: “querem fazer alguma coisa em conjunto?” Portanto, de conversas que já tivemos, por exemplo, nós desde 2005 não voltámos a ter projetos com a plataforma, não é... e no ano passado surgiu-nos aqui uma ideia de trabalharmos numa área nova, ou seja, também gostamos de estar em projetos inovadores na área da cooperação e então propusemos um projeto na área da economia criativa. E sabemos que Cabo Verde é um país que já tem alguns passos dados nesse sentido e têm tido algumas políticas formuladas nesse âmbito e, portanto, faz sentido desenvolver Cabo Verde e não só, tentamos fazer parcerias entre os países da língua

Portuguesa para que através de intercâmbios possa haver aquele reforço mútuo e, portanto, parceiros interessantes pela proximidade geográfica trabalhar Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe também que é outro país onde nós trabalhamos bastante. E portanto, aí pareceu-nos de parceiros a plataforma e passamos a contactá-los. O diálogo nunca cessou, durante estes anos continuamos em contato, apesar de não termos tido projetos em comum. Não houve nenhum momento em que tivesse sentido. Porque é assim, nós só fazemos projetos com organizações quando há alguma mais-valia para acrescentar qualquer coisa, não é. Para não sermos meros parceiros formais e, portanto, nesse caso,... no âmbito internacional não restringindo uma única ilha pareceu-nos que a plataforma era aqui o nosso produtor adequado e portanto, aceitaram a proposta, disseram que sim e estamos formalmente a trabalhar com a Plataforma.

M: Nesse caso, disse que a nível do desenvolvimento criativo...

L: Economia criativa tem a ver com questões de cultura.

M: Sim, mais ou menos no quê que estão a trabalhar mais especificamente?

L: É assim, isto vai durar 2 anos. Nós iniciamos este ano e ainda estamos numa fase preliminar. E esta primeira fase, na verdade, visa fazer diagnóstico de cada país para perceber o que é que existe em termos de iniciativas no terreno em termos de economia criativa e o que é que existe em termos de políticas, oportunidades de financiamento, etc.. Depois, no final deste ano iremos fazer uma apresentação desses diagnósticos em cada um dos países e vai haver um intercâmbio entre eles todos que vai realizar-se em Cabo Verde. Com base nesses diagnósticos, vamos portanto, conseguir identificar aqui algumas lacunas e quais são as necessidades de cada um desses países em termos formativos e no segundo ano vamos implementar um conjunto de oficinas formativas para as pessoas que trabalham a nível de economia criativa.

M: Os países em que estão... Cabo Verde, não é... São Tomé...?

L: É assim, os países onde nós temos uma maior intervenção assim mais longa é de facto, Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Mas depois, temos algumas intervenções que abrangem mais países, por exemplo, nós temos neste momento alguns projetos em curso na área dos direitos das crianças no quadro da CPLP e que abrange precisamente os PALOP mais Brasil. Mas, esse é digamos um projeto fora do que habitualmente fazemos porque a abrangência geográfica é muito grande e nós, de facto,

não temos outras intervenções para além desse projeto em países como Angola, Moçambique, Timor e, portanto, a nossa intervenção tem estado de facto, mais concentrada em Cabo Verde, São Tomé e Guiné Bissau.

M: Nesses três países como têm trabalhado mais nesses, quais são as sinergias, o que há em comum, os problemas que encontram?

L: É assim, são contextos bastante diferentes, faz aqui... aliás nós tentamos nos diferentes projetos que temos de facto, criar ligações entre esses países entre as sociedades civis destes países, por exemplo, no projeto anterior em São Tomé que chamava precisamente reforço da cooperação das ONG e seus recursos, nós proporcionámos um intercâmbio, uma visita digamos das ONG de São Tomé em Cabo Verde para conhecerem as ONG de Cabo Verde. E Porquê? Porque aqui temos 2 contextos insulares e de descontinuidade territorial. E, portanto, há aqui uma partilha de dificuldades e eles mais facilmente podem identificar com alguns problemas apesar de serem contextos diferentes, não é?! Por exemplo, no caso da Guiné e São Tomé temos aqui alguns elementos que é a fragilidade das instituições na prática. A Guiné Bissau é um país que de facto, tem conhecido várias instabilidades políticas... vários golpes de estado, etc., e isso contribui para enfraquecer muito as instituições do estado e pronto, considerados um estado frágil. Em São Tomé é também considerado um estado frágil precisamente porque apesar de não ter conflito... mas há uma grande instabilidade política desde que houve as eleições multipartidárias que foram instauradas em São Tomé já lá vão mais de... Portanto, nunca nenhum governo cumpriu um mandato inteiro. Houve sempre quedas do governo o que faz com que haja aqui uma fragilidade das instituições públicas que depois se reflete também quer no desenvolvimento do país e no conjunto de problemas e no facto de ser difícil responder às necessidades da população e nomeadamente há situações de pobreza que estão muito ligadas a problemas de empregabilidade também, não é?! E depois, o que acontece quando temos um contexto em que o Estado é frágil, a sociedade civil substitui o estado e isto aconteceu em Guiné e acontece em São Tomé... e portanto, digamos, há aqui algumas semelhanças de facto, apesar dos parceiros com quem nós trabalhamos por não terem hábitos de cooperação com outras organizações da sociedade civil africana porque eles estão habituados a trabalhar com portugueses, espanhóis, italianos, ou seja, cooperação internacional. Mas, de fato, um pouco habituados a ver que países vizinhos e

culturalmente mais próximos deles partilham problemas semelhantes e portanto, há eventualmente soluções que podem ser adaptadas pelo êxito e podem ser apropriadas.

M: Então, já falou que em Cabo Verde trabalham na área da agricultura...

L: Desenvolvimento rural.

M: Desenvolvimento rural, agricultura, a nível de formação às mulheres... Acha que se a organização não desenvolvesse essas atividades havia outra forma dessas pessoas que são os beneficiários serem beneficiados de outra forma?

L: É assim, eu vou ser muito sincera com o que é o nosso papel. Na minha opinião o papel de uma ONG, como a nossa, tem sido muito possibilitar o acesso a fundos internacionais nomeadamente europeus ou portuguesas à sociedade civil das ONG dos nossos países parceiros. Nós de facto, as organizações portuguesas temos acesso a dinheiro que estão disponíveis para a cooperação quer do governo português, quer da União Europeia que os nossos parceiros não têm. E, portanto, se lhes era possível de outra forma... estão um bocadinho condicionados. Porque neles muitas vezes não sai confiança nas organizações dos países terceiros. É uma questão simplesmente de prestação de contas. Eles sabem que nós enviamos relatórios direitinhos, sabem que nós vamos garantir que os papéis da auditoria financeira estarão todos corretos. Para além que... ou seja, nós acabamos por ser aqui quem faz, digamos a gestão e um certo controlo do dinheiro. E isso é muito “segurizante” para quem financia. Portanto, o sistema está montado de uma forma que os beneficiários para terem meios para desenvolverem suas atividades têm que recorrer a parcerias com ONG do Norte sejam europeias, enfim... Com os PALOP há aqui uma relação privilegiada muito também pela questão da língua, a realidade é esta porque aqui vemos, isso também. É muito mais difícil nós trabalharmos... já estamos a trabalhar com pessoas de culturas diferentes, muitas vezes podem estar com horários diferentes, se a língua também for diferente é tudo mais complexo. E portanto, acho que a questão da língua é que facilita.

M: E quem são os vossos beneficiários diretos?

L: É assim... os nossos beneficiários têm sido, quer em Cabo Verde quer na Guiné sobretudo, de facto mulheres, jovens também. Jovens porque assim, a camada jovem tem grandes problemas de inserção profissional e de oportunidades, não é?! E portanto, quando nós fazemos projetos de desenvolvimento rural em que há aqui ações de

capacitação, etc., muitas vezes conseguem a partir daí... alguns conseguem algum autoemprego, ou seja, não só do tipo dos problemas comunitários de base em que a organização desenvolve algum tipo de atividade que acaba por ser uma resposta à desocupação que temos. Mas de facto, as mulheres têm sido dos mais beneficiados e tornaram-se de facto, mais empreendedoras, muito mais trabalhadoras e por exemplo, em projetos, outras áreas em que em São Tomé quer na Guiné tem sido as próprias organizações da sociedade civil, ou seja, nós temos tido projetos que tem mais a ver com questões de não tanto com beneficiários diretos, ou seja, em que os beneficiários são os cidadãos. Os beneficiários são as organizações, os membros das plataformas com os quais nós trabalhamos e os seus técnicos que acabam por estar capacitados em determinados domínios. Ao final, isto repercute em termos de efeito dominó a acaba por apropriação. Mas, nós trabalhamos muito... porque é assim. A ACEP tem algo que o distingue de muitas outras organizações portuguesas e europeias em geral que é que não temos pessoal expatriado no terreno. Toda a equipa da ACEP trabalha em Lisboa. O que nós fazemos é visita ao terreno, acompanhamos o projeto pessoalmente, vamos ver como as coisas correm no terreno, eventualmente, estamos um bocadinho mais tempo, nós próprias fazemos alguma formação, algum *coaching* assim. Mas, de facto, todos os nossos projetos são implementados por pessoas locais.

M: Pelos parceiros, não é?

L: Sim.

M: Então, nesse caso usam os recursos humanos dos parceiros.

L: Exatamente, ou seja, aliás, os recursos humanos são sempre os recursos humanos locais dos países das organizações parceiras ou se for necessário contratar alguém são eles que vão procurar localmente alguém. Nós na prática não fazemos parte dos recursos humanos dos projetos, prestamos apoio aos projetos, o que faz com que... isto é uma lógica de intervenção diferente... hum... depende muito de outras organizações, não é?! Porquê que nós fazemos isto. Porque de facto, acreditamos que o desenvolvimento tem que ser endógeno, portanto, tem que ser apropriado pelas próprias pessoas. Eventualmente, pode levar mais tempo. Eventualmente, nem todas as ações que nós implementamos têm êxito. Algumas ficam aquém daquilo que era pretendido mas, de facto, quando o projeto termina as pessoas não se vão embora. Isso para nós é muito importante, não temos a ilusão de que o projeto corre bem... para depois de 1 ou 2 anos

quando o expatriado for embora... a mesma ... é nesse sentido também que nós temos tentado, ou seja, quando nós falamos em projetos que tem a ver com questões de financiamento, o financiador atribui o financiamento durante x tempo e é isso que nós chamamos projeto, a nossa intervenção é muito mais ao longo do tempo, muito mais largo do que os projetos. Por exemplo, em Guiné Bissau, temos vindo a trabalhar ao longo dos anos, desde 2007, com algumas pausas, alguns ramos devido, de facto, aos ciclos, lá está dos financiamentos... em que há ali uma pausa nas ações porque estamos à procura de novo financiamento, contacto, resposta a uma candidatura. Mas, de facto, nós temos mantido com o mesmo parceiro na mesma região há vários anos. Convém de facto, ir aprofundando o trabalho que temos vindo a fazer porque não projeto de 2 anos.

M: Em relação a Cabo Verde, não é, pensam que o número de beneficiários... se têm projeto para o futuro, se este número de beneficiários tende a aumentar ou diminuir.

L: É assim, nós neste momento, portanto, em Cabo Verde tivemos intervenções que já... no passado. Temos o projeto de economia criativa no qual vamos ter, lá está, no segundo ano ações de capacitação de pessoas que trabalham em iniciativas de economia criativa e tirando este projeto temos o tal sobre os direitos das crianças que abrange também Cabo Verde. Eu não sei precisar números, mas na verdade..., no entanto, não é isto que nos preocupa... a quantidade de pessoas que nós atingimos, não é... aqui o que nos preocupa, de facto, é a lógica das intervenções, a qualidade das intervenções e a verdade é que, por exemplo, se formos desenvolver ações de capacitação não dá para tirar ações de marketing. Portanto, depende do que nós estamos a fazer não é?! Mas, quanto a números de beneficiários eu não sei precisar mas, de facto, nós nunca atingimos assim um grande número, ou seja, em termos de centenas. Estamos a falar de tentarmos trabalhar localmente, é essa a consciência. Em relação com os números não se preocupa muito com o número de beneficiários, mas na verdade a preocupação que temos não é tanto contabilizar dezenas de beneficiários, mas é realmente ter uma intervenção que depois faça uma bola de neve, não é, sendo que o que nos acontece muitas vezes, sei lá, fomos lá está, de experiências anteriores. Fazemos uma ação de capacitação para 15 mulheres. Anos depois, quantos é que se mantêm, ou seja, quantas é que utilizam aquele conhecimento e se mantêm a trabalhar naquela área é normalmente 5. E isso é o normal! Não vale a pena nós iludirmos, achar que porque formamos 15 beneficiários é esse o número real. O número real é o que depois se verifica não é?! E portanto, não tenho números presentes, mas não são universos muito grandes.

M: E a nível do volume financeiro, os projetos que têm implementado em Cabo Verde, consegue me dizer mais ou menos?

L: Também não ei, tenho que ir consultar. Mas nós temos sei lá, projetos que rondam sei lá, os cerca de... se calhar 60 mil... uma coisa assim, mas não são somas astronómicas, mas lá está depende das intervenções e só aí precisando.

M: Já falou que trabalham ali com os colaboradores dos parceiros. Então, qual é a vantagem de recorrerem aos parceiros?

L: É assim, para já nós não concebemos projetos feitos por nós nos países sem serem com parceiros locais. Porque é assim, nós de facção somos nós, quer dizer não somos que temos intervenções, não somos nós que estamos no terreno. Logo é fundamental termos parceiros não só para implementar o projeto a nível de desenvolvimento e para pensar o projeto. Quem conhece o terreno e que está lá no dia-a-dia é que nos vai dizer e com base num diagnóstico que fazemos em conjunto é que vamos ajuda-los a construir uma proposta de intervenção e pensar em conjunto, de facto, as necessidades, etc.. Mas aqui, digamos, os parceiros locais são o ator chave do projeto...

M: Já vi que no vosso projeto não utilizam o voluntariado, não é?

L: Não, sendo uma organização muito pequena, nós... e o voluntariado exige o enquadramento, exige tempo e disponibilidade e portanto, nós não temos condições para termos voluntários. Não quer dizer que não tenhamos tido experiências com voluntariado. Nós tanto desenvolvemos trabalho fora como em Portugal também. Muito de influência Política, sensibilização da saúde pública, tentamos trabalhar com jornalistas já há vários anos e acabamos por conseguir envolve-los em trabalhos que temos vindo a fazer e daí surge também relações de compensa e de reconhecimento por parte dos jornalistas em relação ao trabalho que nós fazemos e portanto, aconteceu... nós temos pessoas, quer dizer, gostávamos de vos oferecer o meu trabalho gratuitamente, tendo x semanas de férias e gostava muito de poder colaborar com vocês. Isso já aconteceu porque de facto, vinha responder a uma necessidade nossa, ou seja, um projeto na Guiné Bissau que se chama “casa do direito“, há cerca de 3 anos nós precisávamos de publicar um livro e ter alguém para a recolha e escrita, histórias escritas de mulheres e quando surgiu essa proposta de uma jornalista do Público achamos que era perfeito, não é, ou seja, tínhamos que resolver uma questão e nós não

tínhamos ainda pensado a quem é que íamos propor isso e portanto isso foi uma experiência de voluntariado que tivemos embora, tenhamos outras propostas semelhantes mas porque de facto, ou seja, não é algo que nós criamos, não é, que vamos procurar voluntários. Surgiu ao contrário sendo que se nos contatarem para serem voluntários em áreas que para nós não faz sentido... nós recebemos aqui às vezes chamadas que estão disponíveis para fazerem voluntariado. E de facto, a nossa resposta é que não temos motivo, não temos condições para isso e porque de facto também não faz sentido em que há pessoas que têm, ou seja, têm que responder a uma necessidade que nós localmente não encontramos. E nos projetos que nós desenvolvemos isso não acontece assim muito porque, lá está, não fazemos aulas de português, saúde,... há muitas pessoas para dar aulas, etc.. A nossa intervenção é bem diferente, não se sente pressionada.

M: As fontes de recursos, financiamento, é a União Europeia e a Cooperação Portuguesa?

L: E também temos privados como a Fundação Gulbenkein que tem apoiado projetos nos últimos anos. A Fundação Portugal Africa. Fizemos também... depois temos alguns donativos.

M: Têm donativos em espécie?

L: Sim, não muito. Acontece. Mas, em qualquer caso, essa informação está disponível no nosso site. Nós já publicamos o relatório de atividades e contas e dá para ver exatamente a percentagem dos públicos e privados e quais são as respetivas contas e como têm evoluído ao longo dos anos.

M: Que tipo de interação é estabelecida com a sociedade em Cabo Verde? São abertos a parcerias?

L: Quando diz sociedade...

M: Com as organizações.

L: É assim, nós trabalhamos com a sociedade civil exclusivamente. E todos os contatos que nós temos com a sociedade cabo-verdiana de facto, são os nossos parceiros, as ONGD locais, sei lá... Ribeira de Paul, La vida, Plataforma das ONG, ACRIDES... Têm sido estes os nossos parceiros e através deles nós temos o contato com a sociedade

lá de Cabo Verde. Sim, quer dizer, nós mantemos, quer haja projetos quer não, quer haja financiamento quer não. Mantem-se o diálogo, não é?! De vez em quando eles nos contatam por qualquer motivo, nós contatamos com propostas de projetos, financiamento ou procura de parceiros para determinado projeto, lá está. Às vezes, é oportuno, outras vezes não é, ou achamos que o nosso papel não trás uma mais-valia e dizemos que não. Mas, sim existem contatos regulares...

M: Quais são as principais dificuldades que encontraram a nível de Cabo Verde?

L: Não encontramos muitas.

M: Isso é bom sinal.

L: É assim,... trabalho com os parceiros cabo-verdianos.

M: Com os "timings", com a comunicação?

L: Ah, é claro, é óbvio que trabalhar à distância nem sempre obtemos as respostas em "timing", nem sempre a internet está a funcionar, nem sempre conseguimos um transportador para nos trazer os documentos originais financeiros dos parceiros. Ou seja, isso é como em todos os países, ou seja, faz parte do trabalho de cooperação saber que noutros contextos há falhas, falhas de luz, quer dizer, não tem havido falha de luz mas falha de internet ou, por exemplo, a pessoa está a trabalhar no terreno e naquele sitio não há rede de telemóvel, tentamos ligar, e ligar não sei quantas vezes e nunca conseguimos falar com ele. Isso tem a ver normalmente, com os contextos de cada país e que ainda há algumas necessidades, lacunas que não estão preenchidas. Mas, nunca foram dificuldades que nos tivessem entravado, posto em "xeque" qualquer projeto. Com mais tempo não para resolver. A questão é que como nós acabamos por trabalhar com organizações, pessoas que nós já conhecemos há algum tempo, fomos estabelecendo relações de confiança e isso é uma base muito importante, como também é muito importante nós não ficarmos cá em Lisboa, nós irmos lé e conhecermos o terreno e termos uma noção concreta como é o contexto e quais são de facto as dificuldades que se colocam. E temos que ter um entendimento comum. Obviamente quando se começa não é muito fácil, não é?! E temos que lá estar, temos que criar uma relação, conhecermos uns aos outros e estabelecer uma dinâmica. Mas quando já sabes como é a dinâmica as coisas fluem mais ou menos. Há culturas organizacionais diferentes, há pessoas por exemplo, sei lá, quando não têm nada para dizer não

respondem. Há que descodificar. Há questões culturais de facto. Coisas que às vezes temos que aprender a ler. De um modo geral trabalhar com Cabo Verde tem sido relativamente fácil.

M: Só mais uma pergunta, a nível dos donativos em espécie que disse, quais são? Pode me dar alguns exemplos?

L: É assim, as pessoas que acompanham o nosso trabalho... os donativos que nós recebemos com a dedução do IRS (Imposto sobre o Rendimento Pessoal), mas não são montantes muito grandes, não representa. É um dos fundos que contribui para o nosso orçamento anual. O grande volume é a cooperação Portuguesa e a União Europeia.

FIM.

**Entrevista 2 - Associação para a Defesa do Património de Mértola
(ADPM)**

Entrevistada: Dra. Ana Sanches, diretora dos projetos da ADPM.

Entrevistadora: Maryzette Soares

Realizada via skype, no dia 7 de Julho de 2015, 16h00.

M: Maryzette

A: Dra. Ana Sanches

M: Quais são as razões que levaram a que Cabo Verde fosse beneficiário dos projetos que a ADPM tem?

A: Ah... Relativamente a Cabo Verde, a cooperação começou mais ou menos há dez anos e teve a ver com um convite que a ADPM recebeu para ser formadora numa ação de formação que decorreu na ilha de Santo Antão. A formação era dedicada a associações locais, havia um forte movimento associativo a constituir-se na altura e que convidou uma série de associações portuguesas a dar algumas destas formações. A ADPM foi uma destas associações e quando estive em Santo Antão falou com algumas entidades e identificou algumas necessidades e potencialidades para a elaboração de projetos e então trouxe essas ideias para Portugal e começou a procurar financiamento para esses projetos. E foi assim que teve início a cooperação da ADPM com Cabo Verde.

M: Hum... ta bem... Em que ilhas estão... já atuaram em Cabo Verde?

A: a atuação da ADPM centra-se principalmente na ilha de Santo Antão onde temos desenvolvido um trabalho contínuo desde há dez anos. Isso acontece porque de facto gostamos de trabalhar com parcerias sólidas e para formar parcerias sólidas leva algum tempo e por isso concentramos principalmente na ilha de Santo Antão. Já tivemos algumas cooperações mais pequenas com a ilha de São Vicente e mesmo com a ilha de Santiago mas a atuação principal é na ilha de Santo Antão.

M: Nesse caso, quais são os projetos desenvolvidos na ilha de Santo Antão?

A: Os projetos como lhe disse começou pela formação. Para além dessa formação inicial. Para além dessa formação inicial foram feitas ainda algumas formações em educação de infância. Depois, foi iniciado um projeto que foi o projeto “Na rota do conhecimento” e que tinha a ver com a constituição de centros de recursos, ou seja, espaços de pequenas bibliotecas e que tem também um apoio de ATL para crianças e para os jovens das comunidades. Este projeto foi crescendo e tem vindo a ser ampliado ao longo dos anos com o aumento de um ou dois centros de recursos nessa rede na ilha de Santo Antão particularmente na ilha do Porto Novo. Mais tarde em 2011 iniciamos atividades nalgumas áreas complementares nomeadamente na área agrícola e desde então temos trabalhado em projetos para além dessas redes de recursos em projetos de agricultura particularmente a utilização de energias renováveis na agricultura.

M: Também falou-me que já tiveram também projetos na ilha de São Vicente e na ilha de Santiago mais propriamente no quê?

A: Na ilha de São Vicente tivemos um trabalho de parceria com a associação Atelier-Mar e com a associação Amigos da Natureza. Não foram projetos muito grandes mas foram pequenas atividades de promoção, formação, sensibilização nessas áreas... em Santiago, temos vivido algumas prioridades com o Município de São Lourenço dos Órgãos, mas pronto, nunca se materializaram em projetos financiados.

M: Ta bem... muito obrigada. E no caso das atividades que têm desenvolvido na ilha de Santo Antão e na ilha de São Vicente, podia me dizer quem são os principais beneficiários?

A: Na ilha de Santo Antão os projetos... os primeiros projetos eram dedicados às associações e depois os públicos passaram a ser as crianças e os jovens na questão da rede dos recursos e atualmente os principais beneficiários dos projetos são os agricultores mas paralelamente os projetos têm sempre ações dedicados aos jovens e as mulheres.

M: Se a organização não desenvolvesse essas atividades, não é, acha que seriam supridas de outra forma.

A: Ah... possivelmente sim, mas não temos essa certeza. De facto Cabo Verde tem cooperação com muitos países e com muitos doadores e há um conjunto grande de organizações a cooperar com Cabo Verde. No entanto, em Santo Antão e

particularmente em Porto Novo acho que a intervenção da ADPM tem feito toda a diferença e talvez se nós não estivéssemos os objetivos poderiam vir a ser alcançados mas eu penso que não ao mesmo tempo... levaria mais tempo.

M: A ADPM encontra-se também em outros países da Africa, não é, CPLP... os PALOP?

A: Sim, a ADPM tem projetos de cooperação com Moçambique que é um país com quem coopera há mais tempo e também São Tomé com quem tem cooperação mais recente do que com Cabo Verde e com Moçambique.

M: Sim, quais são as sinergias ou denominadores comuns nessas regiões, ou seja, em Moçambique, São Tomé e Cabo Verde. Se há algo em comum entre eles?

A: É assim, há sempre algumas coisas que se apreendem duns países para outros. São de facto países muito diferentes tanto em questões sociais como políticos como ambientais, temos apreendido várias coisas, por exemplo, com os países mais áridos que é o caso de Cabo Verde em termos de otimização de recursos e aproveitamento sustentável dos recursos que depois podem ser implementados em Moçambique nomeadamente.

M: Neste momento quais são os projetos que estão em ação em Cabo Verde?

A: Neste momento o projeto que está em implementação é o projeto de Chã de Norte que se chama desenvolvimento sustentável para o Chã de Norte. É um projeto apoiado pela cooperação portuguesa e prevê a instalação de equipamentos de energia solar e também de parcelas agrícolas na comunidade rural de Chã de Norte. Paralelamente está a ser montado... a ser criado com outros parceiros locais um outro projeto que tem também a ver com a opção da energia mas para a eletrificação rural e para abastecimento de água para o consumo na região de Planalto Norte. O projeto está agora a ser planeado, não é um projeto em execução mas ainda não obteve financiamento para ser implementado.

M: Tudo isso na ilha de Santo Antão, não é?

A: Sim.

M: Poderia me dar o número de beneficiários?

A: Números, como assim?

M: dos projetos que já foram feitos, não é, se tem mais ou menos uma noção do número de beneficiários diretos.

A: Pois assim é difícil...

M: Ta bem então. E o volume financeiro correspondente aos projetos?

A: Há quanto tempo?

M: Pode ser dos projetos que já foram feitos desse que está em curso.

A: Ah... pois, não sei assim muito bem... mas andará, rondará... sei lá... os 300, 400 mil euros.

M: o que está em curso?

A: O que está em curso é um projeto que ronda cinquenta mil euros.

M: Tá bem. Então, os 300 mil euros que falou antes é dos anteriores, não é?

A: Sim, do somatório de todos.

M: E... a vossa instituição trabalha em Cabo Verde com... trabalha com o voluntariado?

A: A instituição trabalha com o voluntariado... não temos voluntários em permanência, mas temos a colaboração de voluntários nas formações, nas capacitações que estão incluídas no projeto.

M: Sim.

A: Tentamos que essas formações quando tenham que ir formadores da europa sejam formadores voluntários nomeadamente na área da educação da infância, saúde, na área da educação. Tentamos que vão voluntários dar essas formações e temos conseguido.

M: Conseguir me dizer o número de colaboradores que têm a trabalhar convosco?

A: Cá, lá?

M: Aqui em Portugal.

A: É assim, nós temos cerca de trinta colaboradores mas a nossa ONGD além do trabalho de cooperação para o desenvolvimento tem um trabalho nacional, ou seja, estes trinta colaboradores são da organização no seu todo. A nível de cooperação temos desenvolvido no processo quatro pessoas mas não a tempo inteiro, tempo parcial.

M: Disse-me que a organização recorre ao voluntariado, não é, para dar formações quando é preciso. Porque é que recorrem ao voluntariado?

A: Por uma questão financeira... os orçamentos dos projetos por norma não são suficientes para fazer face a todas as necessidades locais dos projetos e como há uma oferta assim de voluntariados de pessoas que procuram esse tipo de experiências, muito por realização pessoal e por vontade de colaborar nesses projetos e dar seu contributo juntamos o útil ao agradável e em áreas que não temos verba financiada pelo projeto procuramos pessoas que estejam disponíveis e interessadas em dar esse contributo.

M: E que vantagens e desvantagens advém do uso do voluntariado, dos voluntários.

A: Ah... vantagem tem... a vantagem de podermos fazer mais atividades com menos dinheiro, com o mesmo dinheiro podermos satisfazer várias necessidades, várias formações. Em termos de desvantagens... não vejo desvantagens, mas proto... de facto...

M: Nesse caso os voluntários que vão, não é, são daqui de Portugal. Dão alguma formação para esses voluntários antes de irem?

A: Sim. Eles estão alguns dias na nossa associação, na nossa ONGD para se capacitarem para estarem por dentro daquilo que é necessário para desenvolverem um bom trabalho nesses países.

M: E a nível de Cabo Verde, recorrem a algum voluntariado lá?

A: Não, não temos esse hábito. Gostaríamos de vir a implementar mas, até à data não temos tido voluntários de Cabo Verde.

M: No caso de, se recorrerem ao voluntariado aí em Cabo Verde acha que a população em Cabo Verde, a sociedade é aberta à prática do voluntariado?

A: Das experiências que nós temos tido tem sido muito bem recebidas pelos voluntários internacionais. Nunca experimentamos voluntários locais. Penso que será bem recebido

porque, de facto, há áreas em que há muita falta de apoio e qualquer pessoa que está a colaborar seja bem-vinda, mas não temos nenhuma experiência a nível local.

M: Agora, gostaria de saber quais são as fontes de financiamento a que a ADPM recorre?

A: Relativamente à assistência médica a financiadora tem sido a cooperação portuguesa e o atual Camões e o Instituto de Cooperação e da Língua. Temos tido algumas fundações nacionais que tem conseguido apropriar-se, associar-se também a alguns projetos e tem sido parceiros em alguns projetos. Atualmente, procuramos financiamentos internacionais, mas não temos nenhum financiamento concretizado a nível internacional.

M: Queria saber se recorrem a donativos ou recursos em espécie.

A: Sim. Recorremos várias vezes a donativos para necessidades específicas de que precisamos de financiamento e muitas vezes a organizações com quem trabalhamos que não é possível contribuir financeiramente mas têm possibilidades de contribuir com donativos em espécie e sempre que os donativos vão neste sentido dos projetos são aceites nomeadamente já tivemos artigos em espécie de equipamentos de energia solar, computadores.

M: A vossa organização trabalha com parceiros. Já referiu que há portugueses e cabo-verdianos também, não é?

A: Sim, temos tido parceiros a nível local nomeadamente as câmaras municipais a onde nós trabalhamos, as associações locais, ministério da agricultura, ministério de desenvolvimento rural, ministério da educação são os nossos parceiros a nível de cooperação local. A nível de projetos internacionais temos parceiros aqui principalmente, nomeadamente outras associações, outras fundações que apoiam os projetos.

M: Que vantagens advêm de recorrem às parcerias, a vantagem que têm ao recorrerem a parceiros para a realização dos vossos projetos? Que vantagem traz à organização?

A: Os parceiros de lá ou cá?

M: Em Cabo Verde.

A: Na nossa opinião uma das grandes vantagens de trabalhar em parceria é de facto a de podermos desenvolver projetos ao longo, prolongado, ou seja, projetos que mantêm muito tempo e que não desaparecem assim que o financiamento acaba, porque se os parceiros envolvem nos projetos, fazem parte da sua definição e responsabilizam-se pela sua continuidade assim que o financiamento acaba. Por outro lado, o facto de termos parcerias sólidas permite-nos não ter técnicos expatriados e que os parceiros locais possam assegurar a gestão das atividades ao longo do projeto. Isso faz com que poupemos grandes recursos financeiros em termos de recursos humanos e por outro lado faz com que a equipa que vamos formando a nível local com os parceiros formem as equipas sólidas que ficam com o conhecimento dos projetos e que o conhecimento não se vai embora no momento em que o financiamento acaba, por exemplo, perder a esperança.

M: Encontraram... a nível das parcerias, houve alguma dificuldade em estabelecê-las em Cabo Verde?

A: Dificuldades não... temos facilidade em estabelecer parcerias, facilidades de comunicação. Não existe... existe algumas diferenças, discrepâncias entre os hábitos de trabalho, entre as prioridades, entre os ritmos que dificulta o trabalho, não a parceria em si. Mas, às vezes os parceiros locais não percebem os tempos que nos são dados para a apresentação das candidaturas que dificulta um pouco o trabalho, mas não a parceria em si.

M: Tá bem. Que tipo de interação são estabelecidas com a sociedade em Cabo Verde? A vossa organização com a sociedade? Como é que vêm essa interação?

A: Com a sociedade, com as pessoas ou com a organização?

M: Com as pessoas?

A: Os projetos que temos implementado têm sido sempre projetos do âmbito comunitário, ou seja, projetos que vêm de uma necessidade das comunidades, das pessoas... e que são eles que formulam esta ideia, essa necessidade e como tal fomos sempre bem recebidos por projetos propostos pela própria comunidade que vai dar mais força às suas próprias necessidades e como tal eles têm todo o interesse em que o projeto corra bem por quem o financia. Por isso, há uma boa relação e uma boa aceitação dos projetos.

M: Quais as principais dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades em Cabo Verde?

A: Como? Não percebi.

M: As principais dificuldades que encontraram, não é, quando desenvolvem alguma atividade em Cabo Verde.

A: Acho que é um bocadinho daquilo que a gente dizia atrás. O facto de haver hábitos diferentes, tempos diferentes torna um bocadinho difícil compatibilizar as necessidades dos projetos, as candidaturas, os hábitos, os tempos das organizações locais. Também as dificuldades nos acessos, meios de comunicação às vezes se tornam difíceis nomeadamente na ilha de Santo Antão onde trabalhamos ainda há zonas ultrapassadas, sem rede de telefone, internet que dificultam um pouco daquilo que é a realidade dos projetos. Os prazos das candidaturas são muito curtos, em que há uma série de documentos que é necessário assinar e enviar e por vezes os parceiros não têm à disposição esses recursos e os recursos são reduzidos.

M: Acha que há alguma coisa que poderia ser feita para ultrapassar essas dificuldades que encontram?

A: Assim, acho que passa também pela capacitação das organizações, ou seja, capacitar os parceiros locais para essas questões de elaboração das candidaturas, gestão dos projetos.

M: Quais as vantagens que advém do fato de recorrerem ao uso dos donativos em espécie?

A: Eu acho que é uma questão de podermos ampliar os contributos porque as organizações que não podem fazer donativos em dinheiro ficam assim possibilitados de contribuir. Eu acho que permite um alargamento do leque de contribuições dos doadores.

FIM.

Entrevista 3 - Instituto Marquês de Valle Flôr (IMVF)

Entrevistada: Dra. Hermínia Ribeiro, subdiretora de projetos do IMVF.

Entrevistadora: Maryzette Soares

Entrevista realizada presencialmente em Lisboa no dia 8 de Julho de 2015, 11hoo.

M: Maryzette

H: Dra. Hermínia

M: Há quanto tempo atuam em Cabo Verde?

H: Há catorze anos que vou. Vou e venho várias vezes ao ano sempre a ir e vir de acordo com os projetos que vamos tendo. Em CV sinto-me em casa principalmente na ilha do Maio que é a onde temos mais trabalho.

M: Começaram lá, não é?

H: Começámos na Praia com a Plataforma das ONG's, Praia e Santa Cruz com os projetos que tivemos. Mas assim,... em permanência tem sido no Maio que têm coincidido com os projetos que temos elaborado.

M: então, nesse caso, em CV têm alguma sede lá a trabalhar?

H: Trabalhámos sempre em parceria. Tem recursos humanos suficientemente capazes para não termos de ter expatriados permanentemente.

M: Então, os colaboradores que têm, recrutam lá?

H: Sim, normalmente é sempre o parceiro que recruta e nós no fundo fazemos toda a parte de gestão de projeto e implementação mas à distância ou quando vamos ao terreno conforme os projetos. Não há necessidade de haver uma permanência permanente. Tivemos durante um tempo na ilha do Maio porque era um projeto mais... e havia poucos recursos humanos na ilha.

M: Nesse caso se têm projeto recrutam lá e só vão para orientarem?

H: Sim, fazemos toda a parte de elaboração e gestão dos projetos em termos técnicos e também a parte de mentoria, auditoria. Portanto, fazemos isso tudo e também o desenvolvemos a ideia com o parceiro no dia-a-dia, quem fica é o pessoal recrutado localmente.

M: Então, nesse caso daqui são pouco os recursos, é só...

H: eu é que faço o acompanhamento dos trabalhos com Cabo Verde.

M: Nesse caso, pode-me falar dos voluntários com quem trabalham...

H: Não trabalhamos com voluntários. Muito raramente... já trabalhamos no caso de Cabo Verde, na ilha do Maio. Conforme é a necessidade e disponibilidade de algum voluntário que vem ter connosco que quer ir. No Maio já tivemos quatro voluntários de Portugal, duas senhoras dentro do programa voluntariado sénior da Goulbenkein e dois jovens estudantes (rapaz e rapariga) em alturas diferentes que estavam a fazer... um em tese de mestrado e ela estava em férias de verão, mas que disponibilizou na altura e fazia sentido porque era da área do ambiente e nós estávamos na altura a fazer redes de esgotos,... abastecimento de água e na altura fazia sentido e ela na altura porque coincidiu com o período de três meses de férias que nós não tínhamos a coordenação do projeto no terreno então, ela foi ajudar a fazer/ apoiar mais afundo o projeto. Muito pontual sempre

M: Então, nesse caso, os parceiros em Cabo Verde é que recrutam se precisarem?

H: Não há voluntários. Normalmente, temos nossa equipa de pessoal assalariado.

M: No instituto não utilizam...

H: Não utilizamos voluntariado, quer dizer, é em situações pontuais. Não trabalhamos com voluntários.

M: Tá bem...

H: Não é bem assim, nós temos um projeto em São Tomé em que os médicos são todos voluntários. Existem missão de serviço que o hospital cá, ou seja, eles são voluntários no sentido em que não recebem mais por isso, mas vão enquadrados no trabalho que já fazem cá, é uma missão pontual. Não trabalhamos com voluntários de longa duração no terreno e normalmente as atividades que fazemos já prevê um corpo de recursos

humanos remunerado específico, o que não quer dizer que não possamos trabalhar com um corpo de voluntários o que acontece mais no Brasil mas, são sempre valor acrescentado ao projeto e não dentro do projeto.

M: Porque é que Cabo Verde foi contemplado com esses projetos?

H: O Instituto trabalha em todos os países de língua oficial portuguesa e Cabo Verde é um dos países de língua oficial portuguesa e como não era desenvolvimento médio na altura, na altura era um país em vias de desenvolvimento.

M: Foi em 2001 que começaram?

H: 2001 formalmente, mas já tínhamos parcerias há mais tempo, não era o instituto o chefe dos projetos e, então Cabo Verde faz parte dos países onde o Instituto intervém e ao longo do tempo temos verificado que embora o país esteja melhor numa série de áreas, continuam a haver outras em que faz sentido a intervenção em termos de parcerias normalmente na área... para o desenvolvimento e daí continuarmos seja na área do abastecimento de água, saúde, saneamento, formação profissional, empreendedorismo, apoio às organizações da sociedade civil, capacitação dos municípios, portanto, nas mais variadas áreas conforme as necessidades identificadas pelos parceiros.

M: E na área do empreendedorismo que citou, mais especificamente?

H: Temos feito uma série de atividades desde o início mais especificamente desde o início mesmo as primeiras intervenções que tivemos foi na área do micro-crédito, ou seja, nunca tivemos projetos em que simplesmente... tenta-se sempre que haja um retorno nessas atividades que incentivam... Houve também na Praia e Santa Cruz, tivemos também em São Vicente com o Atelier Mar formação de melhoria de competências de jovens seja na produção do trabalho da pedra, fazer coisas em papel reciclado, madeira... dar as primeiras ferramentas aos jovens para que tivessem um trabalho e no final deu-se um *kit* das ferramentas para que eles continuassem a trabalhar e desenvolver as suas atividades. Tivemos no Maio, uma série Trabalhar com os agricultores, *Kits* de água gota-a-gota e melhoria na produção, tiveram que repor a verba para que outros continuassem a ter ... e investir na agricultura. Tivemos também com os pescadores em que foi dado... forma feitos barcos... e com capacidade de armazenamento do peixe e com coletes de salva vidas e melhoria na área dos

equipamentos da segurança do mar, mas o pescador tinha que repor uma parte dessa verba, ou seja, nunca foi nada dado por dar, mas sim, de forma a criar rendimento e conhecimento aos beneficiários de apoio desse apoio também. Em Santiago fez-se também uma série de apoios *city habitat* a uma série de organizações pequeninas no interior de Santiago, São Domingos... trabalho na área do empreendedorismo, criação de gado, melhoria de raça... No Fogo também com a criação de animais e gota-a-gota na produção agrícola, com uma padaria e agora mais recentemente na ilha do Maio a criação de uma queijaria na Ribeira Dom João que é a queijaria Dom João para a produção do queijo em que foi constituída a parte cooperativa das senhoras. Damos também formação na gestão do pequeno negócio e a queijaria está a funcionar na área do empreendedorismo. Também temos dado apoio na área da conservação do peixe e apoio às senhoras na Calheta do Maio. Uma série de atividades com a Solmi... Na área também do microcrédito e depois também no apoio em Santo Antão na área, com o Atelier Mar, apoio à produção de fruta, roteiros turísticos. Há uma série de atividades relacionadas com o empreendedorismo, com o turismo, a sociedade e depois vai mudando um pouco a vertente relacionada com o empreendedorismo.

Tivemos também outro projeto complementar com as unidades de saúde, foi criado na ilha de Santiago e agora estendeu-se à ilha do Maio e já foi criada a mutualidade em Dezembro de 2013 e tem vindo a manter... por forma a que através da quotização tenha acesso aos serviços de saúde seja primária, secundária ou várias especialidades, acesso a medicamentos e também funerária. E acaba por ser na ilha do Maio a mutualidade estar dentro da caixa poupança e crédito mútuo Maense. Há tudo uma lógica de desenvolvimento integrado e é isso por alto que temos vindo a fazer, uma série de componentes e tem valido a pena porque normalmente a sociedade cabo-verdiana normalmente repõe os créditos que recebe. Há sempre uma ou outra situação mais delicada, mas havendo formação das entidades de crédito e Cabo Verde tem a Lei das micro-finanças o que faz também com que haja maior acompanhamento das situações. Já foi maior o retorno. Antigamente, em Cabo Verde atingia taxas de 80-90% do retorno. Hoje em dia está mais baixo, não sei precisar quanto, mas nota-se que há um bocadinho de crédito mal parado. Talvez por haver mais instituições. Por vezes um acompanhamento mais bem feito em que um vizinho não paga o outro não vai pagar, mas não tem tanto a ver com as entidades que fazem o microcrédito mas sim com outro tipo de projeto que está tudo a fundo perdido depois querem ter...

M: Nesse caso então, as pessoas obtêm crédito não é, não repõem?

H: Quando há crédito têm que repor, mas há outras instituições que trabalham sem ser a crédito, ou seja, eles simplesmente entregam um equipamento normalmente no âmbito dos programas de luta contra a Pobreza ou CRP's, por vezes entregam o bem ou fazem uma atividade em que os beneficiários não têm que repor ou dar nada por ele, e isso faz com que põe em causa o sistema do microcrédito que pedem que seja repostos a verba e devia haver uma maior uniformização entre as entidades que trabalham na área da pobreza a dar continuidade e por forma a que sejam medidas muito semelhantes porque eu recorro ao crédito depois tenho um vizinho meu que recorreu a outro tipo ou outra instituição que teve a sorte de o beneficiar e é só para ele e não repercute para mais ninguém.

M: N o vosso caso trabalham sempre com... para as pessoas reporem?

H: Para as pessoas reporem, mesmo que não possa ser a 100% e depende do tipo de projeto. Até para haver alguma apropriação por parte das pessoas porque dar por dar normalmente não funciona muito bem e essa ideia de que haja um rendimento, é claro que tem que ser plano de pagamento adaptado ao retorno que a pessoa tem, normalmente trabalhamos assim.

M: E nesse caso as pessoas têm repostos?

H: Têm repostos, às vezes demora um bocadinho de mais tempo por exemplo a questão da agricultura às vezes pode haver uma praga. Eu lembro perfeitamente o primeiro sistema que fizemos de gota-a-gota e os agricultores tinham que pagar. Foi em 2004, ano em que houve uma praga de gafanhotos. Lembro-me de estar assim a ver vindos do mar e destruíram as culturas todas, não havia como repor isso. Foi analisado e pensado num sistema de pagamento.

M: Porque são essas ilhas?

H: Porque... nós trabalhamos por projetos e nós desenvolvemos os projetos e apresentamos a um financiador para que eles aprovem os projetos. E, foram os projetos que foram aprovados. Mas, nós tivemos presentes em todas as ilhas através de parcerias que temos com a Plataforma das ONGD, ou seja, diretamente o Instituto em parceria com outras entidades que estão na plataforma, fizemos em São Vicente e Santo Antão,

Fogo, em Santiago e Maio, mas através de parcerias e projetos que desenvolvemos com as plataformas das ONGD's. já estivemos em todas as ilhas. Por vezes é que não é um projeto com uma entidade dessas ilhas que não quer dizer que não beneficie através do projeto.

M: de forma indireta... E neste momento quais são os projetos que estão mesmo em ação?

H: Nesse momento só temos um ativo e vai terminar este mês com a plataforma que não tem a ver com a área do empreendedorismo. Tem a ver com a área das coerências e políticas públicas para o desenvolvimento. Estamos a trabalhar com a sociedade civil cabo-verdiana e com os deputados sejam nacionais ou municipais na verificação das coerências e incoerências nas políticas públicas e também nos pequenos... por exemplo, a construção de uma barragem... vai aumentar a produção agrícola, ok! Entretanto tem-se que verificar que não basta ter água, faz-se condições, insumos suficientes para se produzir, também tem-se que ter em atenção se há vias para o escoamento do produto que é produzido. Portanto, toda essa coerência, aumento e sustento da água, aumento da produção e escoamento da produção tem que ser analisados e isso tem a ver... é a lógica da coerência das políticas. Por vezes nós tivemos... temos aumento da disponibilidade da água, mas não foi tido em atenção se havia ou não investimento nas outras áreas para permitir realmente uma diminuição da pobreza e efetivo escoamento dos produtos e, portanto tudo isso temos estado agora a trabalhar com a plataforma.

M: E nesse momento os beneficiários diretos?

H: diretos são os membros das associações que já com algum estudo e capacidade de trabalho nestas áreas... uma coisa são os líderes associativos que muitas vezes emanam naturalmente da comunidade e depois é já quem foi estudar e tem algum conhecimento que permite interpretar os protocolos que existe e fazer algum tipo de atividade com isto. Então, trabalhamos com os membros das associações com algum grau de escolaridade em representação da comunidade, trabalhamos com os deputados que foi também foi... indiretos, os jovens membros da federação nacional da juventude e os membros da AJOC (Associação dos jornalistas) por forma a que houvesse... e também a associação nacional dos municípios para que houvesse maior entendimento do que é isso das políticas públicas de desenvolvimento e de que forma é que se pode fazer a sua monitoria, sem acompanhamento. Mas, não é tanto uma questão de fazer denúncias, ou

seja, o que for, mas haver um pensamento estruturado de como é que se pode melhorar ou até dar exemplo de boas praticas nas politicas nacionais e a forma como contribuem para o desenvolvimento, não só as politicas publicas, mas também as politicas dos doadores pese um bocadinho as áreas em que se pode fazer análises para que a população comece a perceber também um bocadinho que é seu dever , não é só um direito, participar mais na coisa pública, na definição das politicas públicas.

M: O montante financeiro em relação a esse projeto?

H: Este é um projeto pequenino. Ronda à volta de 250 mil euros ao todo, o financiamento também. Mas há outros projetos maiores, por exemplo, o projeto de abastecimento de água andou à volta dos 800 mil euros, aqueles projetos pequeninos que eu fui falando, São Vicente,... ao todo foram cerca de dez projetos com os pescadores, tudo isso foi à volta de 100 mil euros cada um com o programa grande de 1 milhão e tal. No Fogo o projeto foi cerca de 900 mil euros. Com a plataforma já tivemos vários assim pequeninos de 100 mil e até “maiorzinhos”.

M: A quem recorrem, ou seja, quais são...

H: Os financiadores?

M: Sim.

H: Normalmente, candidatamos a verbas da União Europeia, a UE tem verbas específicas para a cooperação para o desenvolvimento para a sociedade civil e autoridades locais e nós candidatamos a estes fundos assim que temos garantido a verba por parte da EU. Pedimos à cooperação portuguesa a contrapartida desses projetos.

M: No vosso caso, não recorrem a donativos em espécie?

H: Por vezes pode haver donativos em espécie mas não fazem parte do orçamento. Não é permitido que haja contribuições de valorizações o que não quer dizer que não haja projetos, como por exemplo, falamos há pouco voluntariado pontual, trabalho feito pelos voluntários todo pago seria considerável sendo que uma é arquiteta com outra artista plástica e o trabalho que fizeram foi muito concreto na produção de alguns produtos no território mas isto é visto como uma mais-valia e não faz parte do orçamento.

M: Então o vosso principal financiador é...

H: A EU e a cooperação Portuguesa.

M: Já falamos do trabalho com os parceiros em Cabo Verde. Agora, que tipo de relações são estabelecidas com a sociedade cabo-verdiana: como é que a sociedade cabo-verdiana participa?

H: Temos muitos tipos de projetos. Nós temos projetos em que temos uma série de campanhas de sensibilização, por exemplo, água, higiene, educação para a saúde e aí utilizamos muito a rádio comunitária e mesmo no âmbito deste projeto das coerências políticas a rádio comunitária tem sido um veículo excelente para chegar à população em geral. Depois o próprio trabalho que as associações comunitárias fazem chegar à comunidade e tem sido esse trabalho. Também trabalhar para a associação e a associação chegar a comunidade. E, temos outro tipo de projeto, por exemplo, quando fizemos a rede de esgoto ou construção de diques na ilha do Maio as associações foram convidadas a participar mesmo na construção porque há todo esse *know how* na maior parte delas e a maior parte delas depende da autenticidade da mão-de-obra e hoje em dia conhecimento. Se estamos acostumados a recorrer a empresas muitas vezes é difícil recorrer a associações.

M: Uma melhor forma de ajudar a população.

H: E paga-se diretamente e evita-se algumas perdas pelo caminho e a questão das mutualidades de saúde foi feito tudo diretamente com a população, campanhas de sensibilização, trabalho de mobilização social feito diretamente nas comunidades. Aí trabalhamos muito com... De forma cooperativa.

M: Quais são as principais dificuldades que encontram..., ou seja, ao trabalharem em Cabo Verde?

H: Varia, nós sentimos que em termos de parceiros muito igual para igual, ou seja, há algum conhecimento técnico na elaboração de projetos e conhecimento das leis e temáticas. Muitas vezes na população o que sentimos é que se vive à espera que algo aconteça,... que algo apareça.... Isto é uma perceção minha. Mas, o que eu sinto principalmente nos primeiros projetos, hoje em dia já não. Eu acho que a crise, a crise europeia que reflete em Cabo Verde veio ajudar nesse aspeto. Eu lembro de ter, o

primeiro projeto na ilha do Maio, projeto grande, de formação profissional, para recorrer a outras localidades, e que primeiro conseguíssemos ter inscritos, a formação era toda paga, portanto não havia custos para a pessoa participar na formação. Podiam aprender uma profissão e depois aumentar seu grau de escolaridade. Nós tivemos que pedir ao padre para que quando fosse dar missa às comunidades para convencer os pais deixarem as meninas irem estudar e os meninos também. E, outra situação que era “ah, o meu pai está emigrado e diz que não preciso sujeitar a trabalhar por algum valor porque ele vai me mandado o dinheiro que eu preciso”. Isso pelo menos para mim, o fato de haver a certeza de uma remessa que vem de fora e o nível de solidariedade que existe entre a população muitas vezes, não vou dizer que as pessoas não se esforçam porque as pessoas são super trabalhadoras e, então, as mulheres. Acho que são fantásticas para a família, mas acho que, por vezes, o estar garantido de que vinha alguma coisa de fora, parece que às vezes não era necessário quererem esforçar...

M: Quererem mais...

H: quererem mais. Havia aquele dia-a-dia que estava garantido então íamos fazendo o dia-a-dia. As pessoas que conseguiram fazer as formações e que conseguiram um emprego têm uma vida fantástica hoje em dia. Aqueles que não aproveitaram continuam na mesma a viver no seu dia-a-dia. E é isso que eu sinto, alguma dificuldade nessas coisas de empreendedorismo, é que bem ou mal nada falta. Há sempre alguém que ajuda, há sempre alguma coisa que vem de fora e a pessoa... parece que não faz mais para conseguir estar melhor quando podia porque há uma série de oportunidades e é isso que é um grande constrangimento ao desenvolvimento de Cabo Verde. É o apoio que vem de fora e o estar à espera que as coisas caiam do céu porque às vezes até caíem... fazem com que não haja um melhor aproveitamento desses apoios das questões do empreendedorismo e tudo isso. Às vezes a sensação que eu tinha era quês estávamos a forçar as pessoas a fazer alguma coisa e outros faziam porque queriam. Mas, que não aproveitaram uma série de oportunidades que foram colocados ao longo dos anos e que cada vez vão ser menores sendo um país de desenvolvimento médio cada vez há menos apoios e o governo de Cabo Verde acaba por se endividar mais para conseguir uma série de apoios ao desenvolvimento e que houve uma série de oportunidades perdidas ou que não foram aproveitadas da melhor maneira e houve outras que aproveitaram ainda menos. Mas acho que tem muito a ver com isto, o familiar que está fora e manda o

dinheiro, que é ótimo, porque ajuda a família. Mas, fez com que muitos acomodassem à espera dessa verba e não fizessem mais como poderiam fazer.

M: Não querer... não estar dependente. Em cada uma das ilhas trabalham...

H: Com parceiros. Antes trabalhávamos com a plataforma das ONG's que antes eram pequenas verbas dadas às associações para fazerem suas atividades (fundos rotativos) com suas próprias iniciativas: formação, capacitação.

FIM.

Entrevista 4 – Meninos do Mundo

Entrevistada – Maria João Louro, Presidente da associação.

Entrevistadora – Maryzette Soares

Entrevista realizada via skype no dia 4 de Agosto de 2015 pelas 15h13.

M: Maryzette

MJ: Dra. Maria João

M: Queria saber há quanto tempo é que a vossa organização atua em Cabo Verde?

MJ: Desde 2008, desde a criação da associação.

M: E como é que chegaram até Cabo Verde?

MJ: Chegamos até CV porque um grupo de pessoas que criou a associação tem uma ligação próxima com CV pelo fato de termos adotado em... algumas pessoas terem adotado em Cabo Verde os seus filhos.

M: Sim. Então, trabalham mais com a área da adoção em Cabo Verde?

MJ: Não, nós em termos internacionais os nossos projetos são mais ao nível da cooperação com a área da justiça, saúde, na área da proteção à infância, mas não concretamente com a adoção.

M: Gostaria mais que me falasse na área da justiça, saúde, proteção da infância... os projetos que têm desenvolvido.

MJ: Em CV?

M: Sim.

MJ: Em CV nós temos um protocolo com o ICCA em que nós enviávamos regularmente material para lá. Material escolar, material pedagógico, roupas, livros. E, entretanto, temos um protocolo na ilha de Santo Antão, estivemos lá o ano passado, 2014, com uma equipa de médicos. Estive reunida com a psicóloga responsável na

delegação do ICCA... que ela trabalha na delegação do ICCA e temos um protocolo para continuar a dar... A levar a cabo iniciativas lá em Santo Antão.

M: Os países que atuam além de CV por favor?

MJ: São Tomé, onde temos estado mais é São Tomé, Guiné e pretendemos também chegar a Timor e Moçambique. Mas onde temos iniciativas, projetos em concreto é em Cabo Verde e São Tomé.

M: Tá bem então. Os vossos projetos que têm desenvolvido em CV, não é, se a vossa organização não os tivesse desenvolvido acha que os beneficiários viriam satisfeitos suas necessidades de outra forma?

MJ: É assim, para além de nós, existem outras organizações não governamentais quer em Cabo Verde como São Tomé. Agora, nós temos uma filosofia de funcionamento e nós não temos um quadro de gente... nós somos todos voluntários e o nosso trabalho é com base no voluntariado, nas pessoas e temos uma outra coisa que fazemos questão de trabalhar dessa forma que é um grupo disciplinar. Nós temos uma equipa que é com juristas, com psicólogos, com sociólogos, ah... etc.

M: Tá bem então. Já disse que atuam na ilha de Santo Antão, não é?

MJ: Sim...

M: Em que mais ilhas ou é só essa ilha?

MJ: Relativamente a estes projetos que temos feito... temos feito na ilha de Santo Antão. Mas, quando fizemos o protocolo com o ICCA em 2008 foi na cidade da Praia...

M: Sim... E mais especificamente na cidade da Praia o que é que fizeram?

MJ: Na Praia foi o envio de material para um centro de emergência, ah... em São Vicente também, eu acabei por esquecer, em São Vicente também fomos com uma equipa de médicos ao centro em São Vicente... Tou???

M: Sim.

MJ: Ao centro em São Vicente. Tivemos lá com uma médica, uma enfermeira e levamos também algum material.

M: Sim, então nesse caso, deslocam lá com os médicos, enfermeiros e fazem consultas não é?

MJ: Sim, sim, sim.

M: Que tipos de consulta?

MJ: Em Cabo Verde fomos com uma médica de clinica geral, em São Tomé temos ido com uma médica de clinica geral e com um médico da especialidade de urologia.

M: Hum... ta bem. Me disse que quando deslocam levam algumas... algumas coisas, não é, para oferecerem?

MJ: Sim.

M: então, nesse caso a organização recorre a recursos em espécie, bens em espécie?

MJ: Sim.

M: E são recolhidos em Portugal?

M: São recolhidos aqui em Portugal, sim.

M: Ta bem. Que vantagens traz para a organização o uso desses recursos em espécie?

MJ: Bem, a grande vantagem é que há coisas que não se encontra lá mesmo. Os médicos em especial confrontam-se com grandes carências e se há determinadas coisas que não levam consigo acabam por não conseguir fazer determinadas coisas, não é?! Por isso é importante para eles fazer o levantamento das necessidades e depois ver o material que é necessário levar para poderem efetivar aquilo que propõem.

M: Nesse caso são os médicos quando vão que levantam ... que vêm o que é necessário, quais são as necessidades ou são os parceiros de lá que levantam?

MJ: as duas coisas, as duas coisas. No entanto nós temos médicos que se costuma deslocar lá antes da equipa toda ir e fazer o levantamento das necessidades.

M: Tá bem. Quem são os principais beneficiários dos vossos projetos em Cabo Verde?

MJ: são as crianças... são a população também. Mas... em Cabo Verde, Santiago, quando fizemos o protocolo com o ICCA os beneficiários são as crianças. Mas, em Santo Antão tanto crianças como adultos, a população em geral.

M: Neste momento qual é o projeto que têm em curso?

MJ: Neste momento temos o projeto de Santo Antão, regressar lá com uma equipa médica e uma equipa com outras valências a nível da psicologia, na área da educação... ah... e tamos para ir a São Tomé, em princípio em Janeiro, no âmbito do tal projeto que temos com o ministério da Justiça, estamos a elaborar um pacote de propostas legislativas na educação de infância.

M: Ta bem... não sei se me consegue dizer o volume financeiro dos projetos de CV?

MJ: Ah... não sei. Já da outra vez não soube dizer... é assim, nós temos muito pouco dinheiro, nós fazemos uma excelente gestão do nosso dinheiro, nós tentamos ver é com os parceiros por exemplo TACV com a STP São Tomé (...) em que há uma redução do preço das viagens, o alojamento também. Portanto tentamos que nos façam algum desconto no que preço que temos que pagar. De qualquer forma... depende... depende da altura em que vamos, quanto tempo é que lá estamos...

M: Tá bem. E os vossos financiadores? Têm, não sei se beneficiam de algum apoio da União Europeia, da Cooperação Portuguesa?

MJ: Não, nós tivemos um projeto que foi financiado pela Gulbenkein mas foi o único, foi o único. De resto é mesmo tudo por nossa conta.

M: À vossa conta quer dizer que vocês mesmos não é dão o apoio?

MJ: Sim, sim... sim.

M: Tá bem...

M: às vezes...

MJ: Como?

M: Desculpa, pode continuar...

MJ: tava a dizer que alguns de nós por vezes paga a sua viagem.

M: Então, a vossa organização trabalha só com voluntários... não há colaboradores remunerados?

MJ: não, não... é só voluntários.

M: E têm alguma formação assim que dão a nível dos voluntários?

MJ: Sim nós temos, nós temos um curso de formação para os voluntários, nós próprios estruturamos esse curso e costumamos ter uma psicóloga que também faz parte da associação e que acompanha o grupo que está para ir para o país?

M: E Nesse caso os voluntários são todos portugueses ou podem recrutar no país de origem para onde vão?

MJ: também... nós também temos tido voluntários que colaboram connosco lá no país para onde vamos.

M: Já falou que trabalham com parceiros, não é. Qual a vantagem de trabalhar com os parceiros?

MJ: Há uma grande vantagem porque os parceiros é que conhecem o terreno, conhecem bem as cidades e podem nos acompanhar durante o tempo em que lá estamos. Eu acho que é muito importante ter parceiros locais.

M: hum... Ta bem. Já me disse que às vezes podem ter voluntários, não é, do país de destino. Há alguma diferença entre os voluntários por exemplo portugueses e os que são do país de destino, por exemplo CV?

MJ: Diferenças?

M: Sim.

MJ: Ah...

M: Ou trabalham todos de igual... assim, estou a dizer a nível de disposição, estarem mais aptos para ao voluntariado.

MJ: Não, por acaso já tive experiências com os voluntários dos vários países. Eu esqueci-me de referir que nós temos um projeto com a Associação ACRIDES na cidade

da Praia e estamos a organizar uma conferência para os dias 19 e 20 de Setembro sobre a convenção dos Direitos das crianças.

M: Já me também que estão em São Tomé. Consegue me dizer algumas sinergias entre estes países em qua atuam. Qual a diferença entre São Tomé e Cabo Verde, o que é têm em comum?

MJ: O que têm em comum?

M: sim.

MJ: Eu acho que há determinadas áreas de formação que faltam ainda tanto num país como noutra. São Tomé ainda tem muito maiores carências do que Cabo Verde. Há ainda... os técnicos como assistentes sociais psicólogos, sociólogos são ainda em pouco número em São Tomé, há mais em Cabo Verde. Se calhar poderia haver uma maior cooperação também entre estes vários países.

M: Sim. Ta bem. A nível de sociedade, que tipo de interação são estabelecidas não é, quando vocês vão com a sociedade, se a sociedade é uma sociedade aberta não é em receber-vos e desenvolver as atividades?

MJ: Sim, tivemos boas experiências, fomos sempre bem recebidos.

M: E que dificuldades encontraram, não é, no desenvolvimento das atividades em CV?

MJ: Em CV como estivemos na ilha de Santo Antão, e é uma ilha muito acidentada, montanhosa, há uma dificuldade, mas não é só na ilha de Santo Antão, há uma dificuldade de deslocação e como nós não conhecemos, foste lá não é? E uma das dificuldades,... sentimos necessidade de ter alguém de lá a acompanhar-nos nos nossos trajetos diários.

M: Ta bem. Não sei se têm um número fixo de voluntários?

MJ: De voluntários, nós somos aí à volta de vinte e poucos.

M: que trabalham na organização...

FIM.

Entrevista 5 – Raia Histórica, Associação de Desenvolvimento do Nordeste da Beira

Entrevistado - Dr. José António Sales, presidente do conselho fiscal

Entrevistadora – Maryzette Soares

Entrevista realizada via Skype no dia 16 de Julho de 2015, 15h09.

M: Maryzette

J: Dr. José Sales

M: Há quanto tempo é que fazem atividades em Cabo Verde?

J: Cabo Verde?

M: Sim

J: A primeira vez foi em 2000. Foi quando apareceu a luta contra a pobreza com aquele... em quase todas as ilhas... e nós fomos lá ajudar a formar os locais parceiros. É mais ou menos uma mesma versão da dinâmica do programa LEADER em Portugal. Eles queriam criar uma associação de desenvolvimento.

M: Nesse caso, trabalharam com Cabo Verde a nível de parcerias não foi?

J: sim, sim. A cooperação na altura concorreu ao PNPL...

M: PNLP, programa nacional de luta contra a pobreza. Queria saber quais foram as razões que levaram a que Cabo Verde fosse beneficiário dos vossos projetos.

J: Foi assim com o programa de formação lá... com algumas relações pessoais que havia de forma que, pelo menos permitiu que dinamizassem o processo e a FAO que subsidiou parte das despesas... e ligado a Cabo Verde, a língua e no caso do pessoal... tinham elementos da guerra colonial que estiveram lá... enfim.

M: Nesse momento têm atividades em Cabo Verde? E em que mais outras localizações ou outros países que a vossa organização, Raia Histórica está?

J: Neste momento não temos nenhuma parceria feita. O quadro comunitário acabou, o próximo de parceria vai entrar novamente com algumas coisas. Estive com eles... CPLP

na cidade de Guimarães, em Portugal. Nós vamos ver as possibilidades de desenvolver parcerias da parte das associações cabo-verdianas para podermos estabelecer parcerias. Fizemos um reconhecimento em Moçambique e tiramos notas em São Tomé e Príncipe. Em Cabo Verde a cooperação que temos é de formação de queijo de cabra.

M: Então, em Cabo Verde é só a nível de formação que têm atuado aí?

J: Sim. A cooperação no nosso caso, é de ser imaterial que não nos permite receber materiais no nosso projeto. Tem que ser imateriais.

M: No documento que têm na Plataforma das ONGD, eu reparei que a nível de Cabo Verde têm atuado na ilha da Brava, Fogo e a ilha de Santiago. È só a nível de formação da produção do queijo de cabra ou têm feito mais alguma coisa?

J: Não. Nós entendemos muito que Cabo Verde tem um potencial em economia familiar... e no leite de cabra... e em cidade velha... é, há um contraste diferencial do leite de vaca e isso beneficia um pouco o rendimento da população.

M: Queria saber... O Senhor acha... trabalhar em Cabo Verde a nível de formação como o Senhor já disse não é. No caso de que não estivessem em Cabo Verde e não desenvolvessem essa atividade que é o de dar formação, o Senhor acha que os cabo-verdianos que beneficiam dessa formação... se a vossa organização não estivesse eles iriam ter esses benefícios de outra forma supridas?

J: Não, suponho que não porque pela pasteurização que nós tivemos e que nós utilizamos fundamentalmente a higiene no produto que pode aumentar o seu poder de conservação e essa tecnologia que nós levamos para lá, eles não tinham acesso a esta tecnologia doutro modo.

M: Então, além da formação que os senhores dão, a organização leva outros tipos de tecnologias, materiais, equipamentos?

J: Não., nunca levamos. Não que não podemos levar, será um serviço. Nós na altura pensamos nisso e fizemos um contentor para o município, na altura quando compramos e tratamos do transporte... e então, ficava então muito dispendioso levar as coisas para fora de Portugal e nós, de facto, somos uma organização sem fins lucrativos, não temos meios económicos e nós precisamos desenvolver um programa de apoios para podermos fazer isso.

M: Então, nesse caso,.. Desculpa, às vezes torno a fazer as perguntas quase parecidas é só para ter a certeza que não me fica nada. Então, a organização não é, em termos de Cabo Verde não oferece ou não contribui com materiais mas, sim, apenas com a formação, ou seja, formar recursos humanos.

J: recursos imateriais.

M: Nesse momento o Senhor disse que não têm nenhum projeto em ação...

J: Nesse momento não porque o quadro comunitário está fechado e não arrancou e não temos quem nos ajudará com a cooperação. Temos que recorrer à Fundação Luís Camões para podermos cooperar com cabo Verde ou qualquer outro país.

M: Mas, têm a previsão de que terão mais projetos no futuro?

J: Sim, temos pensado nisso.

M: Não sei... se o Senhor me consegue dizer qual é o número mais ou menos de beneficiários, ou seja, pessoas que já beneficiaram das vossas ações em Cabo Verde.

J: Rondará uns 40. Em Santiago umas 15. No Fogo foi uma ação mais genérica do que uma ação direta, mais uma ação localizada, porta-a-porta, e já não posso dizer o número.

M: E o volume financeiro que rondam os projetos?

J: Não, é o alojamento e mais nada.

M: Porque o vosso parceiro em Cabo Verde atua com as despesas aí em Cabo Verde?

J: Dessa última vez, no âmbito do quadro comunitário, o presidente da câmara municipal de Santiago, Cidade Velha, pagou o alojamento, das outras vezes não, pagamos nós.

M: A nível de colaboradores envolvidos, digo tanto aqui que trabalham na Raia Histórica como quando deslocam a Cabo Verde, mais ou menos trabalham com quantos colaboradores?

J: 3

M: 3 aí na Raia Histórica?

J: Não, não. Na Raia são 10 pessoas, em Cabo Verde é que são 3.

M: Quando há alguma atividade deslocam lá, dão formação e depois regressam. Queria saber se trabalham com voluntários?

J: Sim, sim.

M: A que níveis?

J: A níveis de formadores.

M: E a nível de Cabo Verde também trabalham com voluntariado quando deslocam para Cabo Verde?

J: Sim, são formadores, os voluntários.

M: Queria saber porque a organização recorre ao voluntariado?

J: Porque recorre? Por causa do dinheiro.

M: Então, ao recorrer ao voluntariado têm algumas vantagens, não é?

J: Não é ninguém para nos baralharmos.

M: Neese caso, então o voluntário, o Senhor disse que quando vão a Cabo Verde, vai o formador que é o voluntário. Então, ele é originário daqui de Portugal?

J: Claro.

M: E em Cabo Verde, recorrem a algum voluntário quando estão lá?

J: Há de haver, mas é só em relação à associação ligada ao PNLN, são parceiros e colaboram em comum.

M: O Senhor disse que recorrem... Para fazer os vossos projetos, não é, para levarem a Cabo Verde os vossos projetos têm que recorrer a fontes de recursos, ou seja, de financiamento. Quais são as fontes que têm recorrido para poderem concretizar os vossos projetos?

J: É o programa LEADER., FAO.

M: O Senhor já me disse que trabalham apenas com recursos imateriais, não é?

J: Sim.

M: Então, não recorrem a donativos em espécie?

J: Não.

M: A nível que os Srs. Trabalham. Em Cabo Verde já sei que trabalham apenas com parceiros e que não têm sede aí.

J: Certo.

M: E a nível aqui e Portugal, trabalham com imensos parceiros?

J: Não percebi.

M: Em Cabo Verde trabalham com parceiros. Queria saber qual é a vantagem de trabalharem com parceiros?

J: É o enquadramento... de prepararem tudo em Cabo Verde para quando chegarmos e não esperar... as instalações, sensibilizar a população local e nos prepararem as coisas.

M: Queria saber a nível da população de Cabo Verde, porque quando vão estão em contato com a população. Queria saber qual é a interação que têm com o público-alvo aí em Cabo Verde.

J: É boa pá... muito boa. Quanto mais na cidade velha em que houve uma prova de imensos produtos e convocaram a população em geral.

M: E a população adere, é uma população aberta, não é?

J: Sim, na ilha da Brava. A última vez as pessoas participaram e demonstraram ter gostado.

M: Hum... Tá bem. Queria saber... forma para Cabo Verde. Quais as principais dificuldades que encontraram para desenvolver, ou seja, se encontraram alguma dificuldade, não é? Quais?

J: As dificuldades... no caso da Brava é a acessibilidade. Barco é muito complicado. Na cidade velha já é mais prático, a água, as condições de alimentação. Na Brava já não, tendo em conta não há avião.

M: Desculpa, não percebi uma parte aqui em que o Senhor disse São Tomé, Moçambique, se já desenvolveram alguma atividade ali?

J: Não, fomos só para fazer o levantamento e tirar fotografias.

M: Só para confirmar, Cabo Verde é só a nível de formação da produção do queijo de cabra e vaca.

J: Sim.

(...)

FIM

Entrevista 6 - Terras Dentro, Associação para o Desenvolvimento Integrado

Entrevistada – Dra. Elsa Branco, Presidente da direção.

Entrevistadora – Maryzette

Entrevista realizada presencialmente em Alcáçovas, 9 de Junho de 2015, 09h30.

M: Maryzette

E: Dra. Elsa

M: Há quanto tempo estão em Cabo Verde?

E: Quanto tempo de projeto de desenvolvimento?

M: Sim.

E: Eu se calhar vou fazer-lhe uma apresentação rápida do que é a Terras Dentro e o que é que tem feito para poder perceber também as áreas em que trabalhámos. A Terras Dentro já existe há 24 anos, é uma associação para o desenvolvimento local, foi fundada em 1991, sempre teve a sua sede aqui nas Alcáçovas mas o território a onde intervém não é só o concelho de Viana e Alcáçovas. Intervém muito mais vasto, mais alargado, nós intervimos nos territórios de Viana, Nos concelhos de Álvide, Portela, Vidigueira, Montemor-Novo. Portanto, toda essa área de abrangência, fazemos a intervenção. Temos feito, desenvolvido, alguns projetos também em Beja, vendas Novas. Depois temos um suporte muito grande ao nível das parcerias. Nós não sabemos trabalhar sozinhos e nem queremos. Portanto, a nossa lógica é agregar parceiros para conseguirmos atingir mais rapidamente... mais facilmente os nossos objetivos que é o desenvolvimento integrado e sustentado. Por isso, temos um leque de parceiros muito grande e por conta destes parceiros acabamos por ter intervenções deslocalizadas um pouco daqui da região. Acabamos por desenvolver parcerias com parceiros do norte, do centro do país e do sul também, da zona do Algarve e depois temos muitos parceiros internacionais porque fazemos muitos trabalhos além-fronteiras. Nós trabalhamos muitas áreas diferentes porque entendemos o desenvolvimento como uma coisa integrada, ou seja, vamos trabalhar o desenvolvimento a nível económico mas não

podemos esquecer a parte social, não é. Do que é que serve investir, incrementar os tecidos empresariais de um determinado território se nos esquecermos da componente social, das famílias carenciadas, das pessoas que têm falta de formação, dos recursos humanos que não são classificados ou, também, não conseguimos trabalhar o social e o económico se esquecemos o ambiente, não é?! Estar a apoiar empresas que vêm poluir ou criar problemas a nível ambiental não é do nosso interesse também. Portanto, ambiente, economia, social e outras áreas que eu já vou explicar melhor... é assim que nós entendemos o desenvolvimento de forma integrada com todas estas componentes. Daí termos começado desde muito cedo a trabalhar áreas diferentes. Existem associações que só trabalham, por exemplo, ao nível do desenvolvimento social e económico e ponto final e já não intervêm em muito adiante. Já não têm áreas de cooperação nem nada dessas coisas. Nós não. Nós trabalhamos o desenvolvimento económico, temos e sempre fomos uma associação chamada LEADER, existe em várias associações, por exemplo, são associações que aderiram ao programa LEADER, programa de apoio às zonas rurais muito vocacionada para apoiar a criação e melhoramento das empresas, pequenas empresas nestas regiões, meio rural é sobretudo pequenas e médias empresas ou microempresas. Então, apoiamos, disponibilizamos rebas do governo português e nomeadamente da União Europeia para investir, apoiar investidores que queiram ou criar uma empresa ou melhorar uma que já tenham. Essa é a vertente dos programas LEADER que depois no quadro comunitário anterior chamavam PRODER e que no próximo quadro vai ter um nome diferente.

Nós, desde a LEADER 1 que começou em 94 sensivelmente que, temos desenvolvido esse apoio mais vocacionado para o empreendedorismo com o apoio direto à criação e melhoramento de empresas. Depois temos uma forte atuação ao nível da educação e formação que é uma área que nós temos tido sempre muito cuidado porque sabemos que era uma necessidade do território a qualificação dos recursos humanos e somos também uma entidade formadora acreditada. Desenvolvemos ações de formação nível dos cursos da EFIC, para formação de adultos, formação para a inclusão, formação modular certificada, enfim. Tudo o que tem a ver com formação nós desenvolvemos e temos desenvolvido nesses ramos todos e temos muita experiência na área da formação. Depois agregamos a pasta da intervenção social. Nós trabalhamos muito a intervenção social, tivemos projetos de luta contra a pobreza (pronto, isso também tem em Cabo Verde), tivemos... agora temos os CLDS que são os contratos locais de

desenvolvimento social muito vocacionado para a questão de inclusão social, temos tido projetos muito próximos com a segurança social, articulamos com a IEFP, centros de emprego para promover a questão da inclusão social. Fazemos muita formação para grupos carenciados, em risco, famílias desfavorecidas e por aí afora. Portanto, componente formação, componente económica, componente integração social e componente do ambiente. Nós desde cedo que desenvolvemos projetos na área do ambiente. Tivemos um grande projeto do programa “Life Ambient”, que teve um impacto muito positivo na região e que foi muito dedicado ao Montar que é um ecossistema Valaque que existe aqui nestes territórios e em Portugal e Espanha sobretudo e o resto da Europa nem conhece muito bem o que é o termo Montate e que nós consideramos uma área a proteger e temos trabalhado muito e investido na preservação do Montar, na promoção dos produtos que são derivados do Montar, mel e outros, o famoso porco preto da área do Montade que tem muito valor em termos comerciais e gastronómicos e outros produtos que são daqui derivados, desta área específica de Montade e são áreas que supostamente têm muito pouca intervenção humana. São áreas digamos, assim, mais selvagens que existem. Depois, ambiente, formação, economia social e, depois, temos a vertente da cooperação para o desenvolvimento. Pelo trabalho que temos feito também a área do ambiente fomos acreditados também como ONGA (Organização Não-Governamental para o Ambiente). Pelo trabalho que temos feito na área de formação somos uma entidade formadora acreditada. Desde cedo somos acreditados, reconhecidos como entidade de utilidade pública. Na parte da cooperação para o desenvolvimento como temos feito bastante trabalho nesta área, essa sim a área que mais interessa, nós temos feito trabalho nesta área e somos acreditados como ONGD (Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento) e temos assente, somos membros da Plataforma das ONGD Portuguesa. Portanto, isso tudo são estatutos que fomos ganhando ao longo do tempo de vida da associação e graças ao trabalho que temos feito não deixa de ser uma forma de reconhecimento do valor do nosso trabalho.

Em relação à cooperação para o desenvolvimento nós temos tido muitos projetos nesta área, temos trabalhado sobretudo com Cabo Verde, com a ilha de São Nicolau, com a ilha de Santiago, com a ilha de São Vicente também. Já vamos falar um pedacinho mais à frente dos projetos. Temos tido também um parceiro muito privilegiado nesta área que é São Tomé e Príncipe. Temos trabalhado muito com eles mais recentemente também

com o Brasil. Mas estes são... Já tivemos intercâmbios com Moçambique, com alguns contatos com a Angola, mas os países com os quais temos de fato trabalhado é São Tomé, Cabo Verde e Brasil. No caso do Brasil sobretudo com complexos de favela do Rio de Janeiro. O que é que acontece... Portanto, nós já começamos a fazer desde os primeiros contatos, digamos assim, que forma com Moçambique, os primeiros nessa área de cooperação para o desenvolvimento. Já lá vão uns 19 anos sensivelmente. Depois a começar a trabalhar com Cabo Verde em particular foi há coisa de uns 12 anos atrás. Portanto, nós começamos precisamente porque fazíamos parte de uma estrutura que havia, que se chamava ACVER que neste momento até nem está já em funcionamento. ACVER, A-C-V-E-R, que era uma estrutura muito vocacionado para as questões de cooperação em Portugal e que era constituída por associações de desenvolvimento e nós como fazíamos parte dela e o objetivo da ACVER era desenvolver trabalho com outros países nomeadamente Cabo Verde para dar apoio, para fazer trabalho na área da cooperação. Então, através da ACVER nós participamos em várias missões a Cabo Verde em que cada associação que era associada a ACVER tinha a responsabilidade de fazer o acompanhamento dos programas de luta contra a pobreza de Cabo Verde. Porquê? De alguma forma era transportar as experiências que nós tínhamos do programa LEADER para a realidade Cabo-verdiana e vir acompanhando o projeto de luta contra a pobreza dentro da filosofia de funcionamento do LEADER. Nós visitamos os projetos que lá havia, fazíamos um levantamento das necessidades das ilhas, fazíamos relatórios e sugestões e depois íamos lá acompanhar porque o governo cabo-verdiano tendo em conta as sugestões que nós íamos fazendo e depois muito estritamente com as CRP's porque nós trabalhamos sempre em colaboração com as CRP's. O governo depois, em estreita ligação com a CRP implementava projeto para desenvolver as ilhas e nós depois fazíamos novas missões para ir acompanhar esses projetos, ver se as coisas estavam a correr bem, se não estavam, o que era preciso corrigir, quais eram as sugestões que dávamos para as correções e por aí fora. Nesse caso particular a Terras Dentro ficou e teve a sorte de lhe calhar a ilha de São Nicolau.

M: Ah, sim.

E: E foi no âmbito da ACVER que nós começamos a trabalhar com São Nicolau. Portanto. Houve outras associações que ficaram com outras ilhas como Fogo, Santiago, com Sal, Com Mindelo e por aí fora.

M: Mas nesse caso São Nicolau foi...

E: Foi a primeira experiencia.

M: Sim, foi a primeira experiência e a organização é que escolheu.

E: Não, foi a ACVER que acabou por distribuir as ilhas e nós não conhecíamos São Nicolau na altura e fomos a conhecer muito bem, depois criamos até relacionamentos como é óbvio. Quando começamos a trabalhar com os territórios e com os parceiros criámos uma proximidade e nunca perdemos contato e agora até mesmo sem ser em contexto de trabalho quando algum de nós lá vai somos sempre recebidos de portas abertas, graças a Deus e ah... estamos sempre a ver quando há possibilidades de... A ACVER como disse já não está a funcionar o projeto, entretanto terminou mas tentamos sempre ver futuras parcerias e futuros projetos para os territórios. Isto é a nossa experiência com São Nicolau, gostamos imenso, correu muito bem. Fizemos, elaboramos vários relatórios sobre a ilha de São Nicolau. Lá é que fizemos o levantamento e identificação das necessidades e mais tarde a identificação dos projetos que formam lá apoiado pelo governo cabo-verdiano.

M: Desculpa. Para fazerem o levantamento das necessidades o CRP é que faz lá e envia-vos ou vocês...?

E: Não, não. Nós fizemos lá com a CRP. A CRP, nós antes de irmos em missão para lá, articulamos tudo com a CRP. CRP organizava todo o trabalho dos dias em que nós íamos lá estar. Reunião com ensino, escolas, reuniões com câmaras municipais, reuniões com todas as comunidades que havia, com as próprias populações e, por exemplo, se estávamos lá 5 dias íamos logo com o calendário preparado. Chegávamos lá, a CRP era o nosso ponto de encontro sempre e havia sempre alguém da CRP que nos acompanhava a todas estas reuniões e locais. Nós fazíamos, recolhíamos, fazíamos as perguntas que queríamos, visitávamos o que tínhamos para visitar e depois daí fazíamos então um relatório de conclusões e sugestões. Por exemplo, aqui nesta comunidade percebemos pelas pessoas faz parte isto, faz parte aquilo, portanto percebemos a dada altura que havia muitos problemas habitacionais. Havia lá algumas comunidades que... não me engano se o termo era ACP... associações comunitárias qualquer coisa, que eram os núcleos constituídas nas próprias localidades como associações a nível da população. Também mencionaram o problema da habitação. Havia muitas habitações

sem casa de banho, havia famílias que continuavam a viver, já tinham filhos, mas continuavam a viver na casa dos pais e as habitações já não comportavam tanta gente. As questões do emprego, do trabalho, do trabalho sazonal quando era preciso fazer trabalho de estrada. Ok! Havia aquele recrutamento do pessoal, a CRP articulava muito isso. Mas, depois fora dessas épocas do trabalho sazonal as pessoas tinham dificuldade em encontrar trabalho. As questões do pequeno negócio, portanto as pessoas terem... cada uma tinha sua cabra, o seu porco. Pensar de uma forma mais global, porque não criar aqui uma pocilga comunitária em que as pessoas podem ter os seus animais com outras condições de higiene ou até as...

Tudo isso era discutido nesses encontros, nessas reuniões com níveis diferentes. Se estávamos com a câmara municipal discutíamos de uma maneira, se estávamos com as populações discutíamos doutra. Visitamos muitos na altura, podia-se chamar de creche de crianças nas escolas. Ainda houve muitos apoios para essas creches em termos de equipamentos, materiais. Cada vez que íamos em missão levávamos também coisas para deixar que a CRP às vezes sinalizava. Na creche tal faz falta, material para os meninos fazerem material pedagógico ou lúdico ou os educadores queixam-se de que não têm isto ou aquilo. Também havia essa entre ajuda. Já que lá íamos fazíamos recolhas cá e depois levávamos alguns desses materiais que fazem falta lá ou para equiparmos a biblioteca lá. Levamos muitas vezes livros para a biblioteca de São Nicolau. Fica perto da pensão do Sr. António.

Pronto, essa foi sobretudo a nossa experiêncialá em São Nicolau. Não sei se os elementos da CRP ainda continuam os mesmos, agora não me lembro o nome deles mas,...

M: Há quanto tempo tiveram em...

E: A última vez foi há alguns anos... já foi se calhar há uns oito anos.

M: Então, ainda estava em Cabo Verde.

E: Se calhar até nos cruzamos lá.

M: Pois, se calhar. Tou aqui há 5 anos.

E: Nós tivemos a falar com muitos jovens. Da última vez que lá estive, andava lá um rapaz do Mindelo, que eu nunca mais me esqueci, fiquei com uma imagem muito

carismática, tinha um cabelo até aos pés e andava a fazer a recuperação lá na igreja, recuperar umas pinturas. Ele era artista plástico, andava a recuperar umas pinturas, ele andava também na pensão do Sr. Manuel. Ele andava sempre de um lado para outro. Não me lembro do nome da pessoa com quem mais falámos na CRP. Nós conhecíamos tudo aquilo às tantas...

M: É pequeno.

E: Desde o contabilista até... já conhecíamos toda a gente.

M: Porquê que Cabo Verde foi escolhido? Foi por causa de terem integrado no...

E: É assim, essa entrada em São Nicolau foi por via dessa organização que é a ACVER. Senão, logo não tínhamos tido essa matriz, essa oportunidade. Não sei se escolheríamos Cabo Verde. Nós não escolhemos Cabo Verde. Como trabalhamos em áreas muito diferentes vamos participando em atividades muito diferentes só que é fora de Portugal e muitas vezes nos encontros vamos conhecendo pessoas incluindo pessoas de diferentes países e quando estabelecemos esses contatos ficamos com estes contatos para futuros projetos. Por acaso aí entramos pela ACVER. Mas, em São Tomé e Príncipe já foi por outra via. Nós não escolhemos mas acabei por conhecer por coincidência, conheci uma pessoa de São Tomé que é a Isaura Carvalho e João Carlos Silva, ele é muito conhecido porque fazia aquele programa de televisão que se chamava a rota com os tachos. E eu conheci a Isaura que é a esposa dele, e eles são os dois muito dinâmicos em São Tomé. Ela trabalha na área do ensino e ele na área da gastronomia mas também como artista. Eles se juntaram e criaram uma escola de artes. Têm impulsionado diversas organizações de jovens em São Tomé, mobilizam muito os jovens e estimulam muito os jovens para o empreendedorismo. E como eu conheci a Isaura e nós temos uma forma muito idêntica de trabalhar e também aqui nós trabalhamos muito para o empreendedorismo dos jovens,... ah,... pensamos vamos construir um projeto em conjunto e em São Tomé aconteceu assim. Depois São Tomé fez um grande encontro de desenvolvimento local e internacional em São Tomé para o qual nós fomos convidados mas várias organizações de outros países também foram convidados. Nesse encontro eu, por exemplo, conheci uma organização de São Vicente que é o Atelier Mar que é o Ani e com o Leão, o esposo dela, que também trabalha no Atelier-Mar. Muitas vezes as coisas começam por aí, nessa troca de experiências e nessas vias de desenvolvimento vamos cruzando com pessoas e depois vamos

guardando esses contatos e estabelecendo parcerias futuras e projetos. No caso de São Nicolau foi particularmente essa a questão da ACVER, mas, por exemplo, nós depois esse foi 1. Mas a seguir no âmbito do programa LEADER, o programa LEADER tem uma vertente para além do apoio à criação e melhoramento de microempresas e pequenas empresas aqui nos territórios também tem uma vertente de cooperação para o desenvolvimento e permite que a gente candidate 1, 2, ou 3 projetos na área da cooperação mas financiados pelo LEADER. E nós no âmbito do LEADER candidatamos a aí sim foi, pode-se dizer que foi uma escolha mas já tínhamos o contato guardado com a ilha de Santiago. Nós desenvolvemos um projeto, na altura, de capacitação, sobretudo de mulheres na ilha de Santiago na área de confeção de doces e compotas. Porquê? Porque conhecemos o município de São Miguel, presidente da câmara de São Miguel que entretanto era germinada com a Câmara de Viana do Alentejo e a associação Agro-Hortelão de Santiago e em conjunto desenvolvemos esse projeto de capacitação das mulheres da ilha de Santiago com o Município de São Miguel. Chamamos a esse projeto “Nôs Terra”. O projeto correu muito bem, durou quase 2 anos. Levamos formadores daqui a Santiago. Eu não fui nesse projeto, foi outra colega minha porque na altura estava com o projeto de São Nicolau. O projeto correu muito bem. Elas depois organizaram-se... não terão sido todas, mas algumas continuam a fabricar os doces e as compotas que aprenderam a fazer com este projeto. Depois como o projeto e quer o presidente da câmara de São Miguel e quer a associação Agro-Hortelão pediram-nos para candidatar noutra fase, mais à frente, em novo projeto que nós chamamos “Nôs Terra 2” que não passava propriamente pela capacitação na área de confeção de doces. Já foi numa vertente diferente que foi na vertente dos percursos turísticos. Percebemos que em São Miguel havia uma riqueza natural muito grande, todas as condições para criar percursos para turistas e visitantes que lá fossem. Mas, não havia nada definido e nada tratado. Então, esse projeto foi muito vocacionado para isso, foi identificar percursos lá e cá em Portugal porque tínhamos que ter sempre essa vertente dupla. Quando trabalhamos aqui em Portugal tem que haver sempre mais-valia perante os territórios. Então identificamos os percursos, ahm... foram sistematizados no site, foram sistematizados no em folhetos, os percursos todos foram identificados. Foram colocados as placas lá, fizemos lá o lançamento dos percursos e foram feitas formações para guias, para que os guias estejam preparados para receber grupos ou pessoas individualmente que queiram fazer esses percursos. Esta fase do “Nôs Terra 2”,

em Santiago, foi mais vocacionado para a questão do desenvolvimento turístico do município de São Miguel aí na ilha de Santiago.

E é assim que as coisas vão funcionando em cadeia, não é? E já temos ali um parceiro para o resto da vida. Há sempre necessidades que vamos identificando e às vezes são necessidades novas. E, então a ideia é conseguirmos, através de ações e projetos que sejam financiados, dar respostas a estas necessidades, é a nossa lógica aqui. Dar respostas às necessidades existentes nos territórios. Portanto, e a cooperação é a mesma lógica também. Depois, como eu estava a dizer surgiu essa necessidade também com São Tomé e acabamos por enveredar com projetos e ações com São Tomé e Príncipe. E agora, recentemente, tivemos um projeto que não tem fundos nacionais, não tem nada de fundos portugueses. Foi candidatado diretamente por nós a Bruxelas, houve poucos aprovados e o nosso foi um deles e que era um projeto de juventude em ação, programa juventude em ação que é quem financia e chamamos lhe “Hand for future”, “mãos para o futuro” e que tínhamos como parceiros dessa vez São Tomé porque já tínhamos como parceiros de contatos anteriores e um parceiro novo “Roda Viva” do Brasil, Rio de Janeiro, que trabalhava muito com jovens dos complexos de favelas e muito a questão do empreendedorismo mas também a inclusão social e fomos buscar um parceiro Búlgaro porque tínhamos que ter mais um parceiro da União Europeia e fomos buscar o contato do Mindelo do Atelier-Mar e convidamos para ser nossos parceiros neste projetos. E aí é que entra a nossa experiência com Mindelo. Nós tínhamos sido convidados para apresentar uma comunicação num seminário que o Atelier-Mar organizou uma vez em Mindelo sobre o empreendedorismo jovem. Como nós já tínhamos experiência de trabalho com o empreendedorismo jovem fomos lá apresentar uma comunicação e eu já conhecia a Ani (do encontro internacional do desenvolvimento local de São Tomé e Príncipe) ainda estreitamos mais o relacionamento e quando surgiu esta oportunidade do projeto de Bruxelas, convidei o Atelier-Mar para ser nosso parceiro. O projeto correu muito bem e acabou agora há pouco tempo, este do “Hand for future, do you selection”. E ele constou sobretudo de capacitar jovens em diferentes áreas para depois poderem... claro que nunca serão... para ficarem com algumas ferramentas e capacidades para desenvolverem atividades geradoras de rendimento. E, então fizemos “workshops” de quatro dias intensivos em que cada um desses países parceiros à exceção da Bulgária. Portanto, fizemos no Brasil, um em São Tomé e 1 em Cabo Verde no Mindelo. O do Mindelo foi sobre artesanato e

ambiente, o de São Tomé agroalimentar e no Brasil foi sobre o Associativismo Juvenil. E levamos jovens de cada um desses países a cada um desses países. Para o Brasil levamos dois jovens Santomenses, dois jovens de Cabo Verde e dois jovens da Bulgária. A Cabo Verde levamos dois jovens de cada um desses países e por aí afora. A maior parte desses jovens nunca tinha saído do seu país. Foi a primeira vez. Isto foi uma experiência muito boa a todos os níveis: ao nível do empreendedorismo e da capacitação de uma nova atividade mas também ao nível social e desenvolvimento pessoal porque estas jovens criaram uma autonomia, criaram,... abriram horizontes, viram novas formas de viver e de estar, conviveram com outros jovens de outras realidades e foi muitíssimo bom para eles. Jovens que nós sabíamos que eram tímidos, reservados mudaram sua forma de estar, seu perfil. Porque depois do que eles íam aprender nestes países, nesses workshops. Eles quando regressaram ao seu país tiveram que sozinhos, com algum apoio das organizações, mas a ideia era para que fosse o mais autonomamente possível, tiveram que desenvolver um workshop para passarem a informação e aí é que foi a grande responsabilidade e quando eles se sentiram nesse papel de formador é que perceberam o quanto eles tinham crescido com a experiência.

M: Já falou no Brasil, em São Tomé, Cabo Verde. Quais são as sinergias, os denominadores comuns?

E: Em termos de problemáticas ou em termos de pontos fortes?

M: Todos.

E: Em termos de problemáticas nós estamos a falar de países todos muito diferentes uns dos outros e com este projeto e Bruxelas nós conseguimos identificar algumas dessas problemáticas comuns. Por exemplo, uma problemática comum é a questão da inércia dos jovens, a falta de capacidade empreendedor e para ser empreendedor, não é que tem que ter uma empresa, empreendedor não é isso, é dinamismo, é a proatividade, vontade de fazer as coisas, é dentro desse perfil de empreendedor que estamos a falar. E percebemos que ao nível de todos os países que estavam envolvidos havia uma inércia, pouca vontade principalmente ao nível de jovens de fazer as coisas e de assumirem as responsabilidades. E é isso que tentamos combater. Mas é esta um dos pontos comuns. Depois ao nível dos países de origem africana identificamos uma problemática que não acontece normalmente aqui em Portugal, aliás aqui no nosso caso até é o oposto que é a facilidade com que os mais jovens engravidam. Portanto, o que lhes dificulta muitas

vezes a vida no futuro. Portanto, nós víamos, em São Tomé acontece, em Cabo Verde acontece e no Brasil também. Qualquer jovem ali 16, 17,18 anos, muitas delas já tem 1,2,3 filhos, no caso de São Tomé até mais. O que é muito complicado porque depois não têm disponibilidade nem para frequentar formações nem para terem um emprego. É muito, muito complicado. E isso é uma problemática comum a estes países. Como eu disse em Portugal não. Cada vez tem filhos mais tarde e temos um problema. Enquanto nós chegamos em São Tomé, Brasil, Cabo Verde e vemos crianças por todo o lado que é um lado bom da situação, por um lado é mau por serem mães tão jovens mas também sabe bem ver tanta gente jovem no país. Aqui não, aqui temos altas taxas de envelhecimento muito grandes.

Outra problemática que identificamos e que é bem comum a todos os territórios que é a problemática do alcoolismo. Percebemos que os jovens começam cada vez mais cedo a beber e isto viu-se em todos eles e em Cabo Verde não foi exceção não é, o problema do grogue em Cabo Verde é terrível principalmente porque já se faz muito grogue a nível caseiro com produtos que não são os melhores e que afetam gravemente as pessoas a nível cerebral e tudo mais. Tem implicações na saúde muito grandes, ah... e isto é um problema que se sente em Portugal. Não temos cá o grogue, mas temos outras bebidas alcoólicas e os jovens começam muitas vezes a serem iniciados no álcool pelas próprias famílias. Se forem rapazes principalmente. A nível das raparigas não tanto mas ao nível dos rapazes é muito comum começarmos a ver os rapazes desde cedo a irem para o café com o pai e com 16 anos a beberem uma cerveja, com 17 e 18 já bebem como gente grande. Isto é uma problemática terrível que nós identificamos, é que se tente também encontrar respostas para as questões. É a inércia, a falta de empreendedorismo, falta de responsabilidade, os problemas do alcoolismo, a gravidez precoce portanto foram as principais problemáticas que nós nos apercebemos e que era de alguma forma comum aos territórios com aquelas salvaguardas que eu já lhe disse.

Mais-valias: mais-valias, aí é que são muito circunscritos a cada território. Por exemplo, nós chegamos a um país como São Tomé. São Tomé é um país riquíssimo em termos de recursos naturais. As pessoas lá quase não precisam de trabalhar para comer e não entendem que o trabalho não alimenta só a família e o corpo, alimenta também a alma. Porque a pessoa sai da Praia tem uma bananeira carregada de banana, é só apanhar, tem um coqueiro, dá-lhe um toque e cai um cocô verde. Espeta e apanha um peixe quase à mão, ah... faz uma fogueirinha na praia e assam o peixe e comem, com uma rapidez,

uma facilidade incrível. As pessoas têm alimento garantido. Há miséria mas não há fome, é outro tipo de miséria. E então, as pessoas não têm aquele culto do trabalho. Porque não têm que esforçar muito para conseguir e nós normalmente, trabalhamos para termos dinheiro, podermos sustentar, mas o trabalho é mais do que isso, é uma forma de crescermos, é uma forma de nos afirmarmos, ganharmos territórios e competências e tudo mais. E de fazermos com que as coisas avancem, o desenvolvimento promova. Não podemos pensar que o trabalho é só para trabalhar e comer. Mas, em São Tomé eles têm muito esta lógica. Se não precisamos trabalhar para comer não se trabalha. Não é! Então é muito complicado mobilizarmos as pessoas para o trabalho. Em Cabo Verde é o oposto. As pessoas em Cabo Verde têm muitas dificuldades com os recursos naturais. É tudo muito difícil, enquanto que em São Tomé lança-se uma semente à terra e não é preciso fazer mais nada, ela arrebenta-se e sem mais nada cresce uma árvore. Em Cabo Verde não há água, é tudo muito seco. Tudo resulta de um grande esforço. É preciso cultivar, fazer muita coisa e mesmo assim não é bem-sucedido porque as coisas não dão, tirando Santo Antão a privilegiada de água.

Em Cabo Verde as pessoas têm, de facto, que lutar muito para conseguirem os seus objetivos. Então, lá é mais fácil organizar as pessoas e por as pessoas a mexer em Cabo Verde do que São Tomé são realidades completamente diferentes. Ah... as pessoas em Cabo Verde muito facilmente se organizam, os jovens mais facilmente se mobilizam em torno de uma causa. Em São Tomé não, é muito mais difícil pôr as pessoas a trabalharem em grupo/ conjunto em torno de uma coisa que seja uma coisa qualquer que seja um objetivo comum.

Aqui no nosso meio rural, eu quando falo de Portugal, estou a restringir muito ao meio rural que é na verdade onde nós intervimos. Aqui no meio rural, em Portugal, encontramos um bocadinho das duas coisas. Encontramos uma grande inércia, lá está, pro empreendedorismo. Os jovens não têm muita vontade de fazer as coisas mas não há aquele “descansinho” não aqui. Têm que trabalhar para estar e conseguir alguma coisa. Então, temos aqui, um bocadinho de meio-termo, entre a realidade de Cabo Verde e de São Tomé.

O Brasil é outra coisa completamente diferente. É um país diferente, outro tipo de necessidades, outro tipo de problemáticas. É um país também muito rico em termos de recursos, de clima, mas as coisas não estão à mão como estão em São Tomé. Há

recursos mas têm seu dono. Não é para qualquer um e depois é um país difícil, é muito burocrático, é muito difícil de conseguir coisas. Para se conseguir fazer qualquer coisa tem que passar imensas etapas, é muito trabalhoso e isso às vezes serve de entrave para que as pessoas se organizem para fazer coisas né?! Quanto mais difícil for... Mas, todos os países são lindíssimos. Chegamos à conclusão que quando juntamos as pessoas conseguimos de facto fazer muito mais. Muitas vezes eu tenho encontrado nesses países respostas simples para problemas que nós aqui temos e que não estávamos a conseguir ver a solução. Porque andamos à procura de uma coisa muito elaborada, muito complicada e afinal a resposta às vezes é simples. E o contrário também. Às vezes estou em Cabo Verde e vejo um problema e como resolvemos isso? Olha, nós já tivemos um problema semelhante, porque a gente não vai por esta via ou por aquela? Portanto, este trabalho conjunto é muito importante porque encontramos soluções para problemáticas com base em experiência que fomos tendo nos diferentes países e pessoas dos diferentes países.

M: E nesse caso, quem são os beneficiários dos programas que têm, das atividades que realizam?

E: São as populações os beneficiários últimos, são sempre as populações. Se tivermos a falar de beneficiários com esse perfil. Quem beneficia por último é sempre a população. O objetivo último é melhorar a qualidade de vida das populações. Se falarmos dos beneficiários que normalmente beneficiam do programa são as entidades, no caso de Cabo Verde, por exemplo, o Atelier-Mar, Câmara Municipal de São Miguel na ilha de Santiago, a Associação Agro-Hortelão, CRP no caso de São Nicolau. Portanto, estas organizações podem ser vistas também como beneficiários.

M: Nesse caso é toda a população independentemente da faixa etária

E: Não, porque nós temos desenvolvido projetos como eu disse alguns muito vocacionados para mulheres e assim o empreendedorismo feminino, muitos para jovens estes do “Hand for Future” era claramente para jovens no caso de São Nicolau é muito para capacitar as instituições que lá havia nomeadamente a CRP e outras. Capacitá-las de conhecimento, fizemos lá também formação de técnicas, metodologias para intervir no terreno mas também as populações.

M: No caso, se não tivessem desenvolvido essas atividades acha que as populações teriam algum benefício de outra forma?

E: eu acredito que sim porque os projetos na área da cooperação existem e eu acho nestes países o que acontece é que têm grande dificuldade no acesso à informação. E os financiamentos para a cooperação a nível da União Europeia ou outros não é muito fácil de chegarem a estes núcleos. Ou chegam a nível governamental mas há outros que as organizações no terreno podem candidatar e não candidatam porque desconhecem e isso é uma parte da nossa preocupação que foi dizer-lhes “vocês têm que pesquisar, vocês têm que ir à internet e pesquisar e vejam porque há sempre coisas a abrir” e eu acho que a grande mais-valia é isso porque nós temos levado através de entidades, no nosso caso, a Terras Dentro tem tido a oportunidade dessas organizações que estão nesses territórios tomarem contato e terem acesso à informação do que há aberto a nível de outros projetos de cooperação. Por exemplo, o Atelier-mar mandou-me um email na semana passada a dizer que com base na experiência passado do “Hand for Future” agora candidataram-se como parceiros com outra organização doutro país que é a Turquia a um projeto semelhante. Portanto, eles vão tendo estes conhecimentos, abrindo estes horizontes e vão criando alguma autonomia e competência para eles próprios ou entrarem como parceiros de outras organizações ou eles próprios candidatarem-se. Ao nível de São Nicolau a própria CRP também acabou por ter conhecimento de uma série de instrumentos que na altura apoiavam a cooperação para poderem também candidatar e aproveitar outros fundos que viessem, não é. No caso de São Tomé eles disseram que já candidataram a projetos de cooperação por qualquer motivo São Tomé não tem conseguido ter projetos de cooperação aprovado e todos os que tem tido tem sido com a Terras Dentro na qualidade de parceiros nossos e agora com uma outra organização penso que é da Suíça que também tem ido um pouco à boleia deles e assim têm conseguido ter em São Tomé algum projeto de cooperação a ser desenvolvido.

M: Nesse momento têm algum projeto?

E: Não, nesse momento acabou o “hand for future”, estamos a fazer o encerramento do projeto, está em fase de encerramento e estamos a terminar um quadro comunitário, deve saber. Este quadro comunitário acabou, vamos encerrá-lo e estamos à espera do próximo quadro comunitário e nós trabalhamos infelizmente, sobretudo com projetos cofinanciados. Não temos formas de nos autossustentar porque o governo dos nossos

próprios projetos em recorrer a financiamentos da União Europeia e do governo português. Então, estamos a aguardar com muita expectativa porque já era para ter arrancado mas de fato ainda não arrancou e ao nível da cooperação abriram umas medidas agora do Instituto Camões mas o forte da medalha da cooperação ainda não abriram propriamente candidaturas para isso. Mas estamos a aguardar porque queremos desenvolver novos projetos para o novo quadro comunitário que está a chegar. Neste momento estamos em fase de encerramento de projetos e contamos começar novos projetos ainda no final deste ano mas, se calhar em força em 2016 se eles não abrirem como esperamos em 2015.

M: Consegue me dar o número de beneficiários em Cabo Verde.

E: Ui, ui, ui... Em Cabo Verde assim por alto, é que... são muitos.

Em São Nicolau, eu posso dizer que nós na primeira missão que fizemos na altura, já lá vai algum tempo em reuniões, conversas que tivemos, projetos que visitamos no terreno rondou cerca de... entre trezentos a trezentos e cinquenta pessoas com quem falamos no total. Depois na segunda missão, incluindo presidentes de câmara, escolas, e tudo mais falamos com cerca de 400 pessoas eu lembro que foi substancialmente maior o número também porque visitamos muitas creches que no primeiro não tínhamos feito. Depois, isto em Cabo Verde, São Nicolau. Depois, com o “Nôs terra 1”, com as ações de formação que fizemos e agora vou só falar dos formandos que frequentaram as ações de formação, aaah... Tivemos, abrangemos cerca de 80 pessoas ao todo. Atenção, que em São Nicolau nós desenvolvemos uma ação de formação na área dos doces e compotas, mas isso já incluímos nos números.

M: Foi no vale de Fajã?

E: Sim, por isso é que fomos às festas da Fajã, porque tínhamos formandos lá.

M: Fazem a feira.

E: Exato e elas foram fazer uma exposição na Fajã dos doces e compotas que tinham aprendido a fazer connosco lá em São Nicolau. E o Sr. Emanuel tinha a vender na pensão dele esses doces e compotas. Não sei se ainda vende. Portanto, no “Nôs Terra 1” foram cerca de 80 pessoas, os formandos, beneficiários da formação. Depois, há de haver outros beneficiários indiretos porque essas mulheres que aprenderam a fazer

compotas e doces depois envolveram família e isso nós já não controlamos, já não sabemos. Vou só falar de beneficiários diretos. Depois com este projeto do “hand for future” no Mindelo envolvemos só de Cabo Verde foram os quinze jovens que tiveram workshop lá mais os 6 que foram 21 beneficiários diretos com este projeto. Mas lá está, depois houve todas as pessoas que se envolveram.

M: Porque às vezes é difícil controlar. E o volume financeiro?

E: o volume financeiro... bem isso se calhar tenho que ver com a Catarina porque não tenho os números de cor e alguns deles já decorreram há muito tempo, por exemplo, quando fomos com a ACVER, a Terras Dentro não entrou com participação nenhuma. A ACVER é que tinha financiamento para isto. Portanto, eu não faço ideia do financiamento que eles tinham para intervir lá em São Nicolau. Mas, tudo isto, por exemplo, foi pago. As formações nas áreas das compotas em São Nicolau, as pessoas que fizeram estas missões, todo este trabalho de levantamento de necessidades na área do acompanhamento dos projetos em terreno, apoio às CRP, apoio com alguns equipamentos e materiais, mas eu não sei a nível da ACVER o que foi desenvolvido.

Ao nível “do you connection” que foi mais recente eu sei-lhe dizer o volume financeiro do projeto na sua globalidade. Não destacado para São Tomé, Cabo Verde, mas sim na sua globalidade. Nós no projeto é no total, e este projeto rondou, nós já estamos a encerrar, estamos à espera dos resultados de Bruxelas em relação aos montantes financeiros que foram executados. Esperamos que seja tudo controlado mas aquilo que foi de fato investido nesse projeto e com estes países e com este conjunto de países foram cento e cinquenta mil euros. Depois com o “Nôs Terra” estamos a falar de um volume financeiro de, no total, “Nôs terra 2” de cerca de 70 mil euros. Mas, depois lá está, cada vez que vamos participar um evento acabamos por ir por conta do projeto, há também verba envolvida.

M: Têm colaboradores, não é?

E: É assim... o que nós temos são técnicos da Terra Dentro que vão. Nós, o tipo de projeto que temos não justifica ter um gabinete aberto lá e colaboradores lá a trabalhar. Porque ainda não temos uma consolidação. Se tivéssemos lá um projeto com uma grande continuidade de quatro anos, três anos ou assim cinco anos. Nós temos estado a falar de projetos entre um ano e dois anos. Portanto, não justifica porque são projetos de

intercâmbio, de mobilidade, de levar jovens daqui para lá, de fazer lá missões que não justifica ter recursos humanos, certo. Depois, como temos os parceiros nós acabamos por “utilizar” os recursos dos parceiros lá no território. Nós quando precisamos sempre de intervir em Cabo Verde com Mindelo (o Atelier-Mar), no caso de Santiago (com a Agro-Hortelão, temos lá pessoas que conhecem bem os territórios melhor que um técnico daqui e na ilha de São Nicolau temos a CRP, que é o nosso interlocutor. Ainda não sentimos a necessidade para destacarmos pessoas para lá. Por isso, sempre intervimos, fazemos desta forma, aproveitamos os recursos que já existem lá. Preferimos investir na capacitação dos recursos de lá, formar pessoas lá do que estar a levar pessoas daqui para ficarem lá a trabalhar. Pelo menos tem sido a nossa lógica de funcionamento.

M: Então não trabalham com voluntários?

E: Não. Nessa forma não Maryzette. Eu sei que há organizações, mas nós desta forma não.

M: E as fontes de recursos? Já falou da União Europeia, não é?

E: É o Governo Português que tem uma verba sempre para a cooperação portuguesa, o Instituto Camões que neste caso agora foi agregado. Erasmus, o programa Erasmus que é uma fonte de financiamento da juventude em ação que agora está agregado ao Erasmus, agora o Erasmus é o chapéu de toda esta fonte de financiamento e a União Europeia.

M: E não têm fontes de receitas próprias?

E: Não, nós não temos coisas disso. Trabalhamos maioritariamente com projetos cofinanciados.

M: Quando disse que vão para Cabo Verde, imagina, vão para uma ilha e levam recursos em espécie? Alguma vez, tipo material escolar?

E: Levamos, mas isso aproveitamos sempre nessas missões. Como já sabemos o que faz falta ou então os nossos parceiros nos dizem “olha vocês vêm cá, não há possibilidade de trazerem isso ou aquilo que nós precisamos aqui?” e, nós levamos, por exemplo, quando fomos a São Nicolau, por várias vezes eu levei livros para equipar a biblioteca de São Nicolau, ah... porque nos foi solicitado e vimos que a biblioteca estava lá e

espero que esteja no mesmo sitio e tinha muito poucos livros na altura e nós aproveitamos e levamos, por exemplo, para São Tomé, nós já mandamos dois contentores. Às vezes aproveitamos e mandamos materiais nos contentores porque as pessoas sabem que nós fazemos este tipo de intervenção e as escolas entregam aqui materiais que já não precisam e que estão em ótimo estado, alguns até novos desde manuais escolares, livros, cultura diversa, livros escolares também, e então, nós juntamos esse material e mandamos enciclopédias e outros tipos de equipamentos, calculadoras, pens. Como a vez que íamos para São Nicolau levamos pens drive porque sabíamos que fazia muita falta para organizações e também para a CRP e outro tipo de equipamentos que às vezes nos pediam e são coisas muito específicas, por exemplo, compramos para a CRP poder desenvolver depois outras áreas de formação para as pessoas poderem desenvolver suas ações de formação na área das compotas e dos doces, adquirimos equipamentos como uma balança e outros que eram necessários e que não havia como um termómetro gastronómico para medir a temperatura da fermentação do doce ou disto ou daquilo. E esse tipo de equipamento específico que até lá era difícil encontrar.

Nós costumamos levar, compramos com o dinheiro do projeto esse tipo de equipamentos e materiais. Quando desenvolvemos a formação que foi em Cabo Verde, já não me lembro onde é que foi também, compramos imensas coisas lá que depois ficaram, desde tachos, panelas para fazer determinadas coisas, aahh... alguidares apropriados para pormos a fruta para elas porem e fazer a cristalização da casca das bananas, casca de laranja, papaia ou manga e não havia utensílios. Então, nós adquirimos isso que ficou depois para futuros projetos se precisarem.

M: E as vantagens que advém das parcerias? Já tinha dito que sem as parcerias não trabalham.

E: Recusamos a trabalhar sem ser em parcerias porque isso não faz sentido nenhum estar a trabalhar cada um para seu lado, cada um sem saber o que o outro está a fazer e às vezes a gastarmos recursos, a fazermos exatamente a mesma coisa. E as pessoas ficam saturadas porque aparecem para fazer isto e depois apare outra... não! Nós temos o entendimento que é fazermos em conjunto, identificamos em conjunto o que é que nos faz falta e encontramos as respostas em conjunto para não andarmos a fazer mais do mesmo. Senão, é um desperdício. Então, juntamos e vemos tu podes intervir com, tu

podes dar quê... tu podes fazer o quê? Tu tens formador nesta área que é importante, eu tenho recursos naquela. Então, vamos juntar e vamos aproveitar essa sinergia para investir nesses territórios que fazem falta. A mesma forma de funcionar cá, aproveitar sinergias, trabalhar em conjunto, com objetivos em comum. Só assim é que conseguimos ter sucesso nas cooperações, uma coisa muito, muito importante. Nós não podemos ter a arrogância e nem a pretensão de acharmos que nós é que sabemos o que é bom para os outros. Não é verdade?! Aquilo que muitas vezes nós pensamos que faz falta não é o que as pessoas sentem falta. Portanto, nós nunca podemos desenhar um projeto sem ser em conjunto com as pessoas. Esses projetos que eu estive a falar, todos sem exceção são feitos em necessidades que nós recolhemos junto das pessoas. E aqui mais uma vez os parceiros são muito importantes porque os parceiros de Cabo Verde à semelhança dos outros é que nos dizem o que é que faz falta. Eu aqui, os meus jovens aqui no Mindelo sentem falta disto e daquilo. As pessoas aqui em São Nicolau sentem falta disto e daquilo. Bem, há diferenças de ilha para ilha. As necessidades que têm em São Nicolau podem não ser as mesmas de São Vicente e nem Santiago. São claramente diferentes. E nós fazemos ações em conjunto. Portanto, tudo isso é trabalhado em conjunto. Os parceiros têm um papel fundamental também porque o que somos nós para estarmos aqui sentadinho e acharmos que sabemos o que se está a passar em São Nicolau, Mindelo. Nós não sabemos, por mais conhecimento que tenhamos do território não temos esse reconhecimento ou pretensão. Nós trabalhamos com os parceiros, trabalhamos com as populações para percebermos o que faz sentido porque só assim as pessoas podem acarinhar os projetos porque vão sentir que o projeto é deles também, tiveram o seu contributo.

M: E Cabo Verde é um país aberto a nível de parcerias?

E: Sim, muito aberto. É fácil de trabalhar em parceria, é como eu lhe disse e isso já não é tão fácil eu São Tomé. Mas, cabo Verde eu até diria mais, são muito ansiosos por este tipo de trabalho. Porque Cabo Verde pode ter muito pouco recursos naturais mas tem uma riqueza humana muito grande. E as pessoas são extremamente cultas e lá está é a lógica, o que o povo sabe mais quer saber. São muito interessados pelo que está à volta de Cabo Verde para depois aproveitarem esse conhecimento e investir em Cabo Verde. Isso torna Cabo Verde um país muito atrativo para se trabalhar porque de fato as pessoas empenham-se. Eu tive uma experiência fantástica em São Nicolau que eu comparo muitas vezes com aqui no Alentejo, sem ter comparação. Comparo no sentido

de dar exemplo. Cabo Verde me dá um excelente exemplo. Nós aqui organizamos um colóquio sobre qualquer coisa, as pessoas aqui é uma preguiça enorme para participar também porque há muita oferta não é, nós sabemos disso. Mas é um colóquio que vai de encontro às necessidades das pessoas. É uma carga de trabalho, nós temos que andar de porta em porta a convidar as pessoas para participarem porque é para o bem delas participar. E depois, no final temos “meia dúzia” de pessoas mesmo depois esforço todo. Eu fui a São Nicolau, numa das missões aproveitou-se a nossa ida lá para organizar alguns eventos. Eu fiquei espantada porque nós tínhamos a casa cheia. Aparecia gente de todo lado e eu fiquei a saber que haviam pessoas que vinham a pé para poderem participar, tinham levado um dia inteiro de viagem a pé. E depois mais um dia para voltar para a sua terra, localidade. E eu pensei como é possível. Aqui organiza-se uma coisa em São Nicolau e as pessoas vêm de todo o lado. Passou-se a palavra, a carrinha da CRP ia distribuindo o correio passando a palavra, vai haver isto a tantas horas e as pessoas apareciam todas. E nós aqui que temos tantos recursos, tantas formas de chegar às coisas, toda gente tem carro, é tudo perto umas coisas das outras e as pessoas aparecem ali, meia dúzia de gatos pingados para participar. Eu estou sempre a dar esse exemplo porque isto é realmente uma força, uma vontade das pessoas em participar nas coisas que eu acho é a única em Cabo Verde e tem sido difícil de encontrar noutros sítios.

M: Tiveram alguma dificuldade quando foram para Cabo Verde?

E: Não, as únicas dificuldades que nós sentimos em Cabo Verde e que agora estão mais superadas era a nível das comunicações, internet, o podermos trabalhar à distância, podermos mandar coisas para Cabo Verde e depois não conseguirmos termos respostas porque não havia na altura forma de mandar *email*, porque tava sem luz ou internet não estava a funcionar. Algumas dificuldades a nível das comunicações.

FIM.